



Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável

Aline Souza Nascimento

Ação coletiva e meios de vida:

análise das transformações operadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) em comunidades do Médio Mearim, MA

Belém
2021

Aline Souza Nascimento

Ação coletiva e meios de vida:

análise das transformações operadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) em comunidades do Médio Mearim, MA

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Porro.

**Belém
2021**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

N244a Nascimento, Aline Souza.
Ação coletiva e meios de vida : análise das transformações operadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) em comunidades do Médio Mearim, MA / Aline Souza Nascimento. — 2021.
151 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Roberto Porro
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2021.

1. Ação coletiva. 2. Religião. 3. Babaçu. 4. Campesinato.
5. Meios de vida. I. Título.

CDD 334

Aline Souza Nascimento

Ação coletiva e meios de vida:

análise das transformações operadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) em comunidades do Médio Mearim, MA


Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

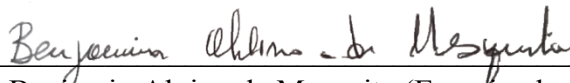
Orientador: Prof. Dr. Roberto Porro.

Data de aprovação: 26 / 02 / 2021


Banca Examinadora



Prof. Dr. Roberto Porro (Orientador)
(EMBRAPA Amazônia Oriental)



Prof. Dr. Benjamin Alvino de Mesquita (Examinador Externo)
(PPGDSE/UFMA)



Prof. Dra. Noemi Sakiara Miyasaka Porro (Examinador Interno)
(INEAF/UFPA)

Prof. Dra. Dalva Maria da Mota (Examinador Suplente)
(EMBRAPA Amazônia Oriental)

Às quebradeiras de coco e agricultores familiares de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, protagonistas da luta pela terra no Médio Mearim.

AGRADECIMENTOS

O caminho para construção deste trabalho se tornou mais leve em virtude do apoio e acolhida de muita gente. Assim como Emicida, também acredito que “é maravilhoso entregar flores para as pessoas que admiramos, enquanto ainda podem sentir o cheiro”. Penso que reconhecer a importância das pessoas que contribuíram e me acompanharam neste percurso é como lhes oferecer flores: uma forma de agradecer e demonstrar minha admiração.

Devo à minha mãe e ao meu avô o desejo de seguir por este caminho, não somente por impulsionarem meu gosto pela educação escolarizada, como também por criarem as condições para minha permanência. São deles que emergem meus sonhos e para onde fluem as conquistas que tenho obtido e que almejo alcançar.

A orientação do professor Roberto foi fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa. Sou imensamente grata pela paciência nesse processo desafiador que é a escrita de uma dissertação. Aprendi muito com sua dedicação e profissionalismo ao longo desse período de trabalho conjunto, iniciado ainda no Maranhão.

Meus amigos e colegas de turma, que me acolheram tão carinhosamente em Belém, foram fundamentais para minha estabilidade emocional. Compartilhamos muitas alegrias no decorrer do curso, formamos uma rede de cuidado e solidariedade fundamental para a permanência de muitos. O sorriso largo de Renatally é a primeira lembrança que me vem à mente quando recordo dos encontros da turma e das festas no Vadião.

Agradeço a Letícia e Marcelo pela generosidade e acolhida na sua casa nos meus primeiros dias em Belém. Guardo as lembranças dos dias em que Débora, Leandra e Camila foram minhas principais companhias numa minúscula quitinete – mas que aos meus olhos sempre caberia mais gente. Lembro com carinho das vezes em que Jamile me presenteava com saborosas comidas preparadas por ela, assim como o querido Jean e a querida Leandra que acentuaram meu gosto pela culinária paraense.

Minha amiga Alice, Afonso e a pequena Laura, sempre tão amáveis e acolhedores, foram importantes para a realização do meu campo. De igual modo, dona França que sempre me recebeu tão bem na sua casa, e João Marcos e Ildo (Chapada) que gentilmente me acompanharam em algumas comunidades.

Agradeço à direção da Coppalj por ter disponibilizado a consulta aos seus arquivos, de modo especial seu Ildo, seu João Valdeci e seu Raimundo Ermino, que sempre atenderam de

forma gentil meus constantes pedidos de informações. Agradeço ao Valdener, da Assema, para quem liguei insistentemente tantas vezes, assim como ao Gilsimar, Fagno e dona Josilene, da Coppalj, que muito aperreei durante a coleta de dados.

Meu amigo Raimundo Alves muito me ajudou durante a consulta aos arquivos da Acesa e mediou o contato com alguns informantes. Agradeço a gentileza e disponibilidade de Frei Heriberto nas tantas vezes em que conversamos, assim como da Irmã Jane e do Frei Adolfo. Frei Cristovão, sempre muito receptivo, foi imprescindível ao permitir a consulta aos arquivos da Província Franciscana.

Agradeço à Guilhermina Aguiar, sempre generosa ao me receber. Ao Luizinho da EFA de São Manoel, Raimundo, Carol, Matias e Luciene, ex-técnicos da Acesa e da Assema, e à dona Maria Anísio e dona Maria de Fátima, do STTR de Lago dos Rodrigues e do Lago do Junco, pelas informações prestadas. Meus agradecimentos são extensivos às famílias das comunidades de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues por terem permitido as visitas e entrevistas.

Ao Infamara Mané, um jovem intercambista com quem tive a alegria de esbarrar nos corredores da UFPA e dividir um pouco da vida em Belém. Agradeço muito por ter assumido a dura tarefa de ensinar uma pessoa de Humanas, um pouco agoniada, a se tornar uma quase expert em Excel.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) pela concessão de bolsa de pesquisa e interesse neste estudo.

“Minha gente, não queira vocês pensar que sozinho se vai a algum lugar. Lutar para conseguir a terra é uma coisa. Lutar para permanecer na terra é luta mais danosa ainda” (Relatório Coppalj, 1993).

“Olhe, quando a cooperativa começou, diziam que era coisa da ‘besta fera’. Por que onde já se viu pobre ter caminhão e dinheiro para fazer cantina? Pois olhe, amiga, hoje a gente diz assim: a cooperativa é da ‘sabida fera’, porque besta nós era” (Relatório Coppalj, 1993).

RESUMO

A busca por melhores condições de vida e de comercialização da produção levou ao surgimento da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) que, desde o seu surgimento, tem contribuído para a melhoria das condições de reprodução social de seus membros, por meio da combinação de uma gama de recursos sociais, econômicos e ambientais que os permitem se precaver contra a falta de oportunidades, a pobreza e a marginalidade decorrentes das injustiças sociais. Nesta perspectiva, o trabalho busca identificar as transformações operadas nos meios de vida locais, derivadas da combinação de estratégias adotadas por ela e as percepções de sócios e não sócios acerca da sua atuação, bem como sua contribuição para a construção da autogestão, da autonomia camponesa e da diversificação produtiva e tecnológica no território. O estudo está embasado em consulta bibliográfica e documental, combinada a entrevistas semiestruturadas e interativas em comunidades de atuação da Coppalj. Demonstra como, com sua política de valorização da produção agrícola e extrativa, a cooperativa colaborou para o surgimento de novas perspectivas e o aumento do acesso das famílias à renda. Ressalta ainda as ações empreendidas por camponeses durante os conflitos agrários, e que resultaram na criação de organizações que têm desempenhado importante papel na garantia dos seus direitos, e a contribuição da Igreja Católica para a organização política camponesa no Médio Mearim.

Palavras-Chave: Ação coletiva, religião, babaçu, campesinato, meios de vida.

ABSTRACT

The search for better living conditions and commercialization of production led to the emergence of the Cooperative of Small Agroextractive Producers of Lago do Junco (Coppalj), which, since its emergence, has contributed to improve social reproduction conditions for its subjects, through a combination of a range of social, economic and environmental resources, that allow them to guard against lack of opportunities, poverty and marginalization resulting from social injustices. The work seeks to identify the transformations in local livelihoods derived from the combination of strategies adopted by Coppalj and the perceptions of members and non-members about its effectiveness, as well as its contribution to the construction of self-management, peasant autonomy and productive and technological diversification within its territory. The study is based on bibliographic and documentary consultation, combined with semi-structured and interactive interviews in communities where Coppalj operates. It demonstrates how, with its policy of valuing agricultural and extractive production, the cooperative collaborated for the emergence of new perspectives and the increase in families' access to income. It also highlights the actions taken by peasants during agrarian conflicts, which resulted in the creation of organizations that have played an important role in guaranteeing their rights, and the contribution of actions of the Catholic Church to peasant political organization in the Mearim Valley.

Keywords: Collective action, religion, babassu, peasantry, livelihoods.

LISTA DE SIGLAS

ACR	Animação dos Cristãos no Meio Rural
ACESA	Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
AJULAV	Ajuda Jurídica aos Lavradores
ASSEMA	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
AMTR	Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco
ATAM	Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
CEBS	Comunidades Eclesiais de Base
CNPT	Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
COPPALJ	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
EFAS	Escolas Famílias Agrícolas
EMAPA	Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBD	Instituto Biodinâmico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MER	Movimento de Evangelização Rural
MIRA	Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano
NAV	Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Assassinados em Conflitos de Terra
PGPM-Bio	Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
PPG-7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SAFS	Sistemas Agroflorestais
SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
TBS	The Body Shop
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Médio Mearim com localização dos municípios e povoados da pesquisa.....	28
Figura 2: Missa pela paz e justiça no campo	61
Figura 3: Produção e comercialização de óleo de babaçu da Coppalj.....	97
Figura 4: Comercialização e processamento de amêndoas pela Coppalj (1991-2019)	98
Figura 5: Aquisição de mercadorias por sócios e não sócios da Coppalj.....	100
Figura 6: Notas médias atribuídas à situação atual do conjunto de capitais.....	105
Figura 7: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), total agregado.....	106
Figura 8: Notas médias atribuídas à situação atual do capital humano	109
Figura 9: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital humano	110
Figura 10: Notas médias atribuídas à situação atual do capital físico	113
Figura 11: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital físico	114
Figura 12: Notas médias atribuídas à situação atual do capital social.....	116
Figura 13: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital social.....	118
Figura 14: Notas médias atribuídas à situação atual do capital econômico	120
Figura 15: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital econômico	122
Figura 16: Notas médias atribuídas à situação atual do capital natural.....	124
Figura 17: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital natural.....	126
Figura 18: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020).....	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Indicadores de desenvolvimento humano do território da cidadania do Mearim.....	34
Tabela 2: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, conjunto de capitais	107
Tabela 3: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital humano.....	112
Tabela 4: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital físico.....	115
Tabela 5: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital social	119
Tabela 6: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital econômico	123
Tabela 7: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital natural	127
Tabela 8: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Estrutura para avaliação da influência da Coppalj nos meios de vida locais	39
Quadro 2: Estrutura metodológica da pesquisa	40
Quadro 3: Número de grupos focais conforme composição	41
Quadro 4: Comunidades com reuniões de grupos focais, distribuídas por município	42
Quadro 5: Categorias, número de pessoas envolvidas e funções à época da fundação (1991-1992)	89
Quadro 6: Cronologia de atividades econômicas e comerciais desenvolvidas pela Coppalj	91
Quadro 7: Instrumentos de controle das cantinas	93
Quadro 8: Categorias, número de pessoas envolvidas e atuais funções	101
Quadro 9: Bens e infraestrutura física instalada pela Coppalj, fontes de recursos para aquisição inicial, e valor patrimonial estimado	101

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO, PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS.....	17
1.1. Problemática.....	20
1.2. Perguntas de Pesquisa	25
1.2.1. Principal	25
1.2.2. Secundárias.....	25
1.3. Objetivos	25
1.3.1 Geral.....	25
1.3.2. Específicos	25
1.4. Escrita de si nos interstícios da pesquisa.....	26
2. CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO DE ESTUDO E METODOLOGIA	28
2.1. Sítio de estudo	28
2.1.1. Caracterização biofísica	28
2.1.2. Caracterização socioeconômica	29
2.2. Metodologia	35
2.2.1 Abordagem metodológica	35
2.2.2. Instrumentos metodológicos	36
2.2.3. Estrutura metodológica	39
2.2.4. Composição da amostra	40
2.3. O trabalho de campo	42
3. REFERENCIAL DE ANÁLISE E RESGATE HISTÓRICO	46
3.1. Transformações estruturais e ação coletiva.....	46
3.2. Mercado e cooperativismo	48
3.3. Mobilização e tensões sociais no campo: luta pela terra e pelo babaçu no Mearim	51
4. A IGREJA NÃO SE LIMITOU A REZAR: ATUAÇÃO RELIGIOSA NAS CAUSAS POPULARES NO MÉDIO MEARIM	57
4.1. Formação política e organização camponesa: a atuação da Igreja Católica em Lago do Junco	63
4.2. Autonomia política e (in)dependência religiosa: o surgimento da Acesa	73
4.3. “Novos” sujeitos entram em cena: a criação da Assema.....	78
5. ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E PARTICIPAÇÃO DE SÓCIOS E NÃO SÓCIOS NA COPPALJ.....	85
5.1. A estruturação organizativa e operacional da Coppalj	86

5.2. Atividades econômicas da Coppalj e suas transformações operacionais	90
6. A VIA COOPERATIVA PARA O FORTALECIMENTO DOS MEIOS DE VIDA	102
6.1. Introdução	102
6.2. Percepção local da situação dos meios de vida para o conjunto de “capitais”	104
6.3. Percepção local da situação do capital humano	108
6.4. Percepção local da situação do capital físico	112
6.5. Percepção local da situação do capital social	115
6.6. Percepção local da situação do capital econômico.....	119
6.7. Percepção local da situação do capital natural	123
6.8. Conclusão.....	127
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE 1 – Roteiro para avaliação de meios de vida	149
APÊNDICE 2 – Índices de influência da Coppalj atribuídos pelos grupos focais	148

1. INTRODUÇÃO, PROBLEMÁTICA E OBJETIVOS

O presente trabalho aborda a atuação da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) no resgate da autonomia de homens e mulheres do Médio Mearim quanto a comercialização dos seus produtos. O estudo busca compreender as mudanças geradas ao longo de sua trajetória, que em abril de 2021 alcançará três décadas.

O trabalho evidencia sujeitos que têm se colocado como força política, com efeitos pertinentes sobre os centros de poder (ALMEIDA, 1992, p. 61) e cujas ações, de caráter sociopolítico e cultural, viabilizaram formas distintas de organização e expressão de demandas (GOHN, 2011, p. 335). A necessidade de identificar caminhos capazes de viabilizar condições básicas de inserção deles nas estruturas de produção e geração de renda levou à criação da Coppalj, que atualmente produz óleo de babaçu e o comercializa nos mercados nacionais e internacionais.

A Coppalj apresenta uma arquitetura organizacional adequada para prover benefícios a seus associados, como também para prover serviços básicos à sociedade, inclusive exercendo algumas funções do Estado (BIALOSKORSKI NETO, 2007, p. 6), uma vez que a legitimação da posse de terras não garantiu políticas econômicas que valorizassem as atividades e a reprodução do modo de vida camponês (MICHELOTTI, 2000). Dentre seus objetivos registra-se a defesa das atividades econômicas de seus associados e a comercialização em comum de sua produção.

Também busca atuar de acordo com os princípios que definem o cooperativismo, como adesão livre e voluntária; gestão democrática; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade, com cada sócio tendo direito a um voto, independente de sua quantidade de quotas-partes. Soma-se a isso, a estrutura de reciprocidade, elemento comum de sociedades camponesas (ELLIS *apud* SCHMITZ et al., 2017, p. 3), evidência que suas atividades são motivadas não apenas pelo interesse material ou corporativista (SABOURIN, 2011, p. 34).

A Coppalj busca reforçar as relações de reciprocidade mantidas entre seus membros ao gerar instrumentais imateriais, como conhecimentos, informações e saberes, bem como

valores afetivos e éticos, contribuindo para a permanência de diversas formas de ajuda mútua e para o manejo sustentável e conservação dos babaçuais (SABOURIN, 2011, p. 34). Também tem influenciado na melhoria das condições objetivas de reprodução social de grupos familiares locais, tendo em vista que as transformações operadas não se restringem aos associados, abarcando não sócios dos povoados onde operam as cantinas da cooperativa, e do entorno. As mudanças operadas não se encerram na dimensão econômica. A conservação dos recursos naturais foi um benefício adicional advindo da sua criação, evidenciando a habilidade do grupo e das comunidades em organizar e manejar recursos locais de forma efetiva (FEENY et al., 2001).

Nesta perspectiva, com o intuito de compreender as mudanças geradas ao longo de sua trajetória, buscamos responder como os camponeses¹ vinculados à Coppalj foram capazes de transformar seus meios de vida por meio da cooperação. O principal objetivo é analisar as transformações resultantes da atuação da cooperativa nos meios de vida das famílias cooperadas, atentando para a influência de agentes externos no seu processo político-organizativo e para as dimensões e categorias impactadas. Alia-se a isso a tentativa de identificação das percepções dos sujeitos acerca das mudanças provocadas pela organização e suas expectativas quanto a princípios de redistribuição, reciprocidade e equidade na continuidade da atuação da Coppalj para alcance dos seus objetivos.

Acreditamos que esta pesquisa contribuirá não somente para a elucidação de estratégias e mecanismos adotados pelos sujeitos mobilizados para superação das desigualdades econômicas e sociais e aumento do bem-estar, como também para ampliar o conhecimento acerca do seu exercício político e organizativo. Além disso, o estudo poderá subsidiar processos organizativos em curso no estado do Maranhão, com impactos significativos sobre pessoas e grupos, aumentando, assim, a capacidade destes em atuar e interferir no curso de acontecimentos que mercantilizam a vida e os recursos naturais (ALVES et al., 2018).

¹ Os sujeitos da pesquisa são preferencialmente associados ao conceito de camponês, definido como detentor de uma forma social particular de organização da produção, cuja centralidade é ocupada pela família, e pelo fato de manter com a chamada “sociedade englobante” laços de integração dentre os quais são fundamentais os vínculos mercantis (WANDERLEY, 2003, p. 45). As denominações trabalhador (rural) e lavrador, quando utilizadas, estão contidas na definição de camponês, sendo as formas usuais de auto-designação local.

O presente estudo está focalizado nos municípios de atuação da Coppalj: Lago do Junco e Lago dos Rodrigues², no Maranhão. Para tanto, adotamos a abordagem dos meios de vida como metodologia, por estar associada à capacidade de mobilização dos atores de processar a experiência e atuar sobre ela (LONG *apud* NIERDELE; GRISA, 2008).

A pesquisa busca recuperar informações não registradas e trazer à tona dados relevantes para a compreensão das distintas formas de organização camponesa forjadas no vale do Mearim, no Maranhão, com desdobramentos teóricos e metodológicos importantes para nortear reflexões posteriores (AMADO; FERREIRA, 2006). Portanto, traz a ação coletiva e cooperação como principais categorias de análise, utilizando como aporte reflexões de teóricos sobre mercado, cooperativismo e recursos de uso comum. Incorpora ainda influências de sociólogos e antropólogos, decorrentes dos acúmulos realizados durante experiências acadêmicas anteriores, sobretudo no campo dos estudos sobre memória e história de vida, o que contribui para situar os episódios aqui relatados num universo mais amplo e verificar as interligações existentes entre os itinerários camponeses.

O trabalho está organizado em seis capítulos. No primeiro apresentamos a problemática e objetivos da pesquisa; no capítulo dois a caracterização biofísica e socioeconômica do nosso sítio de estudo e a metodologia adotada; em seguida, o capítulo três apresenta o referencial teórico que a norteia. No capítulo quatro analisamos a contribuição e forma de atuação das organizações e instituições sociais em Lago do Junco, principalmente da Igreja Católica, e como as ações por estas empreendidas forneceram as bases que levaram à criação da Coppalj.

O capítulo cinco trata da estrutura organizativa e operacional da Coppalj, buscando apontar sua forma de funcionamento, suas primeiras atividades econômicas e suas transformações operacionais. No capítulo seis, a partir das percepções de sócios e não sócios, analisamos as mudanças decorrentes da atuação da Coppalj. Nele demonstramos o índice de acesso aos capitais de meios de vida (humano, físico, social, econômico e ambiental) e a efetividade das ações coletivas e políticas públicas empreendidas no território, sobretudo para a sobrevivência econômica e reprodução social na localidade. Em seguida, realizamos uma análise comparativa quanto à situação de cada tipo de “capital”.

² Lago dos Rodrigues obteve autonomia administrativa em 1994, desmembrando-se de Lago do Junco. Assim, passou da situação de distrito à condição de município (IBGE, 2020).

Por fim, analisamos a contribuição da cooperativa para a alteração de cada uma das cinco dimensões do “capital”.

1.1. Problemática

Forjada no seio das lutas sociais no Maranhão, por meio de um processo de intensa mobilização rural na qual, a partir da década de 1980, camponeses recuperaram formalmente a posse de suas terras via ações desapropriatórias que seguiram conflitos fundiários (ALMEIDA, 2019, p. 87), a Coppalj se apresenta como um contra-movimento de proteção do seu grupo social, da natureza e da própria organização produtiva (SCHNEIDER; ESCHER, 2011).

O final da década de 1980 registrou a formação de inúmeras associações e cooperativas de trabalhadores, principalmente no Médio Mearim, uma das regiões com maior concentração de conflitos e áreas desapropriadas no estado do Maranhão (CARNEIRO et al., 1996; ALMEIDA, 2019). Dados do Incra (2017) apresentam um total de 113.983,5 hectares desapropriados a partir de 1985 no Médio Mearim, para assentamento de 4.714 famílias, distribuídas em 36 projetos de reforma agrária.

A legitimação da posse de terras no estado não garantiu, contudo, políticas econômicas que valorizassem as atividades e a reprodução do modo de vida camponês. Por isso, tornou-se fundamental para as famílias assentadas a busca de alternativas para melhoria econômica das suas formas de produção (MICHELOTTI, 2000), visto que somente a terra não era suficiente para garantir sua manutenção.

No final da década de 1980, por meio da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema), inicialmente foi implementado em alguns povoados do município de Lago do Junco, um projeto de comercialização comunitária, considerado uma ferramenta participativa camponesa que, posteriormente, viria a se transformar em cooperativa. O projeto de comercialização comunitária surgiu como possibilidade de os camponeses manterem controle sobre os recursos naturais e sobre a comercialização dos produtos deles derivados, influenciando valores praticados e definindo estabelecimentos comerciais com os quais operariam (MAY, 1990). Além disso, contribuiria para a autonomia local por permitir o envolvimento direto das famílias que participaram das lutas

pelo acesso à terra no processo de autogestão camponesa. As atividades foram estruturadas para possibilitar o envolvimento de pessoas das próprias comunidades. A aquisição da produção dessas famílias tinha como objetivo valorizá-las enquanto fornecedoras e, desse modo, incentivá-las. O intuito era que a comercialização constituísse não somente uma forma de troca simples, mas um processo instituído de interação e enraizamento das relações sociais (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 190).

Somente após aquele período, criou-se amplo debate acerca da necessidade de valorização das práticas que menor impacto direto tivessem no meio ambiente, passando por um forte reconhecimento do extrativismo realizado por comunidades locais (MICHELOTTI, 2000). O assassinato do líder seringalista Chico Mendes, em 1988, potencializou tais debates; o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7), em 1990; e a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, em 1992, confluíram para o engajamento em torno das causas ambientais, trazendo consigo uma mobilização política com repercussões importantes sobre as instituições, o Estado e, sobretudo, os intelectuais e mediadores políticos (SCHNEIDER, 2010, p. 515).

Inspirados na ideia de preservação econômica da floresta, as alternativas adotadas para superação das contradições sociais vivenciadas passavam pela organização do sistema produtivo, aproveitamento dos recursos naturais localmente disponíveis e agregação de valor à produção. Era necessário, portanto, a construção de relações comerciais mais justas, pois as formas instituídas pelos comerciantes locais tornavam as famílias dependentes do sistema de preços e procedimentos aviltantes por eles estabelecidos.

O projeto de comercialização era o caminho mais adequado pelo fato de os camponeses já partilharem a gestão dos recursos naturais, e em algumas das comunidades, já serem desenvolvidas ações nesse sentido, coordenadas por quebradeiras de coco que, em 1988, haviam inclusive instituído sua própria organização de âmbito municipal, a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco (AMTR)³. Desse modo, a organização reforçaria as relações de compartilhamento e contribuiria para produzir relações de confiança e respeito (SABOURIN, 2011, p. 38). A constituição da cooperativa aconteceu em 1991, após trabalhos de esclarecimento e conscientização das implicações desta escolha (COPPALJ, 1991). Assim, em 15 de abril de 1991, a Coppalj foi formada em

³ Com a emancipação de Lago dos Rodrigues, em 1994, o nome AMTR passa a referir os dois municípios.

assembleia de 197 sócios, distribuídos em oito comunidades do município de Lago do Junco: Centro do Acrísio, Centro do Aguiar, Centro do Bertolino, Ludovico, Morada Nova, Pau Santo, São Manoel e São Sebastião. Para subscrição na cooperativa foi determinado o valor mínimo de quotas-partes correspondentes a 200 kg de amêndoas de babaçu.

Dentre os objetivos estabelecidos pela Coppalj registra-se a defesa de suas atividades econômicas, a comercialização em comum de sua produção e a racionalização das atividades agropecuárias. Estes compunham, conforme Michelotti (2000, p. 17), um projeto comum de desenvolvimento rural amazônico, embasado no uso sustentável da floresta por meio de atividades extrativistas, da intensificação e/ou da diversificação da produção agropecuária nas áreas já alteradas, e da agregação de valor à produção por meio do beneficiamento local.

A criação da Coppalj foi marcada pela instalação de pontos de comercialização designados como cantinas nos povoados, destinadas à compra da produção local (de babaçu, farinha, arroz, carvão) e venda de mercadorias (inicialmente um número pequeno de itens, como querosene, sal, sabão, açúcar, etc.). Sua atuação na comercialização e processamento da amêndoa do babaçu imediatamente elevou o valor pago em 50%, uma vez que usineiros e comerciantes locais, os quais até então monopolizavam a compra de amêndoas, foram forçados a igualar o preço (COPPALJ, 1991; ALMEIDA, 2019, p. 88). Com a valorização do babaçu, os camponeses praticaram o comércio solidário e passaram a controlar a produção e comercialização dos seus produtos, reforçando também o acesso livre ao babaçu nos dois municípios de atuação da cooperativa.

Em 1992, após um período de queda, em virtude da concorrência com comerciantes que passaram a disputar o preço do babaçu, houve desistência de muitos sócios. Em virtude disso, a quantidade de pontos comerciais naquele momento também foi reduzida. Mas ao longo dos últimos 25 anos, a Coppalj reestabeleceu o número original de cantinas e ampliou o número de pontos de coleta. Atualmente, a cooperativa possui oito cantinas, sendo seis em Lago do Junco (nos povoados São Manoel, Centro do Aguiar, Ludovico, Centrinho do Acrísio, Sítio Novo e Santa Zita) e duas em Lago dos Rodrigues (nos povoados Três Poços e São Francisco).

Apesar do número pequeno de cantinas, os benefícios gerados pela Coppalj estenderam-se para, atualmente, cerca de 1.000 famílias, distribuídas em 46 comunidades,

que mantém relação comercial com a cooperativa. Muitas dessas famílias vendem as amêndoas do coco babaçu nas cantinas e são beneficiárias de projetos operacionalizados pela Coppalj⁴, como a subvenção econômica do babaçu⁵ e a repartição de benefícios⁶.

A busca de novas práticas, que estivessem em harmonia com os sistemas de produção camponeses e que possibilitassem fazer uso de novas tecnologias, permitiu a ampliação da produção e o acesso a novos mercados. Além do mercado local e nacional, a cooperativa comercializa em mercados internacionais desde 1994 (PORRO et al., 2010), por meio de relações comerciais com indústrias de cosméticos, como The Body Shop, L’Oreal Brasil, Aveda e Natura Cosméticos.

Apesar dos princípios estipulados pelo mercado internacional, Porro et al. (2010, p. 114) alertam para o fato de que a oferta do babaçu é definida segundo a lógica camponesa que combina as atividades agrícolas e extrativas. Esta interação entre a cooperativa e as empresas com as quais comercializa produz padrões diferenciados e heterogêneos de reprodução social e de dinâmicas territoriais resultantes, sobretudo, da capacidade que os atores têm de processar a experiência social e influenciar a mudança institucional nos territórios (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 209).

A Coppalj, juntamente com organizações e movimentos sociais do Médio Mearim, tem levantado a bandeira do Babaçu Livre, assegurado inicialmente em Lago do Junco, pela Lei Municipal 1.429/1996, e Lago do Rodrigues (Lei 032/1999), que determina o acesso e uso comunal dos babaçuais ainda que estejam em áreas privadas, e proíbe a derrubada indiscriminada das palmeiras, o corte de cachos e o uso de herbicidas

⁴ A Coppalj operacionalizou a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) entre 2015 e 2016 e a partir do final de 2019.

⁵ A subvenção econômica do babaçu, no âmbito da PGPM-Bio consiste em um bônus pago diretamente às extrativistas, por meio das suas cooperativas, associações ou mesmo de forma individual, objetivando facilitar e incentivar a comercialização dos seus produtos (CONAB, 2017, p 21). A Coppalj operacionaliza o acesso ao programa pela compra das amêndoas das quebradeiras, comercialização, recebimento do valor de subvenção e repasse a elas do valor subvencionado. Para uma análise detalhada da PGPM-Bio no vale do Mearim, vide Oliveira (2020).

⁶ A Lei de Acesso ao Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado e Repartição de Benefícios (Lei 13123/2015 e Decreto 8772/2016), também conhecida como Lei da Biodiversidade, regulamenta a forma como o patrimônio genético pode ser acessado e como os benefícios que resultam de seu uso comercial são compartilhados entre as pessoas, empresas ou países que utilizam esse recurso, e as pessoas, empresas ou países que o fornece (CBD, s/p). A referida lei determina que os recursos resultantes da repartição de benefícios sejam destinados à conservação e manutenção dos modos de vidas das comunidades. Em virtude disso, a Coppalj investe recursos obtidos por meio de repartição de benefícios no manejo da palmeira babaçu, em sistemas agroflorestais e na criação de pequenos animais consorciados com o babaçu (ASSEMA, 2019).

(BARBOSA, 2007; SHIRAIISHI NETO, 2015). O reconhecimento formal dessas pautas coletivas tem sido referência para extrativistas de outros municípios que buscam legitimar suas reivindicações.

Desse modo, dispositivos legais semelhantes, referentes ao Babaçu Livre, foram consolidados nos municípios de Esperantinópolis (Lei 255/1999), Pedreiras (1.137/2001), São Luís Gonzaga do Maranhão (Lei 319/2001), Imperatriz (Lei 1.084/2003), São José dos Basílios (Lei 052/2005) e Cidelândia (Lei 001/2005) (SHIRAIISHI NETO, 2006). Atualmente, a cooperativa tem se mobilizado para elaborar um plano para o correto manejo do babaçu e impedimento da derrubada dos babaçuais. Para tanto, são envolvidos sócios e não sócios em virtude do conhecimento que esses sujeitos possuem acerca desse recurso, e das normas culturais por eles desenvolvidas e testadas ao longo do tempo (FEENY et al., 2001). Destaca-se nesse processo, a participação das quebradeiras de coco, consideradas guardiãs das florestas do babaçu (ANTUNES, 2006). As ações estratégicas desenvolvidas pela cooperativa são cruciais tanto para o controle dos bens e recursos que sustentam a ação coletiva, quanto para a formação de solidariedades e identidades que mantêm o grupo (ALONSO, 2009).

É possível argumentar, portanto, que uma organização contra-hegemônica articulada, social, política e economicamente em escala local, estimula os próprios sócios a estabelecerem mecanismos de regulação e controle que promovam mudança social, democratização econômica e transformação estrutural (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 183-186).

A criação da Coppalj evidencia a capacidade dos camponeses de se organizarem e elaborarem regras necessárias para garantir o respeito ao uso de bens comuns e reaver e proteger seus direitos de propriedade (MAY, 1990). Esses arranjos subsistem nas localidades estudadas e são permeados por uma extensa teia de relações de parentesco, compadrio, ajuda mútua, e de normas e valores sociais que privilegiam a solidariedade intergrupala (DIEGUES, 2001, p. 98).

Apesar de alguns estudos apontarem a economia extrativa como “culto ao atraso” (HOMMA, 2012, p. 183) e a inviabilidade de projetos de beneficiamento da produção extrativista e agroflorestal por estes não conseguirem resolver os problemas econômicos que se propõem (MICHELOTTI, 2000), as narrativas dos camponeses afirmam que, desde

seu surgimento, a Coppalj tem retirado da pobreza, da exclusão e da marginalidade as famílias antes privadas de oportunidades e direitos democráticos, proporcionando a elas a liberdade de viver (SEN, 2000).

1.2. Perguntas de Pesquisa

1.2.1. Principal

Como a Coppalj transformou os meios de vida de sócios e não sócios das comunidades locais?

1.2.2. Secundárias

- a) Qual a contribuição da ação da Igreja Católica para a organização política camponesa em Lago do Junco e Lago dos Rodrigues?
- b) Quais foram as transformações e impactos resultantes da atuação da Coppalj?
- c) Quais benefícios são recebidos por sócios e não sócios da Coppalj?
- d) Como a diferença de benefícios entre sócios e não sócios afeta o futuro da Coppalj?

1.3. Objetivos

1.3.1 Geral

Analisar as transformações que resultam da atuação da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (Coppalj) nos meios de vida das comunidades locais.

1.3.2. Específicos

- a) Investigar as condições sociais e históricas que possibilitaram a ação coletiva que resultou no surgimento da Coppalj;
- b) Analisar, com a abordagem de meios de vida, as transformações decorrentes da atuação da Coppalj na realidade local;

- c) Identificar as percepções⁷ acerca das mudanças provocadas pela organização, considerando-se os distintos grupos sociais enfocados (diferenças de gênero, faixa etária e nível participativo);
- d) Verificar expectativas quanto a princípios de redistribuição, reciprocidade e equidade na continuidade da atuação da Coppalj para alcance dos seus objetivos.

1.4. Escrita de si nos interstícios da pesquisa

Compartilho com Minayo (1994, p. 17) o entendimento de que há uma vinculação entre pensamento e ação, ou seja, de que “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”.

Natural de Bacabal, que figura como centro de abastecimento nos vales dos rios Mearim e Pindaré, desde cedo estive envolta por memórias e narrativas de familiares e vizinhos que, empurrados pelos conflitos agrários, estabeleceram-se nesse município, atraídos pelas possibilidades acenadas na década de 1980. Antes, porém, percorreram vários outros locais, em um trânsito migratório que nunca é fácil e sempre envolve rupturas, perdas e dor. Meu avô, por exemplo, nascido em Pirapemas-Velha, em Coroatá, desde a juventude perdeu contato com seis dos seus sete irmãos, porque após o falecimento dos pais e diante da ausência de terra própria, estes se separaram em busca de local para moradia. As adversidades os impediam de permanecer um tempo prolongado no mesmo lugar e, assim, o referencial de localização foi sendo perdido.

Notícias de assassinatos, de massacres de trabalhadores eram frequentes na vizinhança; contudo, sempre em forma de cochicho, sendo os nomes dos mandantes impronunciáveis. As memórias de violências que os vizinhos e minha família carregavam os impediam de falar abertamente sobre o assunto e o medo do desconhecido não me dava ousadia para perguntar. Mas é fato que o silenciamento imposto não impedia que as

⁷ Para Yi-Fu Tuan (2012) e Tim Ingold (2000) a percepção do ambiente acontece de forma ampla, por meio de um aparato sensorial que mobiliza todos os sentidos e permite às pessoas construir suas representações da realidade. Assim sendo, duas pessoas não veem a mesma realidade nem dois grupos avaliam o ambiente exatamente da mesma forma, em virtude do modo como interagem com ele (TUAN, 2012). Nesta perspectiva, entendemos que quando optamos por analisar as percepções dos grupos de forma agregada perdemos parte significativa de suas perspectivas experienciais e quando separamos por dimensões, talvez, assumimos o risco de trabalhar a partir de dualismos condenados por algumas correntes. Todavia, nosso intuito ao articular a pesquisa quali-quantitativa é aproveitar as contribuições que emergem dessa complementação e, com isso examinar os dados a partir de suas frequências.

narrativas corressem pelos becos, pelos alpendres e quintais das casas e passassem a disputar com as narrativas oficialmente construídas.

Posteriormente, a inserção em alguns espaços de militância permitiu que eu conhecesse pessoas que atuaram nas lutas camponesas no Médio Mearim e por meio delas fui tendo acesso a informações que durante muito tempo estavam ocultas. Descobri que uma vizinha havia integrado o Movimento de Viúvas Vítimas da Violência no Campo, movimento até aquele momento também desconhecido. Seu marido havia sido assassinado pelo mesmo latifundiário que aterrorizava moradores do povoado Lago do Boi, no município de São Luís Gonzaga do Maranhão, de onde alguns outros vizinhos haviam saído. Essa descoberta inseriu-se em monografia apresentada ao curso de Ciências Humanas/Sociologia na Universidade Federal do Maranhão, todavia sobre outra integrante do movimento.

Durante a graduação integrei projetos de pesquisa que discutiam questões relacionadas à saúde e organização política de quebradeiras de coco babaçu, por meio dos quais realizei minhas primeiras visitas às comunidades Ludovico e Pau Santo, em Lago do Junco. Em 2018, durante trabalho para a Assema, tive a oportunidade de revisitar essas e conhecer outras comunidades focos dessa pesquisa.

Tais experiências, somada às vividas em outros espaços e eventos – muitas cuja relevância somente agora é compreendida, como a do Tribunal da Terra⁸, determinaram o percurso dessa investigação. Nesta perspectiva, é esse passado ainda presente que exerce forte influência sobre a escolha do tema de análise e as discussões aqui apresentadas, evidenciando que a relação entre os dois (passado e presente) é muito mais complicada do que podemos imaginar (PROUST *apud* ASSMANN, 2011).

Portanto, além dos dados da memória do grupo entrevistado, a pesquisa se estrutura também a partir das lembranças que carrego, que em diversos momentos da escrita eram acionadas automaticamente e em outros se perfilavam esperando o momento propício para serem usadas. Assim, além de ser uma escrita sobre um grupo, este trabalho também é uma escrita sobre mim.

⁸ O Tribunal da Terra se configura como uma prática de justiça popular que reproduz a situação de um julgamento verdadeiro, com presença de juízes, advogados de defesa e de acusação, visando denunciar para a opinião pública a ação do Estado no tratamento das questões relativas aos conflitos agrários no Maranhão, (SMDDH; NAV, 1993). Para mais informações, ver ANDRADE (1998).

2. CARACTERIZAÇÃO DO SÍTIO DE ESTUDO E METODOLOGIA

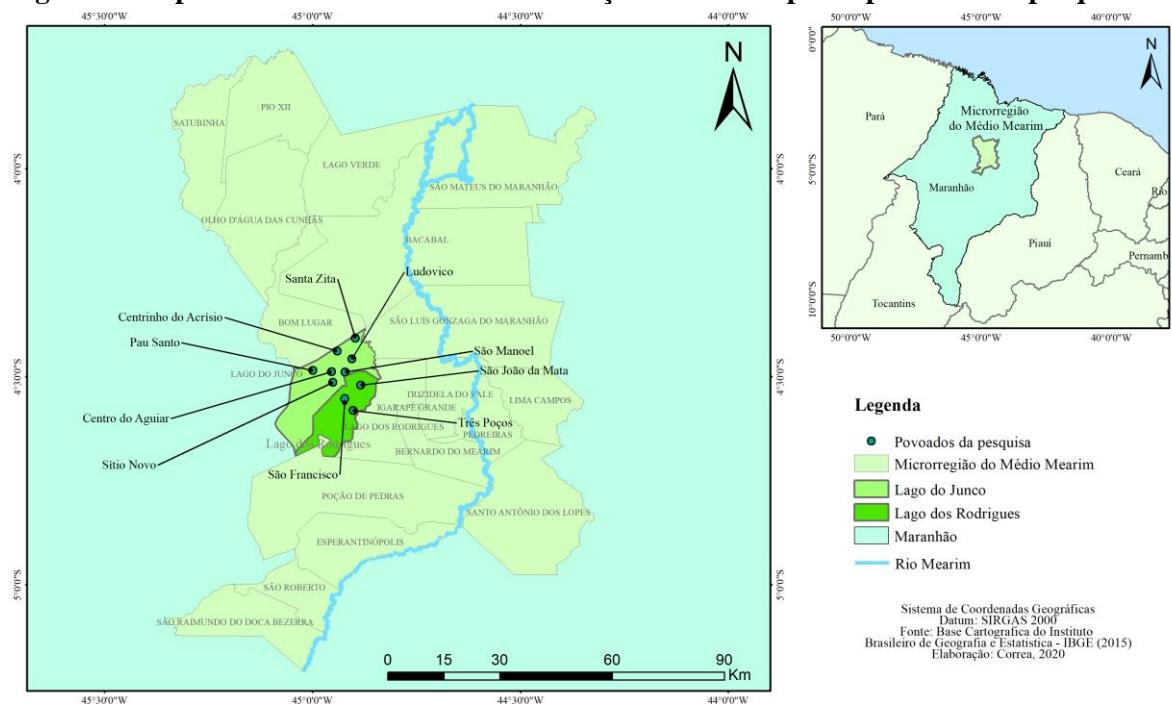
Este capítulo inclui a caracterização biofísica e socioeconômica do Médio Mearim e a metodologia da pesquisa, composta da descrição da abordagem utilizada, dos instrumentos adotados, da estrutura metodológica e da composição da amostra.

2.1. Sítio de estudo

2.1.1. Caracterização biofísica

Definida em 1989, a partir do rearranjo espacial que dividiu o Brasil em mesorregiões e microrregiões, a microrregião do Médio Mearim (Figura 1) (IBGE, 1990) localiza-se na mesorregião Centro Maranhense, sendo drenada pelos rios Grajaú e Mearim, que compõem a maior bacia hidrográfica do Maranhão (NUGEO, 2019). O rio Mearim, que nomeia a região, até a década de 1950 era uma das principais vias para o escoamento da produção agrícola do estado (PORRO et al., 2004, p. 50).

Figura 1: Mapa do Médio Mearim com localização dos municípios e povoados da pesquisa



A microrregião do Médio Mearim possui extensão de 13.956,911 km² e nela estão incluídos 20 municípios: Bacabal, Bernardo do Mearim, Bom Lugar, Esperantinópolis,

Igarapé Grande, Lago do Junco, Lago Verde, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, Olho D'Água das Cunhãs, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, Santo Antônio dos Lopes, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Mateus do Maranhão, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto, Satubinha e Trizidela do Vale.

Situado na transição entre os biomas Amazônia, Cerrado e Caatinga (PORRO, 2019, 171), o Médio Mearim encontra-se na chamada Região dos Cocais, assim designada pela predominância da paisagem com palmeiras de babaçu. Essa zona é reflexo de intenso processo de substituição das florestas originais por diferentes formas de cobertura e uso da terra, desde o cultivo agrícola em sistema de corte-e-queima até a formação de pastagens, resultante do avanço da ocupação das áreas de fronteira (MAY, 1990; SANTOS FILHO et al, 2013). Os densos e contínuos babaçuais indicam a abrangente área fértil favorável à agricultura, o que contribuiu para sua acelerada ocupação (MAY, 1990). Embora as florestas de babaçu não sejam tão ricas em biodiversidade quanto outras eco-regiões amazônicas, elas desempenham um papel ecológico crítico como uma zona tampão entre as áreas mais secas do Nordeste semiárido e as florestas ombrófilas da Amazônia (PORRO, 2002, p. 167).

Atualmente, a cobertura vegetal que predomina no Médio Mearim é a vegetação secundária de palmeiras associada às pastagens. O clima é tropical semiúmido com temperaturas médias mensais variando de 22,5° C a 28° C, com mínimas e máximas absolutas de 19,5° C e 40° C. Há duas estações bem delimitadas: uma seca, cuja duração é de seis meses (julho a dezembro), e a outra chuvosa, com índices pluviométricos anuais variando de 726 mm a 2.200 mm, com médias entre 1.200 e 1.600 mm (NUGEO, 2016).

Alguns dos municípios da microrregião do Médio Mearim também integram o Território da Cidadania do Médio Mearim. Essa proposta, criada em 2008 pelo governo federal, visou o desenvolvimento econômico e universalização dos programas básicos de cidadania para superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural, por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável (BRASIL, s/d).

2.1.2. Caracterização socioeconômica

A composição cultural do Médio Mearim resulta do encontro entre indígenas, negros e retirantes nordestinos, sendo esse contato marcado não somente pela sociabilidade,

mas também por tensões oriundas das diferentes concepções e visões de mundo (MARTINS, 1996, p. 27), intensificadas com a expansão econômica da região.

O processo de ocupação e povoamento do interior do Maranhão contou com a expansão gradual da pecuária extensiva, a partir da frente pastoril que se deslocava, nas primeiras décadas do século XVIII, de Pernambuco e da Bahia. Quando atingiu o Médio Mearim, por volta do século XIX (VELHO, 1972; MESQUITA et al., 2015), este já era povoado pela frente litorânea iniciada por franceses e portugueses⁹. Foi a partir do estabelecimento dos “sertanejos nordestinos criadores de gado” que as fazendas se tornaram, naquele período, as unidades produtivas maranhenses mais importantes (MESQUITA et al., 2015; ALMEIDA; FIGUEIREDO JUNIOR, 2018).

A demanda por mão de obra havia inserido africanos que passaram a trabalhar no cultivo do arroz, algodão e cana de açúcar, alterando a configuração da população local, formada por essa frente de colonização, assim como indígenas Kukoikateyê, Kreniê e Pobzé (MESQUITA et al., 2015; ISA, 2020). Para que esses não constituíssem ameaça aos planos expansionistas da grande lavoura que começava a se implantar, em meados do século XIX foram instituídas “medidas civilizatórias” como o aldeamento das tribos e seu afastamento para outras áreas da Província (MUSUMECI, 1988; FERREIRA, 2008; ALMEIDA; FIGUEIREDO JUNIOR, 2018).

Com a grande crise da lavoura no Maranhão desde o final de 1870, e a abolição da escravatura, muitas fazendas baseadas no trabalho escravo foram desestruturadas (MUSUMECI, 1988; PORRO et al., 2004) e os proprietários passaram a incrementar seu investimento no comércio (MAY, 1990). Fazendeiros, portanto, tornaram-se comerciantes, utilizando suas terras para a produção de alimentos num sistema semifeudal, no qual a dominação econômica, política e jurídica ainda predominava, enquanto os antigos escravos tornaram-se posseiros em terras devolutas, que eram aquelas que não tinham título de domínio ou de uso reconhecido pelo Estado (MAY, 1990; MIRANDA, 2011; PORRO; PORRO, 2020).

⁹ Para Cabral (2008), a ocupação do Maranhão aconteceu por duas vias: pela frente pastoril e pela frente litorânea. Iniciada em meados do século XVII, essa se caracterizou pela ação da Coroa Portuguesa, de jesuítas e particulares sobre terras ocupadas pelo gentio nos vales dos rios Itapecuru, Mearim, Pindaré e Munim, começando com a ocupação de franceses e, principalmente, portugueses pela Ilha de São Luís (FERREIRA, 2015, p. 21-22).

Conforme Amaral Filho (1990, p. 32), essa desagregação provocou um deslocamento entre a força de trabalho e as bases econômicas e sociais com as quais esta se articulava, de modo que a força de trabalho não abandonasse o cultivo de produtos tradicionais, mas passasse a comandar a direção da produção agrícola do Estado, a partir dessa nova situação. Assim, iniciou-se a formação de um campesinato que resulta da libertação dos escravizados, contudo ainda em parte submetido ao grande proprietário de terras e ao latifúndio (LUNA *apud* BARBOSA, 2016, p. 44).

A partir desse desmembramento emergiu a pequena produção, considerada uma nova base da agricultura do Maranhão, que produzia não somente para subsistência, mas formava um excedente de produtos agrícolas e extrativos que eram colocados no mercado, tornando-se o extrativismo do babaçu uma atividade primordial para esse campesinato em formação (AMARAL FILHO, 1990, p. 33; BARBOSA, 2016).

De acordo com Barbosa (2016, p. 45), desde pelo menos o século XIX o extrativismo do babaçu era realizado por trabalhadores de base rural no Maranhão, se tornando relevante para a economia local somente a partir do século XX. Assim, na década de 1930 ocorre a ascensão da produção de babaçu e do arroz, impulsionada por incentivos estatais, por empresas de beneficiamento do óleo bruto e da torta de babaçu, bem como pela Associação Comercial do Maranhão (FERREIRA, 2015, p. 108).

A produção de babaçu e arroz cresceu com a chegada de migrantes nordestinos que “tocados pela seca” adentraram a região, a partir de 1920, em busca de novas terras, e engrossaram a pequena produção, encontrando na coleta e quebra do coco o meio imediato de subsistência (VALVERDE, 1957; AMARAL FILHO, 1990). De acordo com Ferreira (2015), esses sujeitos tiveram papel importante no crescimento econômico registrado em meados do século XX, quando o arroz desponta como principal produto.

A imagem dos nordestinos como sujeitos trabalhadores, com “cultura diferenciada” e perspectiva de mercado (FERREIRA, 2015), contrasta com percepções acerca dos negros e seus descendentes, comumente descritos como preguiçosos¹⁰, “uma população

¹⁰ Valverde apoiava-se no método empírico-indutivo para realização dos seus trabalhos (ADAS, 2006). O texto de onde foi extraída sua citação é marcado por uma descrição exaustiva dos elementos da realidade observada. Assim, quando menciona que os negros seriam preguiçosos é possível que não os esteja classificando, mas descrevendo o observado num determinado momento. Sua visita pode ter coincidido com o período de intervalo do trabalho agrícola (se considerarmos a sazonalidade), estando os homens aguardando o período de colheita, e por isso estarem aparentemente ociosos. Dependendo do ponto de vista do interlocutor,

socialmente inferiorizada, indolente – sobretudo os homens” (VALVERDE, 1957, p. 397), evidência do imaginário social construído acerca desses sujeitos, mais do que da própria realidade.

A chegada dos migrantes nordestinos refletiu-se na configuração social da região. O adensamento populacional verificado nesse período levou ao surgimento de alguns povoados formados principalmente por cearenses, posteriormente elevados à condição de municípios. Dentre esses, destacam-se Lago do Junco e Lago dos Rodrigues, possuindo atualmente população estimada respectivamente em 10.840 e 8.873 habitantes (IBGE, 2019).

A região era representada nas memórias desses retirantes como a “terra dos bons ventos e terra sem dono” e “da alta produtividade de arroz e de outros gêneros agrícolas” (FERREIRA, 2015, p. 90), mas passou também a se associar às narrativas do progresso e do desenvolvimento que enunciavam novos tempos (COSTA, 1997), que com eles inviabilizaram as esperanças que os moveram até o Maranhão. Isso porque, a partir da década de 1960, começa a ser projetado um “novo Maranhão”, que se mostrou “altamente impactante sobre populações e ambientes, e resultou no confronto entre lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos”, além de “alterar o modo de vida das comunidades locais pelo reordenamento social e espacial” (SANT’ANA JUNIOR, 2009, p. 4-6).

Porro et al. (2004, p. 60) apontam a relativa proximidade em relação à capital e o estratégico posicionamento entre as principais rodovias ligando a região ao restante do país, somados à existência de solos razoavelmente férteis e de condições climáticas favoráveis, como motivos para a adoção de políticas que destinaram essa área para empreendimentos agropecuários de grande porte. Essa situação contribuiu para que a pecuária, atualmente praticada em grandes e pequenas propriedades, se tornasse uma das principais atividades

a preguiça não é vista como um aspecto negativo. Para alguns filósofos mais antigos, por exemplo, o ócio era considerado necessário ao exercício do pensamento. No seu texto *O direito à preguiça*, Paul Lafargue faz duras críticas à rotina inquietante imposta pela sociedade capitalista, onde o trabalho é visto como dignificante do homem, quando na verdade é sua degeneração. Contudo, não podemos desconsiderar o pano de fundo ideológico e o padrão identitário nacional com os quais Valverde teve contato, principalmente durante o início de sua carreira acadêmica, e o papel pragmático reservado à Geografia na edificação do Estado brasileiro (ADAS, 2006). Nesta perspectiva, acreditamos que o modo como Valverde se refere aos negros no seu texto é reflexo da forma depreciativa como se convencionou olhar para esse grupo ao longo da construção da história do país, tendo a Geografia papel preponderante nesse processo. Para informações sobre a construção da história nacional, ver GUIMARÃES (1988) e SCHWARCZ (1994; 1995).

econômicas da região. Como demonstrado pelo Imesc (2018, p. 29), a estrutura de produção do Mearim é baseada na agropecuária, especialmente a rizicultura e a pecuária bovina semi-intensiva, constituindo-se no principal criatório do espaço maranhense.

A economia também é baseada na produção extrativa. Entre 2007 e 2016, os municípios do Território do Médio Mearim concentraram 32% da produção nacional de amêndoa de babaçu, com média anual de 16 mil toneladas (PORRO, 2019), porcentagem que se manteve conforme o último censo agropecuário (IBGE, 2017), demonstrando a importância dessa atividade para a manutenção econômica de numerosos grupos familiares na região. Desse modo, além de sua relevância ecológica, o babaçu fornece bens e serviços econômicos, sendo o “subsídio da natureza” mais importante para a subsistência no Maranhão (ANDERSON *apud* PORRO, 2002 p. 167).

Atualmente, a microrregião do Médio Mearim apresenta população total de 411.976 habitantes, densidade demográfica de 29,24 hab./km² e PIB de R\$ 5,3 bilhões (IBGE, 2017; IMESC, 2018). Ao considerarmos o Território da Cidadania do Médio Mearim, a população era de 262.246 habitantes, sendo que desses, 151.883 encontram-se na área urbana e os demais na área rural (IBGE, 2010).

Os programas governamentais visando o desenvolvimento econômico regional não atingiram seu objetivo e 75% dos municípios do Território da Cidadania apresentam índice de desenvolvimento humano inferior ao limite classificado como baixo (até 0,599). A Tabela 1 indica maiores percentuais de vulnerabilidade educacional e de renda nos municípios de São Roberto e São Raimundo do Doca Bezerra (ATLAS BRASIL, 2010). Embora políticas públicas tenham sido adotadas para alterar esse quadro, uma efetiva redução da pobreza e incremento no desenvolvimento regional não ocorreu, tendo em vista que sua aplicação tem se dado sem a devida discussão e mobilização popular e do poder público (ALVES, 2017).

Tabela 1: Indicadores de Desenvolvimento Humano do Território da Cidadania do Mearim

Municípios	IDHM	IDH Renda	IDH Longevidade	IDH Educação	Renda per capita (R\$/mês)
Bernardo do Mearim	0,604	0,544	0,742	0,547	236,18
Capinzal do Norte	0,537	0,517	0,698	0,430	200,15
Esperantinópolis	0,586	0,561	0,713	0,503	262,41
Igarapé Grande	0,614	0,578	0,747	0,536	292,16
Joselândia	0,561	0,533	0,743	0,445	221,23
Lago da Pedra	0,589	0,561	0,724	0,502	263,13
Lago do Junco	0,581	0,537	0,741	0,492	226,69
Lago dos Rodrigues	0,602	0,555	0,737	0,534	252,89
Lima Campos	0,581	0,578	0,705	0,481	292,37
Pedreiras	0,682	0,644	0,792	0,621	441,42
Poção de Pedras	0,576	0,543	0,732	0,481	234,72
Santo Antônio dos Lopes	0,566	0,547	0,714	0,465	240,20
São Luís Gonzaga do Maranhão	0,540	0,503	0,716	0,438	182,83
São Raimundo do Doca Bezerra	0,516	0,478	0,700	0,410	156,40
São Roberto	0,516	0,475	0,738	0,391	153,65
Trizidela do Vale	0,606	0,565	0,738	0,534	269,74

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2010).

Até a década de 1980, a grande maioria das terras em estabelecimentos rurais consistia de fazendas (PORRO et al., 2004). A partir de 1985, contudo, ocorreram processos de transformação da estrutura agrária, por meio de distintos instrumentos de desapropriação ou aquisição de terras. Desse modo, passa a se verificar nos municípios abrangidos por tal política territorial, significativo contingente de agricultores familiares e assentados da reforma agrária (3.520 famílias). Tal resultou, sobretudo, da organização social pela recuperação da posse da terra. No Médio Mearim, 111.056 ha foram formalmente distribuídos por meio de 36 projetos de assentamento localizados nos municípios de São Luís Gonzaga do Maranhão, Lima Campos, Joselândia, Lago do Junco, Esperantinópolis, Capinzal do Norte, São Roberto e Lago da Pedra (ALVES, 2017; BRASIL, s/d).

2.2. Metodologia

2.2.1 Abordagem metodológica

A presente pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, com a integração de dados quantitativos relacionados à atuação econômica da Coppalj e seus efeitos em meios de vida. A abordagem dos meios de vida é uma opção metodológica válida para melhor compreender nosso problema de estudo, por privilegiar a análise das estratégias e capacidades de resistência dos atores sociais em enfrentar contextos de risco e instabilidade social, econômica e ambiental (NIERDELE; GRISA, 2008).

A abordagem dos meios de vida tem possibilitado novas leituras e interpretações acerca da capacidade de transformação dos atores sociais. Conforme Perondi (2014), os estudos iniciais acerca desta abordagem estavam mais focados em analisar o comportamento das pessoas pobres, cuja tendência era apontá-las como vítimas passivas e infortunadas do sistema. Foi a partir da década de 1980, com a perspectiva orientada ao ator, que as análises se ampliam e passam a focar no modo como estas pessoas adaptam e exploram as mudanças, transformando uma ameaça numa oportunidade (PERONDI, 2014, p. 120).

Os meios de vida consistem nas capacidades, ativos (estoques, recursos, direitos e acessos) e atividades requeridas para se manter a família (PERONDI, 2014). Os ativos são considerados o ponto de partida do quadro de análise dos “meios de vida” e se referem ao conjunto de capitais (natural, físico, humano, financeiro e social) que um segmento social, por exemplo, os agricultores, adotam para garantir a sobrevivência (NIERDELE; GRISA, 2008; SITOIE, 2011, p. 55). Por considerar várias dimensões, esta abordagem nos possibilitou uma análise abrangente acerca das mudanças derivadas da atuação da Coppalj, bem como das estratégias criadas para melhoria do bem-estar da população local.

Desse modo, a abordagem permitiu verificarmos em que dimensões as mudanças geradas pela cooperativa traduziram-se em melhoria para a população local, assim como aferirmos o índice de acesso aos capitais e capacidades geradas, identificando aqueles com maior proeminência. Por outro lado, foi útil para identificarmos os limites ainda enfrentados pela organização para alcance dos seus objetivos, ou seja, para defender e manter as atividades econômicas que têm garantido a reprodução social camponesa nos municípios de sua atuação (BEBBINGTON *apud* NIERDELE; GRISA, 2008). A

abordagem também nos possibilitou demonstrar as disputas entre atores sociais (agricultores, fazendeiros, Estado, mercado), decorrentes das relações de poder envolvidas na construção das estratégias (WORLD BANK *apud* NIERDELE; GRISA, 2008, p. 45). A sua aplicação se deu por meio de questionário composto por cinco dimensões, em que cada uma contou com perguntas referentes a cinco indicadores. Tais indicadores incluíram aspectos relacionados à educação, moradia, renda, dentre outros. Respostas a estas perguntas deram origem a gráficos de radar.

Uma abordagem qualitativa e quantitativa (quali-quantitativa) tornou possível verificarmos e demonstrarmos a percepção dos sujeitos investigados acerca da realidade vivenciada, além de propiciar um estudo mais ameno e mais consistente nos seus resultados (BRICEÑO-LEON, 2003, p. 175). A pesquisa qualitativa ocupa um lugar de prestígio nas ciências sociais ao permitir aos pesquisadores “captarem” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes (GODOY, 1995, p. 21). Já a pesquisa quantitativa tem preponderância nas ciências naturais e possui como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis permitindo abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, classificando-os e tornando-os inteligíveis por meio de variáveis (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 240). A interação dialógica entre ambas contribuiu para uma compreensão mais completa da realidade estudada e para uma produção científica de maior qualidade (BRICEÑO-LEON, 2003).

2.2.2. Instrumentos metodológicos

2.2.2.1. Pesquisa bibliográfica e documental

Os procedimentos investigativos para a estruturação do presente trabalho incluíram pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica representa o levantamento prévio dos trabalhos produzidos sobre uma temática de estudo e possibilita analisar as diversas contribuições feitas, bem como as lacunas existentes que sugerem novas abordagens do tema (GIL, 2002; BRUMER et al., 2008, p. 132). Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa e permitir a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 2002, p. 45; PIANA, 2009, p. 12).

De acordo com Gil (2008, s/p), as pesquisas bibliográfica e documental são muito parecidas, e a diferença está na natureza das fontes. Para o referido autor, enquanto a primeira é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, a outra vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, como os documentos de “primeira mão” (documentos de arquivos, igrejas, sindicatos, instituições etc.) e aqueles que já foram processados, mas podem receber outras interpretações (relatórios de empresas, tabelas, etc.) (GIL, 2008, s/p).

Nesta pesquisa procedemos a levantamento bibliográfico sobre organização política e econômica de camponeses no Maranhão, sobre cooperativismo camponês e agroextrativista vivenciado em outras partes do Brasil ou países vizinhos, iniciado durante a etapa exploratória. Também empreendemos pesquisas na sede da Coppalj, nos arquivos da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e da Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura (Acesa).

2.2.2.2. Entrevistas

Para a escuta sistemática das memórias dos entrevistados foram realizadas entrevistas semiestruturadas que seguiram um roteiro. Também fizemos uso de “entrevistas interativas não estruturadas” (CORBIN; MORSE, 2003) que consistiram na escolha de um número pequeno de informantes-chaves com os quais foram realizadas entrevistas em profundidade. Os sujeitos designados como informantes-chaves incluem aqueles “de dentro” da comunidade, que possuem amplos contatos e envolvimento ativo ou detém conhecimentos e informações amplas de interesse do pesquisador (SCHENSUL *apud* BISOL, 2012, p 722). Além desses, também foram entrevistados sujeitos “de fora” da comunidade, os quais são agentes que atuaram nas localidades estudadas, por meio de organizações de assessoria ou entidades religiosas, e que possuem informações relevantes para este estudo.

Entrevistas interativas com informantes chaves proporcionaram dados da memória social, isto é, aquilo que o grupo reteve como marco da sua história e da história da região (ANDRADE, 2008, p. 59), fundamental para contar ou relatar processos com mais exatidão. A opção por esse tipo de entrevista ocorreu por entendermos que, mesmo que os

sujeitos vivenciem as mesmas situações, nas mesmas circunstâncias, suas memórias são interiorizadas de forma diferente e mediadas pela maneira que o mundo está sendo habitado no presente (DAS, 2011, p. 35).

Por meio das entrevistas foi possível resgatarmos, por intermédio da memória dos entrevistados, informações que estavam no anonimato e, assim, trazer à tona dados relevantes para a compreensão das distintas formas de organização camponesa forjadas no Médio Mearim.

2.2.2.3. *Grupos focais*

O grupo focal é uma metodologia de entrevista em que ocorre uma exposição oral específica e espontânea dos envolvidos, visando fomentar interações de um grupo sobre um tema proposto, juntamente com os debates suscitados entre os participantes (POMMER; POMMER, 2014, p. 10). Conforme Veiga (*apud* GONDIM, 2003, p. 151), essa técnica pode também ser caracterizada como um recurso para compreender o processo de construção das percepções, atitudes e representações sociais de grupos.

Foram realizadas 20 reuniões com grupos focais, distribuídos por gênero, faixa etária e nível participativo, em nove comunidades. Nem sempre os grupos obedeceram estritamente a divisão por categoria, havendo momentos em que optamos por entrevistas individuais para não comprometermos os resultados visados. Para as entrevistas em grupo utilizamos um roteiro baseado em cinco dimensões (humana, física, social, econômica e ambiental) e composto por perguntas avaliadas numericamente, numa escala de 0 a 10 (Apêndice 1). Quanto ao tamanho do grupo, optamos por grupos variando entre quatro e seis participantes, em virtude de facilitar a interação e não diminuir a chance de todos participarem (GONDIM, 2003).

A opção por essa técnica de investigação ocorreu com o intuito de identificarmos diferentes perspectivas e opiniões públicas do grupo social, visando contrastá-las com opiniões particulares detectadas em entrevistas individuais e, assim, verificarmos normas importantes que orientam suas ações (BECKER, 1994), bem como as “interinfluências da formação de opiniões sobre um determinado tema” (GONDIM, 2003, p. 152). Além disso, há uma memória coletiva acerca desses acontecimentos, compartilhada não somente pelos que participaram diretamente, como também pelas gerações posteriores que a herdaram a

partir da socialização política e histórica (POLLAK, 1992). Por isso, acreditamos que a reunião de lembranças possibilitada pela técnica do grupo focal ajudaria na melhor descrição dos fatos (HALBWACHS, 1990) e na análise acerca das transformações pós-conflito.

O modelo de grupo adotado foi aquele classificado por Morgan (*apud* GONDIM, 2003, p. 151) como “uma proposta multi-métodos qualitativos”, que integra seus resultados com os da observação participante e da entrevista em profundidade. Essa associação de técnicas visa facilitar a avaliação do confronto de opiniões, já que se poderá ter mais clareza do que as pessoas pensam isoladamente sobre um tema específico (MORGAN *apud* GONDIM, 2003, p. 153).

Avaliamos a influência que a Coppalj exerce nas localidades em que atua. Em virtude disso, analisamos dois momentos relacionados à sua atuação: o cenário anterior à sua criação (1990) e o momento atual (2020), assim como a percepção, por parte dos entrevistados, da influência da cooperativa na modificação resultante em cada aspecto. Além disso, a percepção, por parte dos entrevistados, de qual a influência da Coppalj na modificação resultante em cada aspecto. Para esta avaliação, os entrevistados informaram índices percentuais (0 a 100%) que foram aplicados a cada aspecto. O Quadro 1 apresenta o modelo utilizado para avaliação da intervenção da Coppalj.

Quadro 1: Estrutura para avaliação da influência da Coppalj nos meios de vida locais

Dimensões	Anterior (1990)	Atual (2020)	Diferencial	Influência da Coppalj (%)	Efeito final
Formação/Humano					
Físico					
Social/organizacional					
Econômico					
Ambiental					
Total (Agregado)					

2.2.3. Estrutura metodológica

No Quadro 2 são apresentados os objetivos, procedimentos adotados e resultados esperados com a aplicação dos instrumentos metodológicos da pesquisa.

Quadro 2: Estrutura metodológica da pesquisa

Pergunta de pesquisa	Objetivo específico	Instrumentos metodológicos	Variáveis	Produto
1. Qual a contribuição da ação da Igreja Católica para a organização política camponesa em Lago do Junco e Lago dos Rodrigues?	1. Investigar as condições sociais e históricas que possibilitaram a ação coletiva que resultou no surgimento da Coppalj;	- Pesquisa documental e bibliográfica; - Entrevistas interativas com informantes-chaves “de dentro” e “de fora”;	- Organizações externas; - Formas de atuação; - Conexões; - Papel dos sujeitos locais;	- Capítulo analítico avaliando a atuação de agentes externos.
2. Quais foram as transformações e impactos resultantes da atuação da Coppalj?	2. Analisar as transformações decorrentes da atuação da Coppalj na realidade local.	- Grupo focal (meios de vida); - Entrevista estruturada; - Gráfico radar	- Dimensões de meios de vida (humano, físico, social, econômico, ambiental).	- Entrevistas transcritas; - Discussões dos grupos sistematizadas.
3. Quais benefícios são recebidos por sócios e não sócios da Coppalj?	3. Identificar as percepções acerca das mudanças provocadas pela organização, considerando-se os distintos grupos sociais enfocados.	- Entrevistas interativas com informantes-chaves; (gênero, faixa etária e nível participativo). - Pesquisa documental.	- Percepção proveniente das entrevistas; - Número de operações financeiras.	- Quadro comparativo do movimento financeiro de sócios e não sócios da Coppalj.
4. Como a diferença de benefícios entre sócios e não sócios afeta o futuro da Coppalj?	4. Verificar princípios de redistribuição, reciprocidade e equidade para alcance futuro dos objetivos da Coppalj.	- Entrevistas interativas com a coordenação e sócios e com informantes-chaves “de fora”.	- Equidade; - Redistribuição; - Reciprocidade.	- Sistematizar dados que possam auxiliar no planejamento estratégico da cooperativa.

2.2.4. Composição da amostra

Investigar mudanças desencadeadas a partir das mobilizações político-organizativas explicitadas exige que sejam definidos com precisão qual ação, quais agentes, seus objetivos e obstáculos, e qual é a exigência de conhecimento a ser produzido em função dos problemas encontrados na ação ou entre os atores da situação (THIOLLENT, 1986, p. 16).

Neste estudo, definimos a amostra de entrevistados de acordo com os métodos utilizados: entrevistas interativas com informantes-chaves e entrevistas em grupo focal. Os informantes-chaves “de dentro” foram selecionados com base no acompanhamento destes do processo de criação da Coppalj, sem necessariamente ter se associado, ter assumido algum cargo na cooperativa (cantineiro, diretor) e ser liderança comunitária. Além disso,

também utilizamos a metodologia bola de neve que consiste na indicação de novos participantes pelas pessoas inicialmente entrevistadas. Para escolha dos informantes-chaves “de fora” consideramos os agentes que atuaram entre 1980 e 1990 na região e participaram da organização política das comunidades.

Os grupos focais foram formados de forma que a amostra fosse constituída a partir de critérios de diversificação em função das variáveis estratégicas, cujo objetivo foi obter exemplos da maior diversidade possível de informações referentes ao nosso tema (MICHELAT, 1987, p. 199). Assim, os sujeitos dessa pesquisa foram jovens, homens e mulheres agroextrativistas, impactados pela Coppalj, sendo esses sócios e não sócios.

Os sócios foram considerados em dois grupos: sócios fundadores, no qual consideramos aqueles associados entre 1991-1995, com idade acima de 50 anos; e sócios recentes, que são aqueles associados entre 2015-2019, com idade até 50 anos. Para não sócios, também consideramos aqueles com até 50 anos e acima de 50 anos, tendo em vista que muitos dos sujeitos que acompanharam a criação da cooperativa não se associaram.

No que tange aos jovens, em virtude da dificuldade de encontrar informantes-chaves nesse grupo, que segundo definição do IBGE, consiste daqueles com idade entre 15 e 24 anos, optamos por tratar a juventude como uma realidade socialmente construída (DOUTOR, 2016) e que varia em virtude do tempo e da localidade. Portanto, consideramos que as definições e critério sobre o que é juventude são discursos, um modo de construir sentidos (HALL, 2006). Desse modo, no grupo de não sócios, incluímos dentre os jovens os sujeitos com idade entre 25-35 anos.

Portanto, a escolha dos informantes contemplou a diversidade de sujeitos que compõe e/ou interage com a Coppalj. As variáveis estratégicas definidas foram aquelas que desempenham papel importante no campo do problema estudado (MICHELAT, 1987). Por essa razão, se basearam no sexo, faixa etária e nível de participação na cooperativa, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3: Número de grupos focais conforme composição

Sócios fundadores (1991-95)		Sócios recentes (2015-19)		Não sócios			
+ velhos (> 50 anos)		+ jovens (até 50 anos)		+ velhos		+ jovens	
Homem	mulher	Homem	mulher	homem	mulher	homem	mulher
3	3	3	3	2	2	2	2

As reuniões dos grupos focais foram distribuídas em nove comunidades. Dessas, oito possuem cantinas instaladas e uma não possui. A opção por essa última ocorre pelo fato de estar em processo de articulação para instalação.

Quadro 4: Comunidades com reuniões de grupos focais, distribuídas por município

Município	Comunidade
Lago do Junco	Centrinho do Acrísio
	Centro do Aguiar
	Centro do Bertolino/Santa Zita
	Ludovico
	São Manoel
	Sítio Novo
Lago dos Rodrigues	São Francisco
	Três Poços
	São João da Mata (não possui cantina)

2.3. O trabalho de campo

A inserção em campo aconteceu em duas etapas: em julho/2019 quando foi realizada pesquisa exploratória e em fevereiro-março de 2020, durante a qual foram visitados os nove povoados, localizados nos municípios de Lago Junco (Centrinho do Acrísio, Ludovico, São Manoel, Centro Aguiar, Bertolino e Sítio Novo) e Lago dos Rodrigues (Três Poços, São Francisco e São João da Mata).

Na primeira etapa foram realizadas entrevistas com sócios fundadores e sócios recentes da Coppalj. Na oportunidade, participei da reunião de prestação de contas da cantina de São Manoel, realizada na igreja católica da comunidade, onde foi apresentado o balanço das atividades financeiras, que seria exposto na reunião do Conselho da cooperativa, e definido pautas para discussão na Assembleia que a sucederia.

Em seguida, participei dessas duas atividades que aconteceram na comunidade Três Poços, em Lago dos Rodrigues. Na reunião do Conselho participaram somente cantineiros e coordenação, enquanto da Assembleia, além destes, estiveram presentes sócios e

interessados em se associar, assim como representantes de sindicatos de trabalhadores rurais e técnicos da Assema. As discussões passavam pela prestação de contas, projetos de repartição de benefícios, certificação orgânica, selo de comércio justo, filiação de novos sócios e eleição. A presença nessas atividades foi estratégica para compreender melhor o funcionamento da cooperativa e ter acesso a informações que são obtidas somente em ações como essas. Do mesmo modo, foi fundamental para estabelecer contato com sócios por mim desconhecidos, tendo em vista que, em virtude de trabalhos anteriores, possuía um prévio contato apenas com algumas das pessoas presentes. Finda a Assembleia, segui para a comunidade São João da Mata, onde dei continuidade às entrevistas.

Na segunda etapa, as visitas aconteceram num período de fortes chuvas na região, quando as estradas vicinais ficam praticamente intrafegáveis, havendo momentos em que a locomoção só é possível com motocicleta. O único transporte coletivo existente nas comunidades é um caminhão do tipo “pau-de-arara” pertencente à cooperativa e, durante o inverno, nem ele e, muitas vezes, nem os transportes particulares conseguem trafegar nos caminhos que lhe dão acesso. O fato de alguns trabalhos estarem suspensos possibilitou a disponibilidade de alguém que me apoiou no transporte às comunidades, mesmo sob essas condições. Assim, fui apoiada por Afonso, marido de Alice, um jovem casal da comunidade São João da Mata, na casa de quem fiquei hospedada.

Conheci Alice e Afonso ainda na graduação, pois éramos orientadas pela mesma professora. Na época, sua filha Laura ainda era pequena, e Afonso acompanhava a esposa todos os dias à universidade para cuidar da criança, enquanto a mãe estava em aula, pois Laura ainda era amamentada. Alice atualmente é professora e Afonso não tem emprego fixo. Quando estive em sua casa, seu trabalho mais recente havia sido de pedreiro, paralisado devido às chuvas. O contato prévio existente, o fato de serem um jovem casal e estarem sem atividades durante aqueles dias, me deixou mais à vontade, visto que enquanto pesquisadora, ao me hospedar nas casas e me deparar com a quantidade de tarefas diárias que as famílias possuem, a sensação é de estar incomodando. Além disso, as famílias têm resistência em aceitar apoio financeiro, o que aumenta ainda mais o desconforto de sobrecarregá-las – situação que vivi na casa de dona França, uma senhora residente em Ludovico que gentilmente me acolheu. Num segundo retorno a campo foram seu neto João

Marcos e seu sobrinho Ildo Lopes (ou Chapada, como é popularmente conhecido), que me acompanharam.

Em algumas comunidades minha presença não era estranha, pois já as havia visitado quando trabalhei para a Assema, no ano de 2018, o que facilitou a articulação e a entrevista com alguns informantes. Mas nem sempre era assim, pois muitos sócios da Coppalj não estão concentrados onde há cantinas instaladas, mas nas adjacências, o que muitas vezes exigiu que nos deslocássemos até lá.

Não sócios costumavam ser mais fechados e nem sempre se sentiam à vontade para fornecerem informações, provavelmente por terem incutido a ideia de que, por não serem sócios, não possuem legitimidade para falar acerca da Coppalj. Em virtude disso, mobilizá-los para participar dos grupos focais se constituiu um desafio, afetando a quantidade de reuniões realizadas. Tal postura é diferente da observada nos sócios fundadores, que corporificaram a ideia de compromisso político com a cooperativa, perceptível no discurso, na postura crítica e na abertura ao diálogo. É como se, ao falarem da organização, estivessem exercendo um dever enquanto cooperado.

Dentro do grupo de não sócios há algumas diferenciações. Há aqueles que: 1) mantêm uma ligação política com a cooperativa; 2) outros cuja ligação ocorre através de benefícios recebidos; 3) e os que não possuem nenhum desses vínculos. Dos não sócios do terceiro grupo era comum ouvir que tudo o que eles possuem atualmente é resultado do seu próprio esforço, enquanto não sócios do segundo costumavam avaliar positivamente e ressaltar os benefícios que já receberam da cooperativa, e os primeiros serem mais ponderados nas suas avaliações devido à relação de parceria que mantêm com ela. Era comum um único grupo reunir pessoas com estas diferentes opiniões e ao atribuírem nota avaliativa entrarem em um consenso. No grupo de sócios recentes também foram observadas distinções. Há aqueles que, por estarem envolvidos politicamente ou serem filhos de sócios fundadores, conhecem o contexto de surgimento da Coppalj e conseguiam avaliar mais criticamente sua atuação em todas as dimensões. Por outro lado, há aqueles que não são engajados politicamente e que a única dimensão que conseguiam avaliar era a econômica. Todos estes fatores, logicamente, se refletiram na atribuição das notas.

Em algumas visitas contei com o apoio de cantineiros. Contudo, houve momentos em que não puderam devido ao trabalho na cantina, o que afetou duramente a realização

dos grupos focais. Nas comunidades as famílias sempre têm múltiplas atividades e há dias e horários exatos para cada. Além disso, há as atividades extracomunitárias que exigem o deslocamento para outros povoados ou à sede do município, então qualquer visita inesperada pode afetar o andamento dos trabalhos e a organização familiar. Por esse motivo, íamos previamente para falar sobre a pesquisa, combinar dia, horário e local e organizar as reuniões em grupos focais por categoria (gênero, faixa etária e nível participativo).

A divisão dos grupos por categoria nem sempre foi possível. Em algumas comunidades, por exemplo, as pessoas só tinham tempo à noite, por isso os maridos sempre acompanhavam suas esposas, talvez mais por curiosidade, e terminavam participando das discussões mais do que elas. Nas ocasiões em que essas situações aconteceram optei por não barrar a participação deles, visto que suas opiniões em diversos momentos contrastavam das opiniões femininas, sendo mais viável adotarmos dois questionários, pois possuíam percepções interessantes. Em outros momentos, não havia pessoas para integrarem as três categorias ou essas moravam em lugares diferentes e tinham viagens no dia combinado, nos levando a realizar as reuniões que fossem possíveis, e optarmos por entrevistas individuais diante da inviabilidade dos encontros em grupo.

Desse modo, o cronograma de atividades que havíamos previsto foi sendo modificado em virtude da necessidade de nos adaptarmos aos imprevistos que extrapolaram os que havíamos imaginado no momento da preparação para campo. A realidade foi determinando os caminhos da pesquisa e boa parte do que foi planejado se tornou expectativa.

3. REFERENCIAL DE ANÁLISE E RESGATE HISTÓRICO

Compreender processos sociais envolvendo camponeses num contexto de intenso conflito social, como o que permeou o campo maranhense a partir, principalmente, dos anos 1980, demanda analisarmos não somente os impactos perpetrados pelas mudanças estruturais, mas também focarmos nas suas experiências de resistência e sobrevivência e examinarmos os atos empreendidos por eles contra as violências vividas (GROSSMAN, 2000). Partindo de uma abordagem pós-estruturalista, nesse capítulo apresentamos as teorias e conceitos que embasam o presente trabalho como a ação coletiva e a perspectiva orientada ao ator, seguida de uma apresentação de conceitos relacionados à antropologia econômica, na qual discutimos sobre mercado e cooperativismo. Por fim, resgatamos o histórico sobre os processos que ensejaram a luta pela terra e pelo acesso ao babaçu no Médio Mearim.

3.1. Transformações estruturais e ação coletiva

As ações adotadas pelo governo visando o desenvolvimento econômico exerceram forte impacto na realidade dos grupos camponeses. Contudo, se ao desconsiderar a existência desses grupos, apostava-se no seu desaparecimento ou proletarização, eles não desapareceram completamente, nem permaneceram como antes (SHANIN, 2005, p.57).

Porém, é inegável que as transformações estruturais engendradas provocaram sensíveis mudanças na dinâmica política dos conflitos agrários e essas forças sociais tidas como pertencentes ao passado emergiram na arena pública, numa espécie de “polifonia política”, como observado por Cruz (2014, p. 14). Nessa perspectiva, é que surge uma diversidade de “novas vozes” no Médio Mearim, reclamando por direito, reconhecimento identitário, justiça no campo e busca pela construção de uma autonomia política e econômico-produtiva, com formas organizacionais que ultrapassam os marcos tradicionais do sindicalismo e dos partidos (CRUZ, 2014, p. 17), a exemplo da Coppalj. Esse “novo sujeito” que passa a ocupar o cenário político maranhense, embora coletivo, não está preso a organizações ou instituições determinadas que o organize, mas passa a se organizar a partir dos seus próprios interesses (PAULA, 2013).

Essa autonomia e centralidade que os sujeitos vinculados à Coppalj passam a ocupar na tomada de decisões e na resolução dos seus próprios problemas nos aproximam das reflexões de Ostrom, acerca das formas de auto-organização coletiva desenvolvidas por comunidades para protegerem e reaverem seus direitos, por meio do estabelecimento de regras necessárias que garantam o respeito dos envolvidos em relação ao uso de bens comuns (SCHMITZ et al., 2019).

A ideia de Ostrom se contrapõe à abordagem convencional da ação coletiva que aponta a existência de um comportamento racional e egoísta orientando as ações dos sujeitos, que atuam para alcançar seus próprios interesses em detrimento dos interesses do grupo, e de que todos os indivíduos que se encontram numa situação de dilema social maximizariam seus próprios retornos de curto prazo (POTEETE et al., 2012). Baseados nessa teoria, muitos analistas pensavam que a única maneira de solucionar o problema dos bens comuns era impor uma solução desde o exterior. Contudo, analisando experiências de manejo de recursos de uso comum, Ostrom verificou que os indivíduos podem chegar a dirigir e administrar de forma efetiva seus próprios recursos (OSTROM, 2000; POTEETE et al., 2012, p. 389).

Desse modo, ao examinar o quadro de conflitos agrários vividos por camponeses maranhenses, consideramos que a visão deformante de uma supervisão de corpos dóceis que operaria por trás dos agentes deforma a realidade histórica e ignora gravemente suas capacidades, e sublinhamos que os fracos não devem ser considerados completamente destituídos em relação aos fortes (CHAZEL, 1995, p. 237).

É, portanto, dessa maneira que analisamos os camponeses aqui representados: como sujeitos ativos, dotados de capacidade de mobilização e não vítimas passivas dos processos sociais. Ou, como expresso por Sarlo (2007, p. 16), como “protagonistas de atos de rebelião cotidiana, que fazem da necessidade virtude, modificando sem espalhafato e com astúcia suas condições de vida, cujas práticas são mais independentes do que pensaram as teorias da ideologia, da hegemonia e das condições materiais”.

Desse modo, é válido o alerta feito por Bourdieu (2006, p. 185) aos escritos que descrevem a vida como seguindo um percurso fechado, com começo, meio e fim, sem se atentar para os desvios, para as dobras culturais e a inventividade subalterna (SARLO,

2007; LORIGA, 2011), de que tratar a vida dessa maneira é conformar-se com uma representação comum da existência.

Portanto, buscando fugir das representações historicamente construídas acerca dos camponeses, é importante considerar que as práticas sociais acontecem de forma situada no espaço e no tempo, num contexto cultural atravessado por normas, tradições, obrigações, relações de parentesco e reciprocidade que influenciam as ações dos sujeitos e, logo, as mudanças sociais (THOMPSON, 1981, p. 189). Apesar das políticas oficiais de intervenção na Amazônia e seus desdobramentos nos estados da região guardarem similaridades e demonstrarem a existência de experiências comuns entre os segmentos camponeses, essas experiências também podem assumir formas e significados inesperados em virtude das particularidades culturais.

Soma-se a isso o fato de que “toda a ação apenas existe em continuidade com o passado, o qual fornece os meios para que aquela se inicie” (GIDDENS, 2000, p. 44). Nesse sentido, as estratégias e construções dos camponeses podem ser resultado de um estoque herdado e aperfeiçoado, assim como também podem ter sido construídas ou adquiridas a partir das partilhas com outros indivíduos contemporâneos (LONG; PLOEG, 2009). Desse modo, assim como é importante identificar experiências comuns que ligam os camponeses agroextrativistas maranhenses a agroextrativistas amazônicos, também é útil detectar aspectos que os diferenciam e que evidenciam sua capacidade de elaborarem respostas diferentes mesmo diante de situações homogêneas.

3.2. Mercado e cooperativismo

O cooperativismo é um movimento originado a partir da classe operária europeia que resultou na criação de um empreendimento associativo caracterizado pela gestão, repartição e propriedade cooperativa (RIOS, 2007). Consideradas como importantes para o desenvolvimento humano e para a redução da pobreza (BIALOSKORSKI NETO, 2007; VICARI, 2014), as cooperativas figuram como instituições democráticas que possuem a “sociedade ativa” como categoria fundante (BURAWOY *apud* SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Definidas pela Aliança Cooperativa Internacional (2020) como “associações autônomas de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e

aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade conjunta e democraticamente controlada”, elas combinam participação, agência e dinâmica de poder, solucionando não apenas as carências de renda dessas pessoas, mas também ampliando suas capacidades ao provocar mudanças significativas em outras áreas das suas vidas (VICARI, 2014, p. 686).

Analisando as experiências da Coppalj observamos que ela está muito mais ligada à ideia de “cooperativismo solidário”, considerado um novo tipo de cooperativismo surgido no Brasil, em contraposição ao promovido pelas elites econômicas e políticas e que se efetivou em favor de uma minoria possuidora de capital (RIOS, 2007, p. 14). Como será observado, o caráter emancipacionista das cooperativas foi fundamental para o resgate da autonomia dos camponeses organizados na Coppalj na criação das estruturas de comercialização, por possibilitar não somente o sustento, mas também a manutenção da solidariedade comunal excluindo assim o antagonismo do benefício baseado no egoísmo característico do mercado autorregulado, criado com a participação do Estado para manutenção do experimento utópico do liberalismo (SÁNCHEZ, 1999, p. 45).

Como observado por Sánchez (1999), ao fazer uma releitura de Polanyi, a formação da economia capitalista de mercado inverteu as formas e a mobilização de recursos e contribuiu para a destruição massiva e violenta das bases tradicionais da sociedade local, uma vez que a economia antes articulada em função da agricultura e do babaçu passou a ser mediatizada pelo dinheiro. Tal processo é percebido pelos camponeses como de sujeição porque provocou a ruptura com seus meios de manutenção física e social. A apropriação fraudulenta de recursos naturais, bem como sua destruição massiva para implantação da agropecuária incentivada, separou os camponeses das suas bases materiais para criação das estruturas que permitiram organizar a sociedade e o sustento do homem ao redor da instituição do mercado (SÁNCHEZ, 1999, p. 45).

Apesar da desestabilização da economia camponesa e do rompimento de importantes redes de solidariedade baseadas em relações familiares e de compadrio, em virtude de numerosos grupos familiares terem se deslocado a procura de um lugar que lhes assegurasse melhores condições de vida ou que ao menos lhes possibilitasse fugir da violência que atravessava o campo naquele período, muitos continuaram lutando contra a

instauração de um sistema de agricultura empresarial que os obrigava a operar apenas de acordo com a lógica do mercado de troca (PLOEG, 2011).

Nas contradições desse movimento emergiram possibilidades e se manifestaram os limites para a institucionalização de organizações, de regras e de práticas que buscaram romper com a lógica neoliberal da economia, promoveram a descentralização das estruturas de ação do Estado e a democratização econômica substantiva (BUROWAY *apud* SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 200). Portanto, a comercialização comunitária tornou-se uma iniciativa para resistir aos efeitos perniciosos de uma economia controlada pelo mercado (POLANYI, 2000).

Essa forma de comercialização se apresenta como um mecanismo de acesso ao mercado e um meio para a redução da pobreza (VICARI, 2014). Além disso, apresenta-se como uma forma destes não se renderem às ordens instituídas pela estrutura econômica hegemônica, evidenciando que não são simplesmente constrangidos por estruturas institucionais insensíveis a mudanças no curso da história, mas também são capazes de alterá-las (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 211).

Ao analisar as estratégias adotadas pelos camponeses contra a exploração de iguais no mercado em termos capitalistas (extração de mais valia até o esgotamento da força de trabalho), resultando na adaptação das suas antigas formas de cooperação e no surgimento de outras mais duradouras, adotamos como base o conceito de contra-movimento, forjado por Polanyi. Tal conceito constitui uma forma de autoproteção da sociedade contra aquilo que Polanyi considera como “moinhos satânicos” (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 199).

A investigação da presença de relações de reciprocidade contribuiu para demonstrarmos que a expansão global do sistema mundial não transformou os povos colonizados e periféricos em objetos passivos de sua própria história (SAHLINS, 1988) e que a mercantilização da terra e do trabalho não os aniquilou (PLOEG, 2011). Soma-se a isso, o fato de que, ao contrário do afirmado por teóricos que apontavam a predominância de um individualismo racional orientando as ações dos sujeitos, há valores humanos que impulsionam a cooperação.

3.3. Mobilização e tensões sociais no campo: luta pela terra e pelo babaçu no Mearim

A partir do final da década de 1960, a Lei Estadual de Terras resultou na privatização de extensas áreas no Maranhão, convertidas em pastagens para criação de gado bovino, alterando os direitos de propriedade (MAY, 1990). Embora o Médio Mearim tivesse passado por formas de apropriação que demonstram que a concentração fundiária é anterior ao “processo privacionista” (ANDRADE, 1997), foi a partir deste período que a estrutura agrária sofreu profundas transformações, com a adoção de políticas oficiais que tinham por intuito “desenvolver” a região.

Conforme Pedrosa (2003), o Mearim e o Pindaré recebiam o fluxo migratório de camponeses expulsos de áreas maranhenses de colonização mais antiga, como o vale do Itapecuru (VALVERDE, 1957), e de outros estados do Nordeste. Esse trânsito migratório, iniciado na década de 1920, acentuou-se nas décadas de 1940 e 1950, com migrantes originários de Pernambuco e, principalmente, Ceará e Piauí (BARBOSA, 2007, p. 61).

A chegada de retirantes em busca de terras livres, somada à descendência de negros escravizados que trabalhavam em antigas fazendas desestruturadas, contribuiu para que o Médio Mearim expressasse dimensões variadas de consolidação da posse camponesa (PORRO; PORRO, 2020, p. 4). Enquanto os retirantes se deslocavam impulsionados pela busca de terras para viver, os de ascendência escrava tinham obtido o direito sobre a terra por meio de doação, venda ou mediação de governos locais, transferidos de fazendeiros falidos para ex-escravos ou seus descendentes (SOARES *apud* PORRO; PORRO, 2020, p. 5).

Essa frente de expansão, empurrada pela grilagem, no caso dos maranhenses, e pela seca e condições desfavoráveis de uma realidade social adversa como a concentração fundiária e o nepotismo dos coronéis, para os nordestinos, era conduzida no intuito de encontrar terras desprovidas de domínio, onde seria possível implantar suas lavouras sem subordinação a outros agentes sociais (VELHO, 1972; ARAGÃO, 1997, p. 87-88). Desse modo, o “rumar” ao Maranhão era, muitas vezes, mera estratégia de sobrevivência (FERREIRA, 2015, p. 86).

Contudo, para Valverde (1957, p. 392), esse não era o único fator que impulsionava o avanço sobre terras maranhenses. Para o referido autor, depois da Primeira Guerra

Mundial (1914-1918), “houve uma carência aguda de óleos vegetais nos grandes mercados da Europa e América do Norte, acarretando uma subida nos preços, uma expansão das áreas de cultivo de oleaginosas e uma procura maior nas possíveis áreas de extração vegetal”. Nessa perspectiva, a ampliação dos mercados também contribuiu para o deslocamento, uma vez que as pessoas migravam em busca de novos horizontes de trabalho e de oportunidade para ascender na escala social (VALVERDE, 1957, p. 401).

Constituída dos segmentos extremos das cidades brasileiras, como populações pobres e mestiças, que se expandiram territorialmente para áreas antes ocupadas por sociedades indígenas (VELHO, 1972, p. 8; MARTINS, 1996, p. 28), essa frente se estabeleceu nas áreas devolutas, onde reorganizou seu modo de vida e desenvolveu estratégias que tornaram possível nelas viver. Trazia consigo não somente crenças e costumes, como dava continuidade às atividades praticadas no seu local de origem, como a agricultura de subsistência, o que contribuiu para o caráter marcadamente agrícola do Maranhão (VELHO, 1972, p. 90).

Como demonstrado por Oliveira Filho (1979, p. 113) o deslocamento não é somente geográfico, envolvendo um processo de desorganização e reorganização social, exigindo adaptação ao novo lugar. Desse modo, no âmbito da frente de expansão são formados os denominados *centros*, aberturas feitas no interior da mata e que se tornavam local de moradia (VELHO, 1972) e de “cultivo da lavoura tradicional na base da ‘roça de toco’, para o consumo familiar ou para o mercado local” (PEDROSA, 2003). A partir da chegada de novos moradores e dos filhos constituírem suas próprias famílias, são criadas redes de solidariedade, essenciais ao exercício de atividades produtivas, baseadas numa reciprocidade positiva e que asseguravam o processo de produção permanente (ALMEIDA, 1993, p. 15).

As práticas sociais e culturais tecidas no cotidiano de trabalho e de vida dessas pessoas foram rompidas (FERREIRA, 2015, p. 85) a partir da chegada de novos sujeitos nas áreas previamente ocupadas pelas famílias camponesas, o que acirrou conflitos existentes no estado e instaurou um processo de marginalização e remoção forçada desses sujeitos.

Posseiros que ocupavam as terras devolutas e descendentes de negros escravizados que haviam herdado terras de engenhos abandonadas por antigos senhores, foram cercados

e em muitos casos expulsos por grileiros e pecuaristas (MAY, 1990, p. 63). Conforme May (1990, p. 64), nas décadas de 1960 e 1970 havia ainda muita terra ocupada por posseiros; contudo na década seguinte essa categoria quase que desapareceu dos estabelecimentos agrícolas. Para o referido autor, alguns desses se deslocaram para outras áreas onde pudessem continuar o ciclo produtivo ou foram forçados a emigrar para os garimpos e grandes obras de construção promovidas pelo governo.

Esta situação se intensificou com uma das principais medidas tomadas durante o governo de José Sarney (1965-1970), a “Lei de Terras” (Lei n.º 2.979, de 17 de julho de 1969), que legitimava a distribuição de terras públicas a um pequeno grupo privilegiado (SANTOS; BORBA, 2014, p. 8). De acordo com Barbosa (2007, p. 62), “tal lei [...] incentivava a expansão de projetos agropecuários e agroindustriais, excluindo famílias rurais do acesso à terra e aos babaçuais”.

A implantação de projetos agropecuários em áreas devidamente ocupadas ameaçou a própria condição camponesa, uma vez que favoreceu a expropriação das famílias que as habitavam (ALMEIDA; MOURÃO, 1976, p. 9). Entre 1979 e 1981, o Maranhão respondeu por 22,5% dos casos nacionais de conflito pela terra (ALMEIDA *apud* CARNEIRO, 2013, p. 28), estando à frente não somente pelos números, mas também pela intensidade e caráter político dos conflitos registrados (CPT, 1985).

Informações oficiais (INCRA, 1986, p. 78) atestam que os estados do Pará e Maranhão somavam cerca de 53% do total geral de ocorrências de assassinatos, incidindo tais conflitos nas regiões de ocupação recente e de frente de expansão. No Maranhão, as mortes eram quase sempre dirigidas aos homens adultos ou filhos mais velhos, cuja intenção era o enfraquecimento da luta pela terra e destruturação familiar, ficando as viúvas¹¹ e os órfãos numa agravante situação no sentido de continuar subsistindo (SMDDH, NAV, 1993). Conforme dados da então Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH) e do Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Assassinados em Conflitos de Terra (NAV/UFMA),

Somente em 1992, 727 famílias foram violentamente e ilegalmente despejadas por policiais, pistoleiros e milícias privadas. Na maioria dessas situações, essas

¹¹ O grande número de viúvas de trabalhadores rurais assassinados em conflitos no Médio Mearim levou, na década de 1990, à criação do Movimento de Viúvas Vítimas da Violência no Campo, resultado da articulação da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e do Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Assassinados em Conflitos de Terra (NAV/UFMA). Para mais informações ver ANDRADE (1997).

famílias tiveram suas casas, roçados, utensílios domésticos e produtos agrícolas destruídos. Em inúmeros casos, registrou-se tortura, sequestro e prisões ilegais (SMDDH; NAV, 1993, p. 4).

A pretensão de harmonia contida no planejamento estatal desapareceu, dando lugar à luta pela posse da terra e pelos babaçuais, uma vez que o estabelecimento de um mercado de terras a partir da Lei 2.979 acarretou mudanças nos direitos de propriedade ligados aos recursos naturais, a exemplo das palmeiras de babaçu (ALMEIDA; MOURÃO, 1976; MAY, 1990). Frente à redução do espaço da roça e o comprometimento da reprodução física das famílias, o extrativismo do babaçu passou a constituir a principal atividade econômica, tornando-se crucial na manutenção dos grupos familiares expropriados (ANDRADE, 2005).

Contudo, os “novos proprietários” interessados, sobretudo, nos incentivos estatais destinados à pecuária, não somente passaram a controlar o usufruto das palmeiras, como também a derrubá-las para implantação de capim. Desse modo, com o domínio sobre os babaçuais inseridos nas terras por eles apropriadas, era aceito o aproveitamento do fruto somente aos camponeses que tivessem o acesso permitido.

De acordo com Barbosa (2007, p. 70), “mesmo sem desenvolver a pecuária, muitos fazendeiros substituíam os babaçuais por pastagens a fim de impedir a entrada dos trabalhadores em suas áreas”. Contudo, isso não impedia que esses sujeitos, principalmente as quebradeiras de coco babaçu, desenvolvessem estratégias abertas, declaradas, assim como também disfarçadas como forma de enfrentamento (SCOTT, 2000, p. 233), a exemplo da penetração às escondidas nas fazendas para coletar e quebrar os cocos, a recusa em vender as amêndoas para os pretensos proprietários das terras e os *empates* (ANDRADE, 2005, p. 178). Esses consistiam em impedir a derrubada dos babaçuais pelos fazendeiros, utilizando o corpo como barreira, uma vez que as mulheres, homens e crianças formavam um cordão em torno das palmeiras como forma de “empatar” a derrubada. A adoção deste termo foi inspirada no contato entre quebradeiras de coco e o movimento de seringueiros do Acre (BARBOSA, 2013, p. 82).

Embora as consequências das suas ações tivessem um preço inevitável a ser pago, como o recrudescimento dos conflitos marcados pela tomada dos pacarás¹² pelos jagunços, a destruição das suas casas e assassinatos como meio de intimidação e demonstração de

¹² Pacará é um cesto feito de palha de babaçu, que dentre suas tantas utilidades, é muito empregado para guardar o coco babaçu.

poder (ARAGÃO, 1997), tais estratégias eram parte integrante de um curso de ação que conduziria ao resultado que buscavam atingir (CHAZEL, 1995, p. 217).

Em reação à situação descrita, na década de 1980 se assiste, no Médio Mearim, a um intenso movimento dos camponeses na defesa de suas posses e dos babaçuais. A pressão camponesa no país por um projeto democratizante também repercutiu no campo maranhense e incentivou a reação desses sujeitos. Em nível nacional, a pressão social que crescia desde os anos 1970, levou à criação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o qual desencadeou a contestação dos setores ruralistas visando impedir sua implantação pelo aumento da violência no campo (OLIVEIRA, 2001, p. 199). De acordo com Mendonça, (2010, p. 92), “a princípio, o PNRA buscava atender demandas sociais mais urgentes no âmbito rural, visando a desapropriações que permitissem o assentamento de trabalhadores sem terra nas áreas de maior potencial de conflito no país, nas regiões Norte (Pará) e Nordeste (Maranhão)”.

Conforme estudos realizados por Carneiro et al. (1996, s/p),

à luz das lutas sociais do período, os números das desapropriações, mesmo não abrangendo todas as situações críticas de conflito e tensão social, guardam certa correlação com as mobilizações camponesas pela terra no Maranhão, ou seja, as áreas desapropriadas serão aquelas previamente ocupadas por segmentos camponeses, vindo a ação estatal de desapropriação a posteriori, no “rastilho da pólvora” (CARNEIRO et al., 1996, s/p).

Nesse sentido, a reforma no Estado aconteceu mais como resultado das lutas dos camponeses do que por ação oficial, tendo em vista que esta apenas reformou os limites estruturais da miséria, desapropriando áreas cujas dimensões e cuja fertilidade do solo eram insuficientes para a reprodução das famílias ditas assentadas (CARNEIRO et al., 1996, s/p).

Pode-se, então, afirmar que o registro de inúmeros conflitos e de alguns casos relativamente bem-sucedidos de reação dos camponeses ao avanço capitalista aos seus territórios evidencia que esse não aconteceu sem resistência e que, embora dominante, a tendência expropriadora não era irremediável (MUSUMECI, 1988, p. 16).

Sem dúvida, a produção e difusão de concepções sobre a terra e a reforma agrária, disseminadas pela Igreja Católica e por sindicatos de trabalhadores rurais (MUSUMECI, 1988), reforçaram o caráter legítimo das suas ações, bem como também desempenharam papel importante ao contribuir para a organização camponesa no estado. Contudo, é à Igreja Católica que os trabalhadores creditam as principais contribuições no período de lutas na

região, tendo a presença de agentes religiosos no interior do Maranhão interferido não somente na composição eclesial regional, mas também na configuração de outros níveis e esferas da vida social (MACHADO, 2019, p. 99).

Conforme analisaremos no próximo capítulo, a presença da instituição nas comunidades rurais do Médio Mearim, incluindo Lago do Junco, sobretudo a partir da década de 1950, com a chegada dos frades franciscanos na Diocese de Bacabal, evidencia o envolvimento ativo de agentes externos nas mudanças das relações sociais no campo que se processaram a partir desse período, ao atuarem como mediadores durante intensos conflitos fundiários.

4. A IGREJA NÃO SE LIMITOU A REZAR: ATUAÇÃO RELIGIOSA NAS CAUSAS POPULARES NO MÉDIO MEARIM

O Médio Mearim não apenas guardava possibilidades que permitiriam a ascensão social, como também possuía aspectos físicos que o encaixava nas descrições do lugar mítico anunciado nas profecias de Padre Cícero Romão: as chamadas bandeiras verdes (SANTOS; ANDRADE, 2019). Guiadas por questões econômicas e ontológicas, famílias inteiras se deslocaram para o interior da região, acreditando ter encontrado o local anunciado e no qual poderiam viver livremente. As notícias acerca das matas verdes e abundantes e das terras livres e férteis logo se espalharam, favorecendo sua rápida ocupação.

Quando a Igreja Católica promoveu um movimento de interiorização no Maranhão, a fé já estava plantada. A partir de 1952, por meio de um intenso programa de ação social junto aos camponeses, a instituição iniciou estratégias e formas de mobilização que visavam o fortalecimento da sua presença nesse espaço (ALMEIDA, 1981; MACHADO, 2019).

Conforme Neris (2014, p. 185), essas iniciativas faziam parte de um movimento amplo e ambicioso de intervenção econômica denominado *Ruralismo*, iniciado pelo então arcebispo de São Luís, D. José de Medeiros Delgado, e que combinava uma série de atividades como a criação da Cooperativa Banco Rural do Maranhão, o Movimento Intermunicipal Rural Arquidiocesano (Mira) e a realização de experiências-piloto de reforma agrária. As preocupações da Igreja eram “as perspectivas de futuro da população do interior” e “favorecer a criação de uma nova consciência pela propriedade da terra e por métodos novos de cultivo do solo e produção agrária, fundando cooperativas agropecuárias e promovendo as chamadas ‘Semanas Ruralistas’” (LÖHER, 2009, p. 381).

A expansão religiosa atinge o Médio Mearim em 1953, quando chegam à região clérigos alemães pertencentes à ordem dos Frades Menores, também conhecida por Ordem dos Franciscanos (MACHADO, 2019), instalando-se em Bacabal. Para os religiosos, fixarem-se no interior do Maranhão não era algo simples, sobretudo porque consideravam ser “um lugar difícil, com crescimento enorme, região de imigração dos flagelados da seca no Ceará, com muita gente desenraizada” (LÖHER, 2009, p. 25). Além disso, nos

municípios com maioria da população negra, não os agradava a reunião de costumes ligados a religiões de matriz africana às práticas católicas.

A imigração dos religiosos europeus para a região está ligada a uma ação ampla que visava fortalecer e ampliar o domínio do catolicismo no seio da população e barrar o comunismo¹³, que se transformava em uma grande ameaça à hegemonia católica (MONTENEGRO, 2008, 2019). Conforme Montenegro (2008, p. 26), a perda de trabalhadores rurais para outras forças ideológicas desencadeou um movimento de disputa, de luta pelo poder, pelo controle dos movimentos sociais rurais. A maior presença no interior possibilitaria à Igreja recuperar o prestígio perdido decorrente do avanço de associações ligadas à União dos Lavradores e Trabalhadores do Brasil (Ultab), instituída sob a direção do Partido Comunista (FETAEMA, 2012).

Em 1959, aconteceu a IX Semana Ruralista¹⁴ na cidade, contando com representantes de vários órgãos estatais, religiosos e trabalhadores rurais, cujo intuito era resolver os graves problemas enfrentados no Mearim. Dentre os temas abordados estavam a fixação do homem à terra, propriedades pequenas, o obstáculo das grandes terras de um dono só, cooperativismo, fomento agrícola e assistência médica e social (LÖHER, 2009, p. 382). Esses temas ganharam repercussão nas narrativas dos religiosos, que passaram a incluir nas suas pregações assuntos ligados à “renovação agrária”, orientando os camponeses a permanecerem no lugar onde estavam (ERALDO *apud* LÖHER, 2009, p. 225).

Acerca das Semanas Ruralistas do Maranhão, realizadas em Bacabal, Frei Godofredo Bauerdick afirma que

Dom José Delgado e a Secretaria da Agricultura articularam estas semanas para demonstrar como melhorar a vida e o trabalho no campo. [...] Tinha muitas palestras e filmes na praça da Paróquia de Santa Terezinha¹⁵. Monsenhor Frederico Chaves organizou o movimento de sete rainhas para pagar as despesas da Semana. As rainhas do milho, do arroz, do babaçu, do algodão, do feijão, etc. Houve uma passeata da Igreja de Santo Antônio no Ramal com sete carroças enfeitadas para as rainhas. Que euforia e

¹³ Montenegro (2008) argumenta que os padres que migravam da Europa para o Brasil na década de 1950 vinham como missionários, atendendo ao apelo da Encíclica *Fidei Donum* e estavam conscientes da importância da sua missão no sentido de barrar o comunismo, principalmente no Nordeste, onde as Ligas Camponesas ameaçavam a hegemonia católica. Para mais informações, ver Montenegro (2019) e Almeida (1981).

¹⁴ As semanas ruralistas ocorreram em vários pontos do país e duravam, em média, sete dias (SOUZA, 2020, p. 246).

¹⁵ O evento foi realizado de 11 a 18 de janeiro, de 1959 (LÖHER, 2009, p. 382).

perspectiva otimista para o futuro naquela época por parte da Igreja, melhor da hierarquia da instituição (BAUERDICK, s/d)

Além desses eventos, a Igreja também criou e organizou cooperativas (NASCIMENTO, 2017), a exemplo da Cooperativa Agropecuária de Pedreiras e da Cooperativa Agropecuária de Bacabal. A cooperativa de Bacabal havia sido criada logo após a Semana Ruralista. Em 1962, aconteceu sua reabertura, por incentivo do então presidente João Goulart, e a mesma passou a funcionar com empréstimos do Banco da Amazônia S/A, tendo como sede provisória o salão paroquial de Bacabal¹⁶ e, posteriormente, o armazém da empresa Chames About¹⁷. Contudo, com a ditadura militar e a forte oposição às organizações sociais, essa experiência foi encerrada.

O comércio e a prefeitura de Bacabal não olharam com boas vontades os preços baixos da cooperativa. Ela não pagava impostos naquela época e levava vantagens. O golpe de 1964 acabou com este tipo de política agrícola para o pequeno agricultor. Em 1965 fechou-se a cooperativa por falta de condições. Tudo foi para um leilão para pagar os débitos. Houve também safadeza do gerente do Banco da Amazônia (Basa) desviando dinheiro da cooperativa para outros projetos. Fui interrogado por uma comissão do Basa de Belém, sendo transferido para São Luís (BAUERDICK, s/d).

A cooperativa comercializava alimentos, remédios, agrotóxicos e ferramentas. Naquela época foram criados os Grupos da Cooperativa, formados por representantes de povoados que participavam das reuniões mensais da entidade. Frei Godofredo, que colaborava na reorganização, enxergava semelhanças entre as cooperativas e a Igreja e acreditava que o cooperativismo poderia ser descoberto como consequência da fé cristã¹⁸.

Contudo, não se sabe exatamente se a preocupação da Igreja era com a condição dos trabalhadores ou com os problemas que a redução do número de fiéis acarretaria, como se presume no relato de um dos religiosos:

A partir de agosto de 1960 a população está diminuindo um pouco porque a válvula de escape para o noroeste, rumo a Belém, a estrada de rodagem já avançou muito [...] Este povo [migrantes maranhenses e nordestinos] são o problema número 1 para a Igreja e o Estado; eles não têm nada a perder: como nômades, como ciganos, ficam um tempo indeterminado, queimam as roças, colhem e em seguida estão livres de novo depois que comeram as passas do bolo. Trabalham para comer e com isto (infelizmente) se contentam. Não têm maiores

¹⁶ Informação extraída das “Memórias da Custódia: Frei Godofredo”, dos arquivos da Vice-Província Franciscana de Nossa Sra. de Assunção.

¹⁷ A empresa Chames About e Cia., adquiriu a indústria francesa Cotoniére Brasil Cia. Ltda., estabelecida na cidade de São Luís Gonzaga do Maranhão, e passou a se dedicar à compra e venda de algodão, tendo estabelecido filial em Bacabal (DACOSTA, 2006).

¹⁸ Informação extraída das “Memórias da Custódia: Frei Godofredo”, ibd.

ambições [...] Há anos o bispo prega através de nós: “fiquem no lugar, adquiram uma pequena propriedade e registrem este pedaço de terra” (ADAUTO *apud* LÖHER, 2009, p. 225).

A partir da década de 1970, contrapõem-se a posturas mais conservadoras as ideias propagadas pela teologia da libertação, formada por uma ala progressista da Igreja que defendia a opção preferencial pelos pobres. As exigências de uma pastoral mais viva e integrada levaram à criação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que buscavam responder aos desafios de uma prática libertária no contexto sociopolítico dos anos da ditadura militar (DORNELAS, 2020). Considerada um espaço privilegiado de evangelização, as CEBs eram agrupamentos de pessoas pobres pertencentes à mesma região e que se reuniam regularmente para ler a Bíblia à luz de suas experiências (LESBAUPIN *apud* NERIS, 2014, p. 148).

Para Boff (*apud* SOARES, 2000), com as comunidades eclesiais ocorre a transição do religioso ao político. Contudo, as discussões ocorrem de forma situada, inaugurando novas práticas de fé distanciadas dos lugares de culto institucionais e da mediação clerical imediata (NERIS, 2014, p. 148). Com elas, inicia-se um período de redirecionamento das ações da Igreja Católica, que passa de uma religião tradicional marcada por costumes e devoções a uma religião comprometida com a vida dos fieis que se tornam não apenas ouvintes, mas também participantes com direito a voz e escuta. Nessa perspectiva, enquanto a hierarquia da instituição eclesiástica permanecia um dos pilares da ordem, brotavam de seu interior iniciativas em outro sentido. Mesmo quando pareciam complementar as ações da hierarquia, os vínculos¹⁹ estabelecidos produziam efeitos que alteravam seu sentido original (SADER, 1988, p. 150).

Religiosos afiliados à ideia de maior aproximação com as comunidades passaram a colocar em prática as discussões levantadas pela Teologia da Libertação, por meio da criação de núcleos da Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR) e do Movimento de Evangelização Rural (MER), surgidos das estratégias adotadas por essa vertente (MITIDIERO JUNIOR, 2008). Essas mudanças nos discursos e ações da instituição a

¹⁹ Um dos religiosos entrevistados expressa como essas experiências de décadas atrás também foram apreendidas por eles. Ele afirma que “*ainda estou fortemente ligado a este período*” e a dificuldade de se desprender desse passado o leva a guardar as cartas trocadas com as comunidades, jornais por ele criados para publicar tais correspondências, além de crônicas produzidas a partir dessas vivências. Observa-se, portanto, que as relações não eram mediadas apenas pelas exigências clericais, mas também permeadas por sentimentos.

tornou a principal mediadora dos conflitos agrários que se sucederam na região, ainda que em algumas situações a intervenção tenha ocorrido por meio da compra direta da terra²⁰.

Com a adoção destes novos princípios também ocorre a formação de lideranças locais visando sua conscientização política, o posicionamento aberto da Igreja e a “politização de eventos religiosos” (OLIVEIRA; ZANGELMI, 2020), como pode ser observado na Figura 2, durante missa realizada em Bacabal. As missas também eram uma forma encontrada de aliviar as famílias diante de situações que não tinham como evitar, como durante conflito na comunidade São Manoel, quando jagunços destruíram as casas com tratores. Então “nossa força para consolar o povo e agir contra a violência foi celebrar com o povo que estava chorando de dor, o Sacrifício da Cruz, à vista do fazendeiro e da polícia militar, fortemente armada, e dos pistoleiros que riam de nós²¹”. Além disso, na década de 1970 passaram a atuar no apoio à organização sindical, pois em decorrência do estabelecimento de amarras entre a estrutura sindical e o governo, esta perdeu autonomia e passou a ter caráter assistencialista e conciliador com os patrões, havendo uma interferência direta de políticos nas decisões tomadas no seu interior (ACR, 1983; LÖHER, 2009).

Figura 2: Missa pela paz e justiça no campo



Fonte: Clemens, 1985, p. 47.

²⁰ Na comunidade Três Poços, em Lago dos Rodrigues, a Igreja comprou uma parte da terra em disputa diretamente do suposto proprietário. Para mais informações ver PORRO et al. (2020) e GUSMÃO (2009).

²¹ Narrativa de Frei Heriberto Rembecki (2004) contida em Voz da Esperança, folheto informativo da Diocese de Bacabal.

Para Frei Eurico Löher (2009, p. 384), as pregações surtiram pouco efeito, pois, apesar dos esclarecimentos sobre seus direitos, somente alguns trabalhadores de origem nordestina que conheciam a propriedade privada documentaram sua terra. Os demais não estavam bastante decididos, enxergando futuro na periferia da cidade, em novas fronteiras agrícolas rumo ao Pará, no ouro da Serra Pelada, nos canteiros de obra em Brasília e São Paulo. Quando o investimento em terras se tornou rentável, levou profissionais de diversas áreas – engenheiros, médicos, políticos, comerciantes, industriais – a descobrirem a vocação de criadores e passarem a recorrer aos empréstimos para aplicar nesse novo ramo de negócio (LOHER, 2009, p. 383-384). Posteriormente, se estabelece a compra e venda de propriedades, e camponeses que não haviam registrado a terra passaram a ser pressionados pelos “novos proprietários”.

Em 1976, a Vice-Província Franciscana passa a oferecer orientação jurídica esporádica para a reivindicação da propriedade na Diocese de Bacabal, em decorrência da determinação do governo sobre a Ação Discriminatória da Terra (Lei 6.383 de 1976). Nessa oportunidade, advogados instruíam os trabalhadores a declararem o direito de propriedade e de posse e documentarem sua reivindicação sobre a propriedade de terra. Em virtude disso, no ano seguinte, especialmente nos municípios de Lago da Pedra e Lago do Junco, voluntários ajudaram trabalhadores rurais a fazerem sua declaração (LÖHER, 2009, p. 385).

Na década de 1980, é criada a Ajuda Jurídica aos Lavradores (Ajulav) para acompanhamento jurídico efetivo, reunindo advogados e lideranças eclesiais que possuíam ligações a personalidades influentes na política federal e no exterior (LÖHER, 2009, p. 386). A reivindicação e aparato construídos não suprimiram as tensões, e nesse período se assiste ao acirramento dos conflitos, principalmente em Lago do Junco, onde a violência seguia o mesmo ritmo da resistência camponesa.

Na continuidade deste capítulo analisamos a contribuição da Igreja Católica para as práticas de resistência empreendidas por camponeses e que resultaram na organização política deles no Médio Mearim. São também apresentadas formas de intervenção da Igreja na dimensão econômico-organizativa, que por sua vez desencadearam a criação de organizações comandadas pelos próprios camponeses, como é o caso da Coppalj.

4.1. Formação política e organização camponesa: a atuação da Igreja Católica em Lago do Junco

[...] o município de Lago do Junco tinha influência predominante de nordestinos, enquanto outros povoados e especialmente a sede da Paróquia de São Luís Gonzaga era dominada pelos maranhenses e descendentes dos escravos negros (LÖHER, 2009, p. 242).

Na visão tradicional religiosa, os migrantes nordestinos possuíam práticas sadias e adequadas ao catolicismo. Por essa razão, os clérigos que assumiram o trabalho religioso nas comunidades de Lago do Junco e Lago da Pedra que, na divisão administrativa da Igreja, integravam a Paróquia de São Luís Gonzaga, não tiveram a mesma decepção e infelicidade dos que assumiram a sede municipal e outros povoados ligados a ela²². Esse fato, provavelmente, será decisivo nas ações e engajamentos empreendidos nesses municípios.

A doutrina católica exercia grande influência no imaginário dos nordestinos que migraram para o vale do Mearim, tornando-se a fé religiosa a mola propulsora nessas localidades, com os conhecimentos bíblicos fornecendo discernimentos sobre quais direções tomar. Era comum o deslocamento dos moradores até as localidades que possuíam capelas construídas, fato esse que contribuiu para a construção de uma rede de solidariedade entre essas comunidades, que se tornou operacional no período de conflitos. Esses locais de oração eram o principal núcleo comunitário, sendo por onde as reuniões e decisões que tangiam a vida comunitária passavam. Esse envolvimento e a centralidade ocupada pela religiosidade foram fundamentais para a efetividade da atuação da Igreja nessas localidades.

Soma-se a isso, a precariedade em que viviam muitas famílias, a ineficiência do Estado e a fragilidade da estrutura sindical. Por esse motivo, era à Igreja que recorriam para resolução dos seus problemas. Conforme Almeida (1988), a ação da instituição em

²² O descontentamento dos religiosos que assumiam essa paróquia é observado na narrativa de frei Adauto: “[...] os descendentes das gerações passadas se batizam no catolicismo, mas são informados espiritualmente pelo fetichismo das baias e terecôs e pelo fatalismo de crença em feitiços e enguiços, e não pelas práticas e liturgia da S. Igreja. Levas de migrantes provindos do Nordeste [...] melhoram o ambiente, e, embora também ignorantes e na maioria analfabetos, todavia, introduzem em meio selvagem costumes cristãos mais sadios e práticas religiosas mais consentâneas ao catolicismo, tornando o ar mais respirável (ADAUTO *apud* LÖHER, 2009, p. 241).

inúmeros domínios da vida social se constituía num dos únicos suportes que propiciava às famílias certo reconhecimento de direitos de cidadania. Era ela quem chegava primeiro nesses locais, e o único apoio com o qual na maioria das vezes podiam contar (MARTINS, 1989).

Em virtude do poder ideológico da instituição no meio rural e do poder exercido pela religião na estruturação da percepção e do pensamento do mundo social, o que era difundido e defendido por ela adquiria entre os camponeses um forte peso simbólico (MUSUMECI, 1988; BOURDIEU, 2007), contribuindo para os entendimentos que surgiram nos seus horizontes de compreensão. Assim, à medida que ocorre uma mudança ou adequação dos discursos produzidos no seu interior, o imaginário dos trabalhadores também se move.

Na década de 1970 aumentam os problemas enfrentados por esses sujeitos em decorrência da restrição ao acesso à terra. Desse modo, a dificuldade de acesso aos recursos, que vinha se intensificando desde os anos 1950 devido à migração de nordestinos que provocava o aumento da demanda pela terra, é agravada com a apropriação fraudulenta (ANDRADE, 2005, p. 177), ocasionada pela Lei de Terras, como se observa no relato abaixo.

Nos anos 1960, no tempo do José Sarney, ele abriu venda de terra no Maranhão. Chegou muito cearense, uns requereram terra, ficaram. Outras pessoas não acreditaram, eram maranhenses e não tinham costume com “terra de dono”, ficou sem comprar nada. Resultado é que demarcaram e ficou muito pedacinho de chão e as pessoas morando naquilo ali. Só quintal! Aí os donos de terra depois começaram a arrendar suas terras, outras vendiam para outros proprietários que tinham mais condição. (José Soares, povoado São Manoel, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019).

Narrativa similar era feita por religiosos que acreditavam não terem os camponeses descoberto o valor da propriedade privada²³. Contudo, os custos e exigências impostas pelas Ações Discriminatórias²⁴ tornavam inviáveis a muitos deles realizarem sua efetivação sem ajuda jurídica, inviabilizando o acesso à terra pelos mais pobres. A transição “libertadora” vivenciada pelos negros os colocava numa situação diferente dos demais

²³ Para mais informações ver LÖHER (2009, p. 383).

²⁴ Edna Machado (2002) divide o processo em quatro fases: 1) abertura de editais, análise e julgamento e trabalhos topográficos na área; 2) convocação dos interessados, por edital, para apresentação de títulos ou provas relativas aos direitos dominiais ou possessórios sobre os imóveis que ocupam, acrescido dos documentos e provas exibidos; 3) análise e julgamento; 4) trabalhos topográficos e encerramento da discriminatória.

grupos camponeses, não somente porque houve situações em que os proprietários continuaram mantendo controle jurídico sobre a terra e cobrando renda, como também a condição de ex-escravizados os tornava o “último outro” no imaginário social, reforçando a discriminação sofrida no período escravagista (ESTERCI *apud* MUSUMECI, 1988; RAHIER, 2001).

A tradição e força cultural da Igreja tornou sua atuação mais presente do que a de outras instituições, como sindicatos e organizações não governamentais (ong's) (ARAGÃO, 1997). Contudo, em alguns casos, como verificado por Aragão (1997, p. 114), mesmo com a estrutura que a instituição dispunha no enfrentamento às forças políticas, prevalecia a supremacia da elite local, que tinha a seu favor os mecanismos legais do Estado, enquanto as organizações e instituições sociais, por serem consideradas marginalizadas, intervinham por meio da denúncia.

O MER²⁵ e a ACR possibilitaram aos trabalhadores rurais, ou lavradores, aprenderem a ler a realidade com significados distintos do que ouviram e praticaram por grande parte das suas vidas (MONTENEGRO, 2008). A atuação desses dois movimentos era de cunho político, tendo em comum o trabalho de base como fundamento das suas ações e como propostas a evangelização e a conscientização (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 306). Na prática, porém, havia diferenças significativas na forma de condução de suas atividades.

Descrito como mais paciente e dialógico, o Movimento de Evangelização Rural (MER) foi uma iniciativa da Igreja que tinha como função evangelizar camponeses e trabalhadores rurais, incentivando a autopromoção desses sujeitos (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 141). O trabalho do movimento estava focado na organização de CEBs e de sindicatos rurais, na luta pela posse da terra para os posseiros e na promoção de trabalhos comunitários (PENNA, 2017, p. 10). Para Frei Adolfo Temme, que acompanhou e assessorou o movimento, este era mais popular, pé no chão, eficiente, e seus integrantes

²⁵ O MER surge a partir da Juventude Agrária Católica (JAC) que, buscando uma aproximação ao pensamento marxista e motivada por mudanças na conjuntura política brasileira (ampliação da repressão com medidas como o Ato Institucional nº 5), discutiu, em 1969, a necessidade de organizar um movimento com proposta claramente anticapitalista. Em 1985, em razão das mudanças em curso no país e sua expansão às áreas urbanas, o MER passa a se chamar Corrente dos Trabalhadores Independentes (CTI). Em 1990, a CTI se torna Movimento de Comissões de Luta (MCL) e em 2011, Movimento das Comunidades Populares (MCP) (PENNA, 2017, p. 9).

possuíam mais autonomia ao se expressarem e mais convicção acerca do que defendiam, pois as discussões eram mais “mastigadas”. Isso decorria do método utilizado que partia dos problemas mais sentidos pelo povo, usando como instrumental a pesquisa sobre os problemas cotidianos (ASSUNÇÃO, 1985).

De acordo com relatos da irmã Jane Dwyer, religiosa que no início da década de 1970 foi responsável pelo movimento na Diocese de Bacabal, isso acontecia por meio de perguntas que

[...] ajudavam o povo ouvir e repensar, pois o povo tem como resolver suas dificuldades e é muito melhor eles fazerem isso com a própria decisão e desenvolverem o próprio raciocínio. (Irmã Jane Dwyer, Anapu-PA, entrevista concedida em julho de 2020).

Caso a conclusão fosse que o principal problema era a terra, iniciava-se uma discussão sobre como resolvê-lo (PAIVA, 1985, p. 26). Conclusões obtidas pela pesquisa de situação de vida eram devolvidas em reuniões, assembleias e círculos bíblicos que aprofundavam debates acerca da realidade, apoiando-se no evangelho (ASSUNÇÃO, 1985, p. 161-162).

O povo dizia quais eram as dificuldades, os problemas e como resolver, e a gente ajudava eles simplesmente a se organizar, fazer seus planos e se animar. O processo da gente era esse: a gente vai, convive, tenta entender o que o povo pensa, o que o povo quer, o que o povo faz, e de lá ajuda eles resolverem o que querem, e como querem, e como fazer, porque se for na minha orientação, com meu plano, o povo não ia se sustentar. O povo sabe planejar sua vida, sabe traçar seu destino. E quando é deles mesmo, porque eles resolveram, eles vão até o fim. (Irmã Jane Dwyer, Anapu-PA, entrevista concedida em julho de 2020).

A integração dos camponeses também acontecia a nível comunitário, com a realização das atividades locais organizadas pelos dirigentes, embora continuassem recebendo apoio de um desses religiosos. Esse envolvimento da base e os temas abordados tornavam as discussões mais acessíveis aos trabalhadores, fugindo de questões teóricas e se aproximando de um ponto de vista mais situado. No relato de dona Alaídes, que integrou o movimento, é possível perceber o caráter das discussões realizadas no seu interior.

O tempo foi passando e nós compreendendo a celebração do evangelho, tirando momentos do evangelho para celebrar a vida – chamávamos fazer ação da vida –, então fomos começando a pensar o que fazer para não sair da terra e aí a igreja pensou em vários temas da Campanha da Fraternidade, um deles era “*Pra onde vais?*”²⁶. Quando respondíamos essa palavra era “a língua ou o beijo”. Ou tu ficas e encaras a luta ou vai embora e onde chegar a luta vai estar, porque tu não vais ter

²⁶ Campanha da Fraternidade de 1980 que possuía como tema: *Fraternidade no mundo das migrações: exigência da eucaristia*, e como lema: *Para onde vais?*

nada lá também. Então era o momento de iniciar a palavra resistência, que muito se usa, com outras ações. Lá foi o início de como íamos nos preparando para se organizar dessa forma que hoje consideramos organizado (Maria Alaídes, comunidade Ludovico, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2020).

O movimento atuou na região entre o fim da década de 1970 e meados de 1980, sendo presente o medo despertado pela ditadura militar e a repreensão às atividades consideradas subversivas e contestadoras. A forte repulsa dos militares às ideias tidas como comunistas levava alguns movimentos voltados à conscientização política dos camponeses a adotarem medidas protetivas. Em virtude disso, o MER atuava de forma mais sigilosa, devido aos episódios de violência que atingiam o campo naquele período. Por essa razão,

[as reuniões aconteciam] em fundos de quintais, porque além de serem comunitárias, as reuniões que a irmã vinha também eram clandestinas. Quando ela ia embora que queríamos fazer os acertos pra não sermos descobertos na comunidade, as pessoas eram convidadas para as reuniões por gestos e só dizíamos “olha hoje é no quintal de fulano” e a gente ia pro quintal desse fulano de noite pra não repercutir que estávamos reunidos. (Maria Alaídes, comunidade Ludovico, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2020).

Contudo, de acordo com uma integrante da ACR em Bacabal,

O MER era clandestino [...], não era bem visto pela Igreja. As pessoas que estavam à frente do MER [...] não apareciam. Jogavam a ideia, mas não iam pra linha de frente. Eu acho que a gente não precisa se esconder, se a gente não está fazendo nada ilegal. (Guilhermina Aguiar, Bacabal, integrante da ACR).

Seu método de participação democrático e sua atuação silenciosa contribuíram para que, quando comparado com outros movimentos, fosse classificado como “*fogo em monturo*²⁷” e como tendo “*umas pregações que não triscavam em ninguém*²⁸”. As divisões no interior da Igreja e a discordância acerca da prática do movimento contribuíram para que ele fosse condenado pela instituição, acusado de vinculação com ideias comunistas. Por essa razão, optou-se por sua suspensão.

O MER foi condenado por uma assembleia da Diocese. Dom Pascásio acreditou nessas suspeitas e então, de repente, a irmã Jane, que iniciou o movimento, teve que sair da região. Foi uma grande dor pra ela e pra mim. Isso eu lamentei muito e não pude fazer nada. (Frei Adolfo, Teresina, entrevista concedida em 20 de julho de 2020).

Eu trabalhei na região do Médio Mearim de 1979 a 1984, quando Dom Pascásio me colocou para fora da Diocese dizendo que eu era uma comunista. Foi um problema no meu entender de ciúme dos trabalhos, pois tinha um padre que tinha todo o movimento no controle dele e o grupo com o qual eu trabalhava não se

²⁷ Diocina Lopes, comunidade Ludovico, Lago do Junco, entrevista concedida em março de 2020.

²⁸ Antônio Leite, comunidade Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019.

submetia, era mais autônomo e o povo caminhava por conta. (Irmã Jane Dwyer, Anapu-PA, entrevista concedida em julho de 2020).

A ACR²⁹ era considerada mais radical, devido sua atuação mais aberta, porque “*não víamos necessidade de se esconder. A ACR ia pro embate. Se tivesse que falar com fazendeiro a gente ia, a gente mostrava a cara*”³⁰. A ACR pretendia ser “Igreja viva e libertadora do meio rural”, baseada “numa fundamentação bíblica e cristã”³¹. Seu trabalho de conscientização levava os trabalhadores a confiarem que, com o desaparecimento de tudo o que os impedia de serem livres, como a inconsciência e o medo, viveriam como pessoas e filhos de Deus³². Essa percepção, somada à ideia de que a terra era de Deus e pertencia naturalmente ao homem gerava a compreensão de que lutar por ela era reivindicar um direito sagrado e desencadeava uma série de mobilizações e ações conjuntas (ACR, 1969). As ações do movimento incluíam encontros, assembleias e reuniões de estudo que abordavam diversas temáticas, como observado no relato de Guilhermina Aguiar, que integrou o movimento.

Na época dos conflitos muito fortes nós estudávamos o Código Civil, artigo 501. E tinha um material também chamado A Voz que Clama no Deserto, que tinha algumas coisas do Conselho Vaticano. Tinha materiais muito bons que a gente se embasava para isso. Frei Heriberto e Godofredo, principalmente, que eram os mais voltados para essa frente mais dura, tinham esse cuidado da gente não ir para lugar nenhum sem ter consciência do que a gente estava fazendo, estava falando, por isso a gente estudava muito. (Guilhermina Aguiar, Bacabal, entrevista concedida em março de 2020).

A estratégia de reflexão da ACR era baseada no método “ver, julgar e agir”, por meio do qual aprendiam a observar a realidade ao entorno, depois analisá-la em grupo, comparando-a com a realidade global e os ensinamentos bíblicos, para só então delinear estratégias de ação coletiva (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 141). Para a Igreja o envolvimento social deveria ocorrer na mesma medida que o eclesial. Caso contrário, poderia redundar numa maior afinidade dos trabalhadores com o compromisso sindical e partidário e conseqüente abandono da causa cristã. Em virtude disso, a conscientização política era acompanhada de um aprofundamento bíblico e teológico³³.

²⁹ Fundada em 1966 e, anteriormente designada Ação Católica Rural, foi um movimento implementado por D. Helder Câmara e coordenado pelo padre Joseph Servat. A ACR foi atuante até os anos 2000, estando presente em todo o Nordeste (REPOSITÓRIO UFPE, 2020).

³⁰ Guilhermina Aguiar, entrevista concedida em março de 2020.

³¹ Informação extraída de anotações de Frei Heriberto acerca da ACR, no arquivo da Província Franciscana.

³² Informação extraída das “Memórias da Custódia: Frei Godofredo”.

³³ Informação extraída de anotações de Frei Heriberto acerca da ACR, ibd.

A ACR também participou da criação de sindicatos de trabalhadores rurais. A estrutura sindical fortemente controlada por políticos influentes no Médio Mearim limitava as atividades desenvolvidas no seu âmbito. Em virtude disso os sindicatos existentes na região só agiam em consonância com os interesses desses agentes que impediam a tomada de decisões favoráveis aos trabalhadores. Nesse contexto, a ACR passou a atuar na formação de chapas de oposição nas delegacias e diretorias sindicais, resultando em vitórias em alguns municípios, como Pio XII, Lago do Junco, Esperantinópolis, Poção de Pedras, Lago da Pedra e São Luís Gonzaga (SILVA *apud* LÖHER, 2009). Nesse último, a tentativa de retomada desencadeou fortes tensões e “*depois de uma briga, conseguiram tomar quase no tapa*³⁴”.

A sindicalização das mulheres também passou a ser incentivada, contribuindo para o reconhecimento delas como trabalhadoras rurais, mesmo contra a vontade dos maridos, e para o fortalecimento das delegacias sindicais. Para conseguir recursos para pagamento das taxas, as mulheres se reuniam em mutirão para quebra do coco e o dinheiro arrecadado com a venda custeava o número de mulheres que fosse possível naquele dia, até completarem a filiação de todas as interessadas.

O sindicato não era muito bom na luta como o movimento das pessoas. Então começou se agravar mais, surgiram outras comunidades para libertar o babaçu... As pessoas se reuniam nas comunidades. Hoje era minha comunidade que quebrava, então juntava as pessoas da comunidade quase tudo. Ajuntava aquele montão de coco e ia quebrar. Aí naquele dia quebrava aquele montão de coco, vendia e se associava as mulheres daquela comunidade que dava, aí noutro dia era já para outra comunidade e assim as mulheres foram se associando. A maioria das mulheres se associou mais entre 1985 e 1990. (Maria de Fátima Pereira, povoado Centrinho do Acrísio, dirigente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco, entrevista concedida em março de 2020).

Com a tentativa de renovação sindical também surgiu a necessidade de envolvimento político partidário. De acordo com Raimundo Silva (*apud* LÖHER, 2009, p. 402), integrante da ACR, esse processo aconteceu em dois momentos. Inicialmente eram feitas as discussões sobre o valor do voto e do eleitor e, posteriormente, o estudo relacionado aos candidatos. A paróquia de Bacabal onde estava situado o secretariado da ACR tinha clara preferência pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB)³⁵, como observado em relatos do frei Adolfo Temme.

³⁴ Guilhermina Aguiar, entrevista concedida em março de 2020.

³⁵ Para mais informações ver LÖHER (2009), p. 280 e p. 402.

[...] os frades não faziam nenhum esforço de aparentar uma neutralidade: pelo apoio às lutas ficara claro de que lado estavam. Esta atitude estava em contraste com declarações de outros bispos que, por um lado, incentivavam o engajamento político, mas queriam os padres do lado de fora. Distintivos do PT podiam ser vistos nas camisas de alguns frades, embora o bispo diocesano não visse de bons olhos (TEMME, s/d).

Em meados de 1980, os trabalhadores ainda estavam ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Contudo, no final desta década, migraram para o PSB, que estava mais forte, e, na década seguinte para o PT, por considerá-lo mais próximo dos seus ideais.

A Igreja sempre esteve do lado do PT, sempre o apoiou. O PT, o PSB e o PDT [Partido Democrático Trabalhista] tinham metodologia parecida. O PSB tem aquele jeito de apoiar candidato da extrema direita, porém nossas ligações aqui na região não eram de extrema direita. O partido forte dos anos 1980 até 1990 era o PSB e elegemos até vereadores. O PSB, o PT e o PMDB tinham apoio da Igreja. Quando para nós trabalhadores era mais viável trazer o PT para essa região, migramos do PSB para o PT, mas não ficou nenhum arranho, nenhum problema. (Raimundo Ermino, povoado São Manoel, Lago do Junco, entrevista concedida em agosto de 2020).

Contudo, esse engajamento, ao mesmo tempo que gerou entusiasmo, pois conseguiram eleger oito vereadores, sendo seis em São Luís Gonzaga e dois em Lago do Junco, e aprovar pautas de interesses dos trabalhadores, como a Lei Babaçu Livre, também provocou tensões e divisões nas comunidades (LÖHER, 2009).

Com a criação e retomada de sindicatos rurais pelos trabalhadores, começaram a surgir algumas pequenas cooperativas, também impulsionadas pela Igreja. A partir de 1978, frei Henrique Johannpoetter³⁶, por meio do projeto Fala Cantando, no povoado Bela Vista, iniciou a criação de cooperativas para promover a produção das famílias locais. Contudo, o sistema implantado se mostrou complicado demais para os simples lavradores e, apesar do empenho e tempo gastos em administração, este sistema nunca funcionou direito (LÖHER, 2009, p. 280-281).

De acordo com frei Heriberto,

[...] ele imaginava uma cooperativa nos moldes da Alemanha. Assim, convidou gente do Rio Grande do Sul que trabalhava com cooperativas para explicar aos lavradores. Mas esses homens que vieram do Rio Grande do Sul tinham outra ideia de cooperativa. Para nosso povo foi muito difícil. [...] Pelas perguntas que o povo fazia se percebia que não entendiam nada do que era falado. Ele queria aplicar um sistema que aqui [nos municípios da diocese de Bacabal] ainda não tinha condição de ser aplicado, de modo que a cooperativa com que ele sonhava

³⁶ Informação oral obtida em entrevista com frei Heriberto.

nunca funcionou. (frei Heriberto, Teresina-PI, entrevista concedida em novembro de 2020)

Desse modo, foi a partir do engajamento da Igreja nas causas populares que os camponeses adquiriram aparatos que lhes possibilitaram contestar as arbitrariedades vividas. Ainda que antes houvesse um descontentamento dos trabalhadores com as ações dos proprietários de terras, agiam em conformidade com suas normas em virtude do risco de perder o pouco que possuíam. A aparente harmonia que parecia existir se finda quando inicia o período de forte reivindicação por direitos nas comunidades, que já enfrentavam numerosos problemas. Conforme afirmado por um deles, a conscientização realizada pela Igreja clarificou suas mentes para a insustentabilidade da situação vivenciada e os encorajou a confrontarem as tensões que já eram latentes.

Com a Igreja inicia a aprendizagem para entrar na luta, através da ACR que é de um grupo de jovens da França. Tinha a metodologia ver, julgar, agir. Ver como tá o mundo, depois ver onde é que tá as culpas e depois ensina como agir. E isso surgiu aqui. (Antônio Leite, povoado Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019).

A igreja ajudou muito a gente se conscientizar [...] teve uma contribuição muito grande para clarear essas mentes que estavam quase lentas para ver o que estava acontecendo. (Maria das Dores Lima, povoado São Manoel, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019).

A instauração dos conflitos ocorre com a não aceitação da quebra do coco no sistema de meia, da proibição de plantios permanentes e da entrada para coleta do coco, além do aviso inesperado para colheita antes mesmo do período adequado. A insatisfação resultou no rompimento de cercas, na expulsão do gado e na entrada em mutirão para quebra do coco amontoado. Antes de iniciarem os conflitos, os trabalhadores se certificavam do apoio da Igreja, que dava a garantia de assistência, por meio da Ajulav, visto que a dominação vivida também implicava em demandas de caráter jurídico.

[...] vendo o sofrimento da gente eles orientaram a discutirmos sobre a libertação do babaçu, porque era difícil demais, a gente não tinha e as terras não eram documentadas... Então se eu chegava aqui e eu cercava esse pedaço naquele tempo, isso era meu. Como os trabalhadores não tinham meio de estudo nem conhecimento de nada, ficava por isso mesmo. A orientação da Igreja era que *para liberar o babaçu tinha que liberar a terra*. Aí que começou a entrar nos conflitos. (Maria de Fátima Pereira, povoado Centrinho do Acrísio, dirigente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco, entrevista concedida em março de 2020).

[...] Então quando chegaram naquelas ameaças, eles sabiam: agora nós temos que entrar na luta pela reforma agrária ou então o lugar está morto. E realmente, depois da minha visita – acho que na minha visita –, eu esclareci que tem ajuda

da Diocese, que tem advogado. Então, eles foram pra Diocese para se assegurar deste apoio e depois foram para o sindicato também. E depois eles deram os primeiros passos para aquele conflito. (Frei Adolfo Temme, entrevista concedida a Jorge Luiz Feitosa, em 2010).

Nota-se, portanto, que a igreja foi não somente uma grande mediadora ideológica, produtora e disseminadora de ideias, sendo também co-propositora das lutas. Há estudo que aponta serem as concepções camponesas acerca da ideia de “libertação”, mais imposição da instituição do que expressão propriamente do ideal dos trabalhadores (MUSUMECI, 1988). Mas, no caso estudado, houve uma confluência entre as concepções religiosas com as do campesinato e as do campesinato com as concepções religiosas, tendo os camponeses encontrado nas falas dos religiosos referenciais mais sólidos à sua visão de mundo, e os religiosos visto na organização desse grupo a possibilidade de gerar um movimento contestatório (MITIDIERO JUNIOR, 2008, p. 21).

A forte influência e prestígio social que a instituição possuía também permitiu que ela interferisse diretamente junto às autoridades em favor dos trabalhadores, como pode ser verificado no depoimento de Frei Adolfo Temme, acerca do conflito na comunidade Pau Santo, localizada no município de Lago do Junco:

[...] O dono tentou logo uma liminar de despejo, mas a polícia não podia entrar porque o inverno era longo [...] passaram muitos meses até novembro. Eu tinha ido lá uns dias antes porque eu tinha sinais de que eles iam entrar. Eu tinha ido antes e disse pra eles [trabalhadores]: Olha! Vocês não enfrentem, quando chegar o dia vocês saiam. Então, todo mundo fugiu e a polícia não tinha com quem discutir. Somente numa casa ficou um velho com sua filha. Ele não podia fugir porque era asmático. Então, a polícia ficou decepcionada porque vieram pra brigar e não tinha com quem. Então, ardearam a casa do velho e sem discutir mataram [...]. No outro dia, bem cedo, Dom Pascásio foi pra Brasília, que era no tempo de Sarney – ele tinha contato com Sarney. Conseguiu falar logo com Sarney, na segunda-feira, e explicou a situação que antes já tinha outras mortes. E então ele conseguiu dentro de três dias uma desapropriação da terra. E assim o povo ficou. Ficou no lugar de onde não deveria ter saído. (Frei Adolfo Temme, entrevista concedida a Jorge Luiz Feitosa em 2010).

Ainda que estivesse em jogo uma disputa de base ideológica, como pressupunham os mais céticos acerca do engajamento da instituição nas causas sociais, foi com o seu apoio que os camponeses foram poupados de maior violência e suas mobilizações e denúncias tiveram maior visibilidade, fazendo com que a legitimidade da dominação exercida sobre eles fosse questionada (MENDONÇA, 2010; BARBOSA, 2013).

Com efeito, a atuação da instituição não ficou restrita ao campo político e jurídico, tendo também buscado contribuir para a autonomia econômica dos camponeses. Todavia, sua intervenção nesse campo evidenciou certos limites da ação religiosa.

4.2. Autonomia política e (in)dependência religiosa: o surgimento da Acesa

Ao mesmo tempo em que buscava contribuir para a autonomia política e para o acesso à assistência jurídica, a Igreja fornecia condições para os lavradores viverem na terra. Em virtude disso, na década de 1980, é criada a Ação Comunitária em Educação, Saúde e Agricultura (Acesa) para prestação de serviços de apoio às comunidades que já haviam vivenciado os conflitos e enfrentavam desafios em virtude da necessidade de adequar seu sistema de produção à condição de acesso a recursos restritos. Suas ações buscavam assistir o povo em suas necessidades nas áreas da saúde e agricultura, ao mesmo tempo em que procurava formar uma consciência crítica capaz de conduzi-los ao processo de libertação e incentivá-los à tomada de atitude rumo a seus direitos (ACESA, 1989, s/p).

Mantida pela Vice-província Franciscana com apoio financeiro da Misereor, agência de cooperação vinculada à Igreja Católica da Alemanha, suas atividades iniciais, a partir de 1985, estavam ligadas aos serviços básicos de cuidados com a saúde, pois em razão da pobreza e das precárias condições em que as famílias se encontravam, a fome era problema comum, ocasionando deficiências nutricionais. Tais transtornos atingiam principalmente as crianças, se refletindo na elevação da mortalidade infantil. Em virtude disso, eram desenvolvidas ações voltadas à atenção primária, estruturação e desenvolvimento de campanhas de aleitamento materno, uso do soro caseiro, identificação e preparo de remédios e tratamentos com plantas medicinais, com o aproveitamento dos saberes de parteiras e mezinheiras. Como a prevenção e melhoria da qualidade de vida passavam por uma alimentação saudável, a medicina preventiva se constituía atividade prioritária. Os esforços também se voltaram para a inserção de novos hábitos alimentares e agregação de outras formas de produção baseadas nos princípios da agroecologia, como roças, cultivos de várzeas, hortas e pomares e criação de pequenos animais, pois a principal atividade produtiva era a roça desenvolvida no sistema tradicional de corte e queima, que demandava maiores extensões de terra para produção adequada.

Em 1986, a Acesa passa a ter dois eixos de atuação: saúde e agricultura. As atividades técnicas do setor de agricultura aconteceram com a formação e acompanhamento de grupos, incentivo à organização e gestão coletiva das terras e uso de tecnologias apropriadas para a produção. Na década de 1990, a Acesa passou a atuar na organização e desenvolvimento de Escolas Famílias Agrícolas (EFAs), visando a formação dos jovens filhos e filhas de agricultores da região para que se tornassem agentes de transformação local e se sentissem estimulados a permanecerem na terra. Com esse intuito, construiu-se uma rede de intercâmbio favorecendo a troca de informações e experiências metodológicas entre EFAs do Maranhão, Pará, Piauí e Amapá (ACESA, s/d). A ampliação das atividades derivava da necessidade de possibilitar autonomia às famílias, pois anterior aos conflitos havia forte dependência econômica destas em relação aos proprietários de terras, que em geral também eram comerciantes locais aos quais as mesmas eram forçadas a vender sua produção mediante termos de troca injustos, e a quem recorriam para a solicitação de empréstimos nos momentos de precisão. A indisponibilidade de terras livres para realizarem seus plantios, somada às dívidas que eram estabelecidas pelos empréstimos a dinheiro, as levava a se submeterem às exigências por eles impostas.

Eram comuns a cobrança de taxas elevadas de aforamento da terra, a comercialização de produtos a preços abusivos, o impedimento de plantios permanentes e da venda de amêndoas a outros comerciantes, bem como a “venda na palha”, que consistia em vender a produção antes mesmo dela estar pronta para colheita, como forma de obter crédito para retirada de produtos “fiados” no comércio. A produção na palha tinha um valor irrisório, muito abaixo daquele obtido caso fosse vendida depois de colhida. Nos relatos abaixo percebemos como operava o instituto da venda na palha e de controle do coco babaçu:

O pessoal fazia roça e no começo do ano, quando começava a plantar, vinham os compradores de arroz. O pessoal tirava as coisas no comércio ou tirava o dinheiro adiantado para comprar as coisas no inverno. O tempo que o arroz é mais desvalorizado no mercado é no mês de maio, era o tempo que eles chamavam para ajustar, porque *vendia na palha*. Na palha era o que ele [trabalhador] só tinha plantado. Aí batia pra levar e o trabalhador ficava sem comer. (Antonia Sousa, povoado Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019).

Esses anos todos a gente era escravo, só não tinha chicotada. Tudo era preso! Dez quilos de coco num quilo de arroz, 12 kg de coco num pacote de café... O coco lá dentro... Tinha patrão que não deixava entrar. A terra era presa, aí botava uma roça de quatro linhas – o máximo era cinco linhas –, quando terminava pagava

dez alqueires de arroz e o coco era do mesmo jeito. O arroz tínhamos que *vender na palha* em virtude da precisão. (Antônio Leite, povoado Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019).

Quando as terras eram de dono só era permitida a quebra se as amêndoas fossem vendidas para o proprietário. O dono da terra era o mesmo comerciante. Tinha vez que íamos quebrar coco escondidas – mas macete não se esconde, faz zoadas –, e quando nos espantávamos os vaqueiros chegavam com os litros para nós vendermos os cocos. (Dalva Ermino, povoado São Manoel, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019).

Essa convivência, em parte³⁷, se assemelha às relações do sistema de aviamento (ou barracão) vivido por seringueiros no Acre, no qual o proprietário da terra era o patrão que também era o dono dos meios de produção e monopolizava o comércio em sua propriedade (SANTOS, 2000, p. 73). Nesse cenário, o camponês dependia integralmente do patrão que fornecia os produtos necessários para a sua permanência no seringal, estabelecendo com ele uma dívida infundável e cujo trabalho seria tão somente para pagá-lo (CORRÊA et al., 2015).

Lima Neto (2007, p. 33) aponta a existência de uma “vinculação simbólica” permeando essas relações e que a dívida que se contraía no comércio era muito mais do que monetária, pois o fato do comerciante confiar o crédito ao produtor o impedia moralmente de realizar seus negócios em outro estabelecimento, quando isto era possível. Porém, entendemos que o comerciante se sentia confortável nessa situação por saber que os lavradores não podiam optar pelo não pagamento devido aos riscos de expulsão ou intimidação, pela necessidade de ter que comprar gêneros que não produziam e pela obrigatoriedade imposta. Assim, a relação existente era muito mais de precisão do que de confiança, à qual os camponeses recorriam pela inexistência de outra mais favorável. Esses empréstimos eram vantajosos para os comerciantes, pois o valor que se propunham a pagar e os preços abusivos cobrados pelos produtos por eles vendidos levavam os trabalhadores a entregarem toda a produção, ficando por vezes sem praticamente nada para consumo familiar, portanto forçados a contrair nova dívida que era renovada a cada ciclo produtivo.

As memórias preservadas pelos camponeses acerca dessas relações indicam que a ligação mantida, mesmo naqueles casos em que se presume uma sociabilidade positiva,

³⁷ Em parte, porque também existem diferenças entre estes dois grupos. Na localidade analisada, quando os fazendeiros chegaram os camponeses já se encontravam nos babaçuais e os usavam de forma comunal, diferente dos seringueiros que foram trazidos pelos seringalistas e que usavam as seringueiras de forma individual, com cada família possuindo uma estrada de seringa.

conservava formas de controle. Dessa maneira, ainda que variasse entre os proprietários, havendo aqueles mais ou menos moderados, esse controle não deixava de existir e se impor.

Meu sogro tinha um lugar de botar roça. Não aturava dez anos, mas se botasse, com seis, com oito anos aquele corte de roça era reservado para ele. Só acontecia diferente se uma pessoa não tinha querido botar ou tinha ido embora, então iam distribuindo para quem quisesse. Só que era um controle que achávamos bom em comparação com outros donos de terra que tinham ao redor. Mas eles [proprietários] criavam um bichinho e não era cercado, era uma cerca muito fraquinha. Quando dizia assim “é mês de junho”, as pessoas batiam o arroz, quebravam o milho... Até feijão de roça às vezes não dava tempo apanhar. O gado invadia. Comia. Não ficava mandioca... (Antônia Sousa, povoado Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019).

É nesse contexto que a Igreja Católica passou a oferecer acompanhamento técnico e social às comunidades. A assistência oferecida combinava a organização de grupos produtivos e a distribuição de ajuda material por meio de pequenos projetos a fundo perdido, comunitários e fundos rotativos, que consistiam em empréstimos sem cobrança de juros ou com juros muito baixos, podendo ser pagos com produtos, e que funcionavam como estímulo à produção. Objetivava-se com sua aplicação a formação de agentes que assumissem a responsabilidade no desenvolvimento agrícola local (ACESA, 1989).

Contudo, essa forma de atuação resultava em alguns desafios em decorrência da diferenciação social entre famílias das comunidades que tinham terra regularizada e as que ainda pagavam renda e aceitavam as restrições impostas pelos proprietários. Em virtude disso, não podiam se desenvolver da mesma maneira que aquelas que haviam consolidado o acesso a terra. Para as comunidades que recuperaram a posse da terra, as iniciativas representavam uma possibilidade de tecnificação e aprimoramento de seus estabelecimentos rurais, enquanto os lavradores sem terra não tinham as mesmas expectativas por serem impedidos de cercar e manter quintais (ALMEIDA, 1988). Assim, o acompanhamento intensivo de apenas algumas comunidades, ou mesmo a priorização de grupos dentro delas, colaborava para a formação de uma elite nessas localidades (ACESA, 1987).

Para Almeida (1988, p. 2), as ações da Igreja apresentavam um caráter deseducador, tornando os lavradores dependentes de tomadas de decisões relativas à administração dos recursos, uma vez que a condução dos projetos era feita pelos técnicos e religiosos. Tal foi verificado por membros da equipe inicial da própria Acesa, que consideravam que sua

atuação, da forma em que estava sendo dirigida, acarretava consequências culturais, econômicas e políticas às comunidades.

Verificamos que a participação comunitária como forma de organização social, muitas vezes não se tornou possível, provavelmente devido a falhas em nossa metodologia, agravadas pelas implicações sociais das dificuldades financeiras deste período (ACESA, 1987).

O distanciamento dos lavradores do centro de decisão decorria do trabalho missionário realizado pela Igreja, o qual assumia aspectos assistencialistas. O caráter dessa forma de atuação inviabilizava os cálculos econômicos de previsão característicos das comunidades camponesas e reforçava práticas tradicionalmente vividas pelas famílias nas relações com os comerciantes (ALMEIDA, 1988).

A não ser em algumas áreas específicas, a Igreja Católica não havia conseguido romper com a subordinação dos camponeses aos comerciantes locais, que os exploravam no preço das mercadorias e do coco. Com sua atuação, a Igreja passou a endossar, embora de forma totalmente distinta, relações costumeiras de submissão. Por conseguinte, suas intervenções econômicas se mostraram insuficientes e contrariaram as expectativas de autonomia de sujeitos que almejavam e visualizavam maior protagonismo. A libertação das famílias passava precisamente pelo rompimento da exploração econômica à qual ainda estavam presas. À medida que o assistencialismo solucionava demandas imediatas, não contribuía para eliminar completamente o laço de sujeição do grupo.

Ainda na década de 1980, a necessidade do desenvolvimento de novos projetos e da aquisição de recursos provenientes de outras fontes para a sua condução, levou a discussões sobre a independência jurídica da Acesa, contudo administrada pelos próprios agricultores, pois para a Província, enquanto entidade sem fins lucrativos, administrar recursos maiores e provenientes de outras fontes afetaria sua filosofia. Além disso, ao assumirem a gestão, os trabalhadores teriam maior liberdade de buscar sua própria manutenção, estabelecendo parcerias com outras organizações e exercendo o papel de agentes. Todavia, duas décadas se passaram antes que tal proposta se concretizasse.

Em 2006, ocorre a transição da Acesa, que se torna independente, passando a ser denominada Associação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura. De uma ação religiosa se torna uma organização autônoma de agricultores, mantida por recursos voltados para a promoção social. Contudo, a Acesa em parte ainda recebe a chancela da Igreja, pois

alguns projetos dependem do aval da Província para aprovação. Apesar disso, a transição deu às famílias autonomia para conduzirem os trabalhos, repensarem a estrutura organizativa e inserirem novos eixos de atuação, como a comercialização, o empoderamento feminino e a realização de projetos voltados para a infância e juventude.

O protagonismo dos sujeitos vinculados à Acesa conecta a outras organizações conduzidas por camponeses do Médio Mearim que, desde o final da década de 1980, já vinham agindo de forma autônoma sem a mediação da Igreja. Tal é o caso da Assema, formada por sujeitos que não se viram mais representados nos espaços mediados pela Igreja, e que buscaram iniciativas próprias para o atendimento de suas demandas.

4.3. “Novos” sujeitos entram em cena: a criação da Assema

Na segunda metade da década de 1980, o então governo do país empreendeu algumas iniciativas reformadoras descortinando o que parecia ser novas possibilidades de ação fundiária, como o PNRA (MENDONÇA, 2010, p. 90). O programa estabeleceu uma série de objetivos, que seriam alcançados por meio de desapropriações para criação de assentamentos rurais, entre eles o aumento da produção de alimentos e de matéria prima para atendimento ao mercado interno, a criação de novos empregos e a diminuição do êxodo rural, contribuindo para o aumento dos benefícios sociais proporcionados pelos recursos públicos e para a paz no campo (ACESA, 1988). Contudo, a criação dos assentamentos não é creditada exclusivamente aos órgãos governamentais. No Maranhão, é muito mais ação das próprias famílias camponesas do que resultado da ação oficial, uma vez que, em muitos casos, elas lutaram para permanecer na terra, ocorrendo a ação do Estado apenas posteriormente, depois de muito sangue derramado (CARNEIRO et al., 1996, s/p).

O PNRA determinava a distribuição das terras mediante a organização interna dos beneficiários em unidade familiar ou associativa (INCRA, 1985). Assim, para assegurar a participação das famílias nas decisões do projeto de assentamento, era necessário que estas estivessem organizadas em nível local, como em associações comunitárias, para gestão das terras. A partir da década de 1980, outras formas organizativas passaram a ganhar espaço na região, como as associações de assentados, criadas devido às exigências dos órgãos

fundiários, para que os beneficiários em projetos de assentamento se organizassem de forma legal. Havia duas formas de se organizar em associações: a primeira, quando eram discutidas e aprovadas as leis internas do grupo, respeitadas por todos, mas não registradas em cartório; e a segunda, quando os acordos internos eram transformados em estatuto registrado em cartório, assumindo caráter legal e transformando-se numa sociedade civil sem fins lucrativos (ACESA, 1988). Porém, estas não constituíam novidade, uma vez que associações ligadas à Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (Atam³⁸) já existiam em municípios do Médio Mearim, como Bacabal, Lago da Pedra e Pedreiras (ALMEIDA, 1981). A diferença residia nas determinações que levaram à organização, pois enquanto aquelas se constituíam de forma obrigatória, estas últimas haviam surgido a partir de iniciativa dos próprios trabalhadores, ainda que impulsionadas pela União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab³⁹).

A divisão dos assentamentos em lotes para uso de cada família, forma preferida pelo governo, tornava mais fácil ao agricultor ser forçado a abandonar sua área, pois desorientava a vida produtiva nos assentamentos, uma vez que desconsiderava atividades já existentes e formas de uso dos recursos desenvolvidas pelas famílias que, embora não seguissem o instituto da propriedade da terra, possuíam claras distinções de uso individual que os assentamentos coletivos não respeitavam, podendo resultar a médio ou longo prazo no retorno à antiga situação de posse (ACESA, 1987, 1988), pois as famílias assentadas poderiam vender seus pedaços de terra por não se adaptarem à nova situação.

Diante desse novo cenário a Acesa não possuía condições de atender as novas demandas que emergiram, as quais consistiam não somente em solucionar conflitos internos decorrentes dessa nova modalidade de ocupação, como também representar politicamente as comunidades junto aos órgãos responsáveis pela regularização fundiária. Embora já as assessorasse no relacionamento com entidades do governo e na definição das benfeitorias que seriam introduzidas nas áreas de reforma agrária (ACESA, 1989, s/p), a

³⁸ A Atam era uma organização estadual que buscava orientar e articular as lutas de associações de trabalhadores rurais que enfrentavam graves conflitos. Com a sua atuação, as associações se espalharam pelo Maranhão, passando a ter uma articulação mais conjugada e maior repercussão (ALMEIDA, 1981, p. 17-18).

³⁹ Instituída sob a direção do Partido Comunista para conduzir as reivindicações de trabalhadores rurais em várias regiões do país, a Ultab incentivava a criação de Associações de Lavradores e Trabalhadores e possuía como principal reivindicação a reforma agrária (ALMEIDA, 1981; FETAEMA, 2012).

exigência imposta pela nova realidade era de uma entidade voltada preferencialmente para esse propósito.

Portanto, em 1989, lideranças que vinham da luta pela terra e pelo acesso ao babaçu e estavam organizadas em sindicatos de trabalhadores rurais nos municípios de Lago do Junco, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga e Lima Campos, apoiadas por técnicos que haviam trabalhado na Acesa, se articularam para fortalecer não apenas a produção agropecuária, como também sua representação junto aos órgãos que atuavam no processo de assentamento, visando garantir melhores condições de vida e de permanência no campo.

Na época já tinha a Acesa para produção alimentar e consumo sustentável das famílias. A maior necessidade que tínhamos era um instrumento onde pudéssemos ter representação política no Incra e no Iterma para fortalecimento dos agricultores familiares e para que pudéssemos fazer a gestão dos assentamentos, porque o governo dizia que queríamos terra, mas não para trabalhar. [os ex-técnicos da Acesa] foram grandes articuladores, não para confrontar com a Acesa, mas para que tivéssemos um olhar mais amplo para a juventude, para mulheres, fortalecimento ambiental e organização da produção. Dai a ideia de criação da Assema. (Raimundo Ermino Neto, São Manoel, Lago do Junco, entrevista concedida em agosto de 2020).

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (Assema) passou a se dedicar à organização, produção e comercialização nos assentamentos, com o apoio de uma equipe técnica contratada. Silva (2001) e Lima Neto (2007) apontam que a criação da Assema ocorre num contexto de tensões, após negativa da então Vice-Província em ceder a direção da Acesa aos trabalhadores que a integravam e que requeriam mais autonomia e estavam descontentes com a centralização das ações. Posteriormente, acontece um distanciamento da Acesa das atividades ligadas a comunidades “cujo contexto político e condições de deslocamento conferiam maior exposição e riscos para a equipe⁴⁰”, mantendo atividades anteriormente desenvolvidas no campo da educação, saúde e agricultura, baseadas em princípios agroecológicos.

Todavia, isso não significou um rompimento dos trabalhadores com a Igreja Católica, como relata Luciene Figueiredo, que integrou a equipe da Assema.

Lembro que precisamos da assinatura do bispo para obtenção de apoio financeiro de algumas agências de cooperação, por exemplo, a Misereor. [...] Contudo, a Assema não era uma organização criada pela Província, ela foi criada de forma autônoma. Se mantinha financeiramente através de projetos elaborados pela sua equipe de assessoria técnica e direção. [...] e investia fortemente a sua própria experiência em ser uma organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais

⁴⁰ Ana Carolina Baker Botelho, integrou as equipes da Assema (1993) e Acesa (1994-2000). Entrevista concedida em agosto de 2020.

atuando com uma equipe de assessores técnicos contratados pela associação, portanto por ela dirigidos numa lógica de construção baseada na troca de saberes técnico e local. (Luciene Figueiredo, São Luís-MA, entrevista concedida em setembro 2020).

Formada por lideranças sindicais – as mesmas que haviam passado pelos espaços de formação da Igreja Católica e que permaneciam participando dos movimentos surgidos no seu interior –, e por técnicos que concordavam com a necessidade dos trabalhadores gerirem eles próprios seus territórios, a Assema formou-se como uma organização independente da estrutura religiosa para buscar uma forma eficaz de gestão das terras reconquistadas, se constituindo como representativa dos próprios camponeses (FIGUEIREDO, 2007).

Nos primeiros anos seu trabalho era focado nas discussões sobre posse e uso da terra e na organização interna das comunidades, por meio da criação de comissões municipais de assentamento e de associações de trabalhadores rurais que se tornaram mobilizadoras de recursos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera)⁴¹, em busca de subsídios à produção nas áreas desapropriadas (SOUSA et al, 1998, p. 192).

A atuação da Assema se estendeu à comercialização, permitindo às comunidades a reinserção no mercado e a disputa com atores hegemônicos que o controlavam localmente, pois os trabalhadores entendiam que *“a terra estava liberta, mas o comércio estava preso”*⁴². A busca incansável por libertação econômica e por uma proposta de desenvolvimento no qual eles se percebessem como “sujeitos da ação”, levou às discussões sobre alternativas para melhoramento das condições de comercialização da produção agrícola e extrativa das famílias. Soma-se a isso a aprovação da Lei Babaçu Livre, formalizada em 1996, conquista obtida pelas mulheres quebradeiras de coco ligadas à AMTR, o que reforçava a necessidade da busca de melhores preços para as amêndoas de babaçu.

Em 1989 foi criada a AMTR, então as mulheres junto começaram a discutir essa possibilidade do preço justo. Começou a surgir essa discussão sobre a cooperativa para ter um preço justo, porque a gente era humilhada. Tinha liberado o coco,

⁴¹ O Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera) foi criado pelo Conselho Monetário Nacional em 1985 com o objetivo de aumentar a produção e a produtividade agrícolas dos assentados da reforma agrária, com sua plena inserção no mercado, e, assim, permitir a sua “emancipação”, ou seja, independência da tutela do governo, com titulação definitiva (REZENDE, 1999, p. 1).

⁴² Antônio Leite, Centrinho do Acrísio, Lago do Junco, entrevista concedida em julho de 2019.

mas a gente era humilhada no preço e as pessoas [comerciantes] compravam do jeito que queriam e uns compravam e não davam o dinheiro para a gente, davam somente a mercadoria que comprávamos no preço deles. (Maria de Fátima Pereira, povoado Centrinho do Acrísio, dirigente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco, entrevista concedida em março de 2020).

Assim, no início de 1989, foram realizadas diversas reuniões e capacitações para discussão de possíveis saídas para a redução dos problemas sociais e alternativas para a comercialização da produção das famílias, visto que as atividades comerciais não poderiam ficar restritas à aquisição e venda de amêndoas, pois era a grande exploração comercial na venda de produtos básicos. Após reunião na comunidade São Sebastião, em Lago do Junco, na qual estiveram presentes representantes de oito povoados, delineou-se a proposta de comercialização comunitária, por meio de um projeto inicialmente apresentado à Cáritas Brasileira e, posteriormente à Misereor, agência de cooperação da Igreja Católica alemã.

Entre maio e dezembro de 1990, foram realizadas reuniões de esclarecimentos apresentando detalhes da proposta e sugestões para operacionalização do sistema, bem como escolhidos os agentes de comercialização (dois gerentes e oito cantineiros). Com a aprovação do projeto pela Misereor, os camponeses, orientados por técnicos da Assema, optaram por constituir uma cooperativa, o que levou ao trabalho de conscientização sobre cooperativismo e temas correlatos, como contribuições em quotas-partes, mercado, contabilidade, formalização e práticas comerciais (COPPALJ, 1991). Assim, em 15 de abril de 1991, é criada a Coppalj, durante assembleia geral realizada na comunidade Ludovico, onde também foi eleita sua diretoria, composta por dois sócios de cada uma das oito comunidades inicialmente envolvidas. No ano seguinte foram criadas cooperativas nos outros municípios de atuação da Assema: Lima Campos, Esperantinópolis e São Luís Gonzaga (SOUSA et al, 1998).

Como não possuía produtos agrícolas em qualidade e quantidade adequadas, as atividades iniciais consistiam na compra de amêndoas de babaçu de sócios e não sócios e na venda de poucas mercadorias, sendo as amêndoas negociadas com indústrias de processamento de óleo de babaçu em Teresina, São Luís, Caxias, Codó e Bacabal. Temendo perder espaço, os atravessadores passaram a reduzir o preço dos produtos e aumentar o valor das amêndoas, oferecendo condições de pagamento melhores do que era possível para a cooperativa (SOUSA et al., 1998, p. 163).

Por exemplo: bastava atravessar a estrada e o comércio do outro lado tinha R\$ 0,30 a mais. E tinha muitos que iam. Lá a gente ganhava mais [pela amêndoa]. A gente reclamava em casa, mas aguentávamos para ver o que ia dar. E dizíamos: resistem porque eles [atravessadores] não vão aguentar seis meses. Eles compravam no preço que iam revender. Eles não deram conta de derrubar nós. Mas se não tivéssemos consciência política, tínhamos nos rendido às propostas deles. (Maria de Fátima Pereira, povoado Centrinho do Acrísio, dirigente do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco, entrevista concedida em março de 2020).

Em 1992, a Coppalj inicia uma experiência de extração de óleo de babaçu, utilizando uma prensa mecânica desenvolvida pelo Sr. Alen Saruth na Oficina Metalúrgica do Nordeste, em Bacabal (LUCENA, 2008, p. 126). No ano seguinte consegue comercializar a produção e em 1996, após adaptações tecnológicas no maquinário, atinge a capacidade de 180 toneladas de óleo/ano. Nesse mesmo período estabelece relações comerciais com empresas internacionais, as quais demonstram o esforço empreendido pela cooperativa para viabilizar o modo de vida das comunidades no contexto atual (PORRO et al., 2010).

A Coppalj e outras organizações locais passaram a integrar a Assema, sendo que muitas dessas, a exemplo da cooperativa, surgiram no seu bojo. Para Porro et al. (2020), essa incorporação de segmentos e ações diferenciadas possibilitou o amadurecimento na forma de gestão participativa em que a orientação das ações parte das organizações de base. Nessa perspectiva, a criação da Coppalj e da Assema representou não somente a constituição de um novo sujeito social que permitiu aos camponeses assumirem o protagonismo das suas lutas, como também a constituição de um novo lugar para o exercício da política e de novas práticas diretamente relacionadas a vontades e interesses deles próprios (PAULA, 2013, p. 48).

A partir da emergência desse novo sujeito coletivo se ampliam os espaços da sociabilidade e da ação fundadas na solidariedade e que ascende os camponeses à cena histórica, na qual desempenham não mais papéis pré-fixados, mas como sujeitos que criam outros cenários por meio da sua ação (SADER, 1988, p. 15). Todavia, ao mesmo tempo em que suas ações refletem a capacidade de organização na busca para o restabelecimento de seus direitos, elas não evidenciam somente seus pensamentos e sentimentos.

Como defendido por Sader (1988, p. 20), a história da luta dos trabalhadores não é apenas a sua história interna, resultado somente de suas próprias ações, mas também da interação com outros agentes sociais. Esse envolvimento de outros personagens, sobretudo

da Igreja Católica, é reconhecido pelos próprios camponeses, sintetizada na fala de uma liderança feminina ao afirmar que *“a Igreja ajudava, mas as comunidades também ajudavam naquilo que elas podiam⁴³”*. Embora busque ressaltar o protagonismo do segmento durante os conflitos, ela também evidencia a confluência de forças existente nesse período e que tornou possível às comunidades alcançarem sucesso em suas mobilizações. Ainda que a Igreja Católica não tenha agido sozinha, ela foi imprescindível ao fornecer as bases nas quais as famílias camponesas de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues se apoiaram para alcance da autonomia que possuem atualmente. Da mesma forma, contribuiu efetivamente para a criação de lugares que lhes possibilitaram ressignificar o exercício político, com destaque para a Coppalj, que tem ocupado espaço importante na cena pública, impactando meios de vida locais e o desenvolvimento endógeno.

⁴³ Maria Rodrigues, dirigente do STTR de Lago dos Rodrigues, entrevista concedida em março de 2020.

5. ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E PARTICIPAÇÃO DE SÓCIOS E NÃO SÓCIOS NA COPPALJ

Com a emergência de novos sujeitos no cenário político, em 1990, e de seu reconhecimento como sujeitos de direito, ocorre a politização da própria cultura e de modos de vidas tradicionais que se tornaram estratégias de luta, com identidades coletivas e tradições comunitárias sendo articuladas a questões de ordem material e econômica (CRUZ, 2014). A redemocratização permitiu a abertura de diálogos entre estes e o Estado e a criação de regras e instrumentos de política pública, bem como possibilitaram a redefinição de regras e compreensões que afetaram as condições socioeconômicas, principalmente, da população rural (GRISA; SCHNEIDER, 2014; WANDERLEY, 2014).

A partir deste período, mudanças importantes foram verificadas no meio rural, em virtude das aposentadorias e dos programas de transferência de renda, fatores importantes na redução da pobreza e da desigualdade no país (ABRAMOVAY; MORELLO, 2010). Grisa e Schneider (2014) dividem as políticas criadas para a agricultura familiar em três gerações: a construção de um referencial agrícola e agrário; social e assistencial; e um último pautado pela construção de mercados para a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental, no qual encontra-se a PGPM-Bio. Assim, foram introduzidas novas ideias e políticas diferenciadas de desenvolvimento rural, pautadas no reconhecimento de que as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, iniciando uma nova trajetória para os agricultores (GRISA; SCHNEIDER, 2014).

É neste contexto de reivindicação e implementação de políticas públicas que ocorre a constituição da Coppalj e a adaptação gradual dos camponeses a seu modelo organizativo, o qual representou a criação de um novo patamar para a agricultura e o meio rural em Lago do Junco, em virtude da modernização das suas atividades e de sua integração socioeconômica ao mercado internacional (WANDERLEY, 2003, p. 43). Assim, à medida que expressou formas de resistência à dependência imposta pelos comerciantes e empresas que monopolizavam o mercado de oleaginosas na região, sua criação dinamizou processos produtivos e de trabalho em termos de coprodução (SCHNEIDER; ESCHER, 2011, p. 210). Essa integração resultou em ganhos socioeconômicos, ambientais e infraestruturais contemplando diferentes grupos na sociedade camponesa local. Nesse capítulo

abordaremos a organização produtiva da Coppalj, e a forma diferenciada de participação de sócios e não sócios da cooperativa.

5.1. A estruturação organizativa e operacional da Coppalj

Apesar dos agricultores de Lago do Junco conhecerem o funcionamento e modo de organização associativo, esse modelo não seria capaz de solucionar suas demandas, uma vez que associações não possuem finalidade econômica e lucrativa, podendo perder imunidade tributária quando praticam atos de natureza econômico-financeira (SESCOOP, 2009). Embora o cooperativismo também não fosse por eles desconhecido, narrativas de agricultores afirmam que as cooperativas de cuja existência eles sabiam não haviam sido introduzidas de forma participativa e, por essa razão, não se consolidaram.

Já existiam outras cooperativas no Médio Mearim, eram ligadas ao pequeno agronegócio, do arroz, e tudo mais. E elas eram pensadas de cima pra baixo e não se sustentaram. Quem tinha dinheiro não se sustentou, agora imagina nós produtores rurais sem condição financeira? (Raimundo Ermino, povoado São Manoel, Lago do Junco, entrevista concedida em outubro de 2020)

Apesar dessas referências negativas acerca desse modelo organizativo, ele se constituía na única alternativa que os permitiria organizar, processar e comercializar a produção, suas principais demandas naquele momento, preferencialmente por meio do comércio justo⁴⁴.

A criação da Coppalj exigia conhecimento sobre uma série de atividades que até então os agricultores não possuíam afinidade, em virtude de possuírem baixo nível de escolaridade. Dentre essas atividades, estava a realização de cálculos financeiros para registro das operações comerciais e que exigia anotações, uso de planilhas, diários, o que se constituía num desafio em virtude de não fazerem parte das suas atividades costumeiras.

[...] antes poucos tinham leitura, faziam conta na cabeça e anotações era difícil fazerem. Trabalhamos para que se familiarizassem com números, para que anotassem entradas e saídas. Conseguimos pessoas nas comunidades que tinham iniciado o ensino médio e fomos criando planilhas conforme a capacidade de

⁴⁴ Conforme Mascarenhas (2007, p. 3), o movimento do Comércio Justo é um dos principais padrões de referência na busca de equidade nas relações de troca internacionais. Empresas privadas, governos, instituições multilaterais de comércio e Ongs procuram incorporar nas suas ações, em diversos graus de adesão, princípios de equidade social e coerência ambiental defendidos pelo movimento e pelas convenções internacionais voltadas para os direitos humanos, o trabalho e o meio ambiente.

anotações delas. (Valdener Miranda, coordenador técnico financeiro da Assema, entrevista concedida em outubro de 2020)

Os lavradores que se organizaram na Coppalj inicialmente contaram com o apoio de técnicos agrícolas, economista e agrônomos da Assema para auxiliá-los no planejamento e execução das operações, trabalhos a serem realizados e na definição de responsabilidades dos participantes. Também contaram com a assessoria da Capina, uma organização que atua com economia dos setores populares. Participavam das atividades formativas lideranças políticas e aqueles que desejavam se associar das oito comunidades que estavam se articulando para a criação da cooperativa, além de assessores da equipe técnica da Assema.

Foram muitas reuniões de discussão sobre a ideia de cooperativa, como elaborar o estatuto... Trabalhamos na realização de capacitações, muitos cursos foram feitos [...] se tratava da ideia de mercado, cálculos de compra e venda, das despesas x volume de produção, uso de instrumentos de trabalho (calculadoras, cadernos de anotações do movimento financeiro das cantinas). Usávamos o recurso didático flanelógrafo e com desenhos ia se montando com os participantes o conhecimento do que estavam criando. Usando giz, quadro escolar, cadernos e lápis, íamos ensinando e aprendendo a fazer contas, usar calculadora e registrar os dados nos cadernos de controle. (Luciene Figueiredo, São Luís-MA, ex-técnica da Assema, entrevista concedida em setembro 2020)

As formações desenvolvidas foram essenciais na construção de um correto entendimento e na estruturação do que viria a se tornar a Coppalj, bem como na definição de que produtos seriam comercializados e de quem poderia se associar. Foram estabelecidos critérios para vinculação, como a contribuição de 200 kg de amêndoas de babaçu, ou valor equivalente, que deveriam ser integralizados como quota-parte no prazo de 24 meses. O pagamento deveria acontecer semanalmente, no valor correspondente a 2 kg de amêndoas.

O intuito principal da criação da Coppalj, em abril de 1991, era a compra de amêndoas de babaçu e venda de produtos básicos para o consumo nos domicílios. Contudo, até junho daquele ano, as cantinas realizavam somente a compra de amêndoas, devido a cooperativa não estar regularizada junto à Secretaria da Fazenda Estadual para comercialização de mercadorias (COPPALJ, 1991). Portanto, as famílias vendiam o babaçu para a cooperativa e compravam mercadorias nos comércios já existentes nas comunidades, por um preço extremamente alto. Naquele momento as amêndoas eram negociadas sobretudo com agroindústrias de Teresina, no Piauí, e de São Luís, Bacabal, Pedreiras,

Codó e Caxias, no Maranhão (COPPALJ, 1993). Após sua regularização, as cantinas passaram a funcionar como ponto de troca de mercadorias por amêndoas, ou mesmo pelo arroz, feijão e farinha produzidos pelas famílias locais. A Coppalj adquiria arroz em casca de associados e não associados, para beneficiamento e venda nos meses em que o preço deste produto estava elevado, assim como arroz beneficiado comprado na cidade, quando a produção local não era suficiente para suprir a demanda.

Assim, beneficiava-se o sócio que desprovido de recursos necessitaria de se desfazer de parte de sua produção e, para não o fazer junto aos comerciantes, negociava com a cooperativa na expectativa de no final do exercício beneficiar-se com a distribuição de eventuais sobras. Beneficiou-se também a cooperativa que adquiriu o arroz a valores bastante baixos e atualmente possui um estoque valioso (COPPALJ, 1991).

Os não associados também comercializavam sua produção, possibilitando a estocagem de um maior volume de arroz, posteriormente revendido na entressafra por preço inferior ao do mercado local.

Narrativas dos entrevistados afirmam que a participação de não sócios sempre foi elevada, em muitos casos ultrapassando os atos comerciais dos associados. Nesse sentido, se percebe que as operações comerciais destes também foram fundamentais para o fortalecimento da organização. Embora os relatórios institucionais consultados para esses anos não fizessem referência detalhada ao movimento comercial dos não sócios, desde sua fundação o desempenho econômico da Coppalj se deve em grande parte a eles, visto que o movimento comercial⁴⁵ apenas dos sócios não seria suficiente para afetar a rede de atravessadores e comerciantes locais. Isso é evidenciado, por exemplo, quando em algumas comunidades nas quais as famílias quitaram suas dívidas com os comerciantes, diversas barracas foram fechadas, permanecendo ativa apenas a cantina da cooperativa. Em outras comunidades as barracas que permaneceram tiveram que acompanhar os preços de compra da cooperativa (COPPALJ, 1993).

Nessa fase a Coppalj possuía uma estrutura interna e de colaboradores bem definida, descrita no Quadro 5. Era tarefa dos cantineiros a venda de mercadorias, a aquisição das

⁴⁵ Diferente das atividades dos sócios que não têm feição mercantil, em virtude de serem classificadas como atos cooperativos, as realizadas com não associados são consideradas operações comerciais e, por isso, sujeitas à incidência de impostos (FORGIONI, 2012). Também denominados atos não cooperativos, a totalidade dos resultados das aplicações financeiras com não associados deve ser direcionada ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, sendo vedada sua distribuição aos associados, conforme previsto pela Lei 5.764/1971.

amêndoas e outros produtos, e o registro dessas operações. Portanto, as relações estabelecidas no âmbito da comunidade passavam inicialmente por eles. As atividades de gestão eram distribuídas entre dois gerentes. O gerente de campo era responsável pelo preenchimento dos balanços financeiros, bem como pela compra e distribuição de mercadorias para as cantinas. Ao gerente de processamento cabia a coleta das amêndoas de babaçu nas cantinas e gerenciamento do processamento de transformação em óleo de babaçu, atividade iniciada em 1992. Já o presidente da cooperativa atuava como gerente de organização, realizando o papel de articulação sociopolítica nas comunidades, apoiado pelos demais diretores.

Quadro 5: Categorias, número de pessoas envolvidas e funções à época da fundação (1991-1992)

Categoria	Pessoas	Funções
Diretoria	12	articulação política da cooperativa e acompanhamento da gestão
Conselho fiscal	12	fiscalização de atividades e serviços da cooperativa
Gerente de campo	1	compra e distribuição de mercadorias para as cantinas, preenchimento de balanços financeiros
Gerente de processamento	1	coleta de amêndoas nas cantinas e gerenciamento da transformação em óleo de babaçu
Gerente de organização	1	(presidente) articulação da base nas comunidades
Cantineiros	8	venda de mercadorias, aquisição das amêndoas e outros produtos, e registro de operações
Sócios	217	participar da vida social e empresarial da cooperativa (vender e comprar nas cantinas, zelar pelas políticas socioambientais, participar de assembleias e reuniões)
Não sócios	> 500	comercializam nas cantinas; não possuem compromisso relacional com a cooperativa
Operador de prensa	2	produção e operação da prensa
Motorista	1	operação e manutenção do caminhão
Estivadores	2/3	colocação e retirada das mercadorias e babaçu no caminhão

Fonte: Coppalj (1991; 1993)

Embora o papel e as diferenças entre sócios e não sócios fossem definidas a partir da formalização da participação social enquanto cooperado, no contexto analisado as relações estabelecidas no interior das comunidades evidenciam que, no cotidiano, em virtude dos vínculos comunitários e do desejo comum de se verem livres das dificuldades que permeavam a todos localmente, sem distinções, esses dois grupos tiveram papel

político complementar ao contribuírem para o fortalecimento da Coppalj. Contudo, não eram grupos homogêneos, pois mesmo no interior das comunidades havia forte polarização política. Tal fato, somado ao receio de que a entrada massiva de não sócios levasse à sua desestruturação em momentos de pressão econômica, foi decisivo para a definição de critérios quanto a quem poderia se associar, sendo permitido apenas àqueles alinhados com a proposta de autonomia camponesa da cooperativa, isto é, que participaram ou apoiaram o grupo durante os conflitos agrários. Por essa razão,

poderiam se associar trabalhadores rurais, quebradeiras de coco que vivessem de sua atividade no campo trabalhando na agricultura familiar, plantio, criação de pequenos animais de médio e grande porte; e *acompanhassem os movimentos sociais, tanto na política partidária quanto na política do movimento*. (Raimundo Ermino, povoado São Manoel, Lago do Junco, entrevista concedida em outubro de 2020)

5.2. Atividades econômicas da Coppalj e suas transformações operacionais

O Quadro 6 apresenta uma cronologia das principais atividades econômicas e comerciais desenvolvidas pela Coppalj desde sua fundação em 1991. Tais atividades serão analisadas ao longo desta seção, com destaque para a comercialização de mercadorias, a compra de amêndoas de babaçu, e a transformação destas em óleo.

Com o crescimento demográfico nos povoados do Médio Mearim, principalmente a partir da década de 1950, havia se tornado prática habitual as famílias camponesas adquirirem mercadorias nos espaços onde fossem vender suas amêndoas (MUSUMECI, 1988). Assim, na definição de suas atividades, a Coppalj tomou como exemplo essa iniciativa dos comerciantes locais⁴⁶. Na visão das lideranças que formaram a Coppalj, além de facilitar para produtores e consumidores, a venda de mercadorias e compra de amêndoas no mesmo local possibilitaria o fortalecimento da cooperativa pela integração de duas atividades comerciais. Foram assim criadas as cantinas que possibilitaram a compra da produção de babaçu diretamente das quebradeiras de coco.

As primeiras atividades que iniciamos foram a criação de oito cantinas, que eram pontos de compra ou troca de produtos básicos. No começo, trocava por babaçu porque não tínhamos dinheiro, ou trocava por arroz, feijão e farinha. A segunda foi organizar o armazém onde comprava a amêndoa das famílias. Então, levava pro armazém e depois levava pras indústrias de oleaginosas. (Raimundo Ermino, povoado São Manoel, Lago do Junco, entrevista concedida em outubro de 2020)

⁴⁶ Informação oral obtida em entrevistas com Luciene Figueiredo e Valdener Miranda.

Quadro 6: Cronologia de atividades econômicas e comerciais desenvolvidas pela Coppalj

Ano	Atividade	Observações
1991	Criação de cantinas e compra de caminhão	Compra de amêndoas e venda de produtos básicos.
1991	Experiência de produção e comercialização de carvão	Fornos instalados nas comunidades, com apoio da Emapa
1991	Aquisição de prensa	Fabricação e instalação da máquina.
1992	Construção de galpão e realização de testes com a prensa	Início da produção de óleo
1992	Início da comercialização de óleo	Venda no mercado nacional
1994	Comercialização de óleo com a Cultural Survival	Empresa que revendia na Europa e Estados Unidos. Mediação feita pela Oxfam.
1995	Contrato com a The Body Shop	Contrato de longo prazo para exportação de óleo
1998	Certificação pelo Instituto Biodinâmico (IBD)	Certificação de responsabilidade ambiental que permitiu a comercialização por um preço melhor e a exportação
1998	Aquisição de propriedade com 50 ha em São Manoel	Área demonstrativa, baseada na produção sustentável e preservação ambiental, constituída por pomar, pastagens, pasto e reserva.
1998	Distribuição das sobras aos sócios no fim do ano contábil	Primeiro ano de distribuição
1999	Aquisição de terreno em Lago do Junco	Construção da nova sede e unidade de processamento
2001	Mudança definitiva para Lago do Junco	Suas operações permanecem nessa localidade
2006	Autonomia na gestão das cantinas	Aquisição de mercadorias conforme movimentação financeira
2009/2010	Mudanças infraestruturais	Construção de novo depósito e troca de caminhão
2015	Mediação do acesso à PGPM-Bio	Início da operacionalização dessa política
2018	Informatização das cantinas	Instalação de computadores e início das operações automatizadas em algumas cantinas
2013/2018	Instalação de equipamentos do sistema de refino de óleo	Instalação e ajustes com apoio do governo do Estado do Maranhão
2020	Contrato com a Natura	Comercialização de óleo
2020	Refino de óleo	Primeira experiência com refino

Fonte: Coppalj (2020; 1993)

O armazém da cooperativa foi inicialmente instalado em Lago dos Rodrigues. Era nesse espaço que as amêndoas e a produção agrícola coletadas semanalmente nas cantinas eram armazenadas. As compras de mercadorias eram realizadas em Pedreiras e repassadas quinzenalmente às cantinas, sendo revendidas com margem de lucro de 25% a 30% para custeio dos gastos com a gestão e a logística. No final de 1993, buscando melhores preços e diminuir os gastos com frete e depreciação, a Coppalj passou a realizar as compras de mercadorias em Lago da Pedra. A distribuição dessas mercadorias era feita pelo gerente de campo no caminhão da cooperativa, que também recolhia as amêndoas. No período

chuvoso a única via trafegável para as comunidades era a estrada principal que chegava ao povoado Ludovico. Nesse período, para as mercadorias chegarem à cantina de Pau Santo, por exemplo, eram deixadas em Santa Luzia, povoado à beira da estrada principal, e de lá seguiam por cinco quilômetros em animais de carga, que traziam as amêndoas que seriam levadas para o armazém.

A cooperativa também comercializava farinha e carvão em mercados de São Luís e Teresina, e arroz no mercado local. O carvão foi produzido experimentalmente por meio de uma iniciativa que consistiu na instalação de fornos nas comunidades de Marajá, Mata dos Reis e Centro do Bertolino, tendo sido construídos com apoio técnico da Empresa Maranhense de Pesquisa Agropecuária (Emapa). A ideia de produção de carvão foi impulsionada pela existência da Carvões Maranhão, uma empresa que realizava o beneficiamento e o comercializava no Sul e Sudeste. O intuito da Coppalj era otimizar a produção por meio dos fornos, que resultaria num produto de melhor qualidade e preço. Porém, a cooperativa não obteve lucro com a atividade, que foi descontinuada, também devido ao risco de danos ambientais e à saúde dos trabalhadores.

A comercialização de produtos básicos possibilitou a aquisição de uma quantidade expressiva de amêndoas, que nos primeiros 24 meses de operação resultaram em cerca de 590 toneladas, das quais 15 toneladas eram quotas partes. Em todas as cantinas o valor das amêndoas adquiridas superava o de mercadorias. Aquelas nas quais ocorria menor participação do babaçu eram significativamente prejudicadas pelo fiado (COPPALJ, 1993), o que demonstra a importância desse recurso como moeda de troca.

Conforme consta em relatório da Coppalj,

Nos meses de entressafra de arroz, o volume de fiados tende a aumentar, uma vez que as famílias nestes últimos anos de estiagens seguidas têm obtido colheitas fracas que são consumidas em torno de até outubro. Portanto, sete meses antes da próxima colheita (COPPALJ, 1993, s/p).

Por essa razão, nesse período a cooperativa era obrigada a comprar arroz beneficiado nas usinas para revender a seus sócios, muitas vezes o próprio arroz que eles haviam vendido por falta de recurso para se manter (COPPALJ, 1993). Embora houvesse regras definidas para o fiado, com os sócios tendo direito a um crédito de 30% do valor de sua produção, que deveria ser quitado em até 30 dias, a cooperativa se via diante de um dilema: as famílias tinham condição de quitar seus débitos no momento da colheita, porém

o preço do arroz nesse período era baixo, sendo necessários muitos quilos para quitar a dívida, podendo a cooperativa se tornar instrumento de descapitalização crescente da unidade familiar de produção, ainda que não intencionalmente (COPPALJ, 1993).

Essa situação era motivo de extrema preocupação por parte da diretoria, pois havia casos de fiado que ultrapassavam o prazo permitido, sendo o arroz o principal produto adquirido. Não eram somente os sócios que fiavam na cooperativa. Tal ocorria em virtude da situação financeira de não sócios, e devido a relações de parentesco, compadrio e amizade nas comunidades, que geravam expectativas naqueles, para também comprar fiado nas cantinas. Porém, diferente dos sócios que poderiam ser penalizados estatutariamente caso não pagassem seus débitos, a única forma de resolver dívidas de não sócios era a conversa amigável⁴⁷.

Para controle dessas operações os cantineiros usavam uma série de instrumentos, como observado no Quadro 7, os quais foram gradativamente adequados às suas habilidades.

Quadro 7: Instrumentos de controle das cantinas

Instrumento	Finalidade
Caderno individual de sócio	Registro da venda de produção e compra de mercadorias
Ficha de quota-parte	Controle do pagamento da subscrição
Caderno único para não sócios	Registro da venda de produção e compra de mercadorias
Bloco dos fiados	Controle de débitos de sócios, com data de compra e quitação.
Balanço semanal	Resumo da atividade comercial de cada sócio
Pedidos de mercadorias	Lista dos pedidos de mercadorias de cada cantina
Levantamento de estoque	Balanço quinzenal dos produtos disponíveis no estoque

Fonte: Relatório Coppalj (1993)

Combinou-se às atividades iniciais da Coppalj o processamento de óleo, cujas experiências foram iniciadas pelo Grupo de Mulheres Quebradeiras de Coco, no âmbito da Assema ainda em 1990, quando esta implantou pequenos moinhos de cereais nos povoados Ludovico (Lago do Junco), Altamira dos Borba (São Luís Gonzaga do Maranhão) e São José dos Mouras (Lima Campos) (COPPALJ, 1993). O objetivo era facilitar a moagem tradicional⁴⁸ das amêndoas torradas pelas quebradeiras de coco para obtenção de azeite. Em

⁴⁷ Informação oral obtida em entrevista com Raimundo Ermino.

⁴⁸ Para mais informações sobre o processo de produção artesanal de azeite de coco babaçu ver PORRO et al. (2020).

virtude das constantes quebras nas máquinas durante a moagem, esses testes foram encerrados e os moinhos usados para processamento de milho e arroz.

Nesse processo de identificação de tecnologias, ainda no âmbito da Assema, em 1991, com recursos do Fundo de Pequenos Projetos da Embaixada do Canadá (COPPALJ, 1993; SOUSA et al., 1998), havia sido adquirida uma prensa para amêndoas, com capacidade de 80 kg de óleo/hora, cujos testes foram assumidos pela Coppalj. Estudo de viabilidade econômica realizado pela organização não-governamental Capina concluiu não ser viável instalar uma prensa maior, devido à capacidade de produção da cooperativa. Contudo, a operação desta prensa dependia da instalação de galpão, forno para caldeira, tanques e reestruturação do armazém, ainda localizados em Lago dos Rodrigues. Assim, somente em 1992 a unidade de processamento iniciou seu funcionamento, após recursos terem sido direcionados pelo Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), órgão criado naquele ano, vinculado à estrutura do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) (COPPALJ, 1993). Estes equipamentos estão relacionados ao final desta seção, em quadro que apresenta a infraestrutura física adquirida e/ou instalada pela Coppalj, desde sua fundação.

Além do óleo, que representa cerca de 50% do peso da amêndoa, derivam outros dois subprodutos do processamento: o bagaço (ou torta) que corresponde a 32% e contém 6% de óleo e valor proteico, muito usado como ração animal, e a borra (18%) que é “tipo uma lama” obtida a partir da filtragem do óleo (FALCO, 2011; CARRAZZA; SILVA; ÁVILA, 2012). Entre 1992 e 1993 a Coppalj produziu 18.000 toneladas de óleo, comercializado inicialmente para o Grupo Queiroz, empresa localizada em Caxias, no Maranhão. Vendas também foram feitas para empresas de Pedreiras e do estado do Ceará, além de uma parte ter sido vendida nas cantinas como óleo comestível e para fabricação de sabão caseiro (COPPALJ, 1993). A torta e a borra também são comercializadas pela cooperativa. Nos primeiros anos de funcionamento, a torta era solicitada por pecuaristas de Pernambuco e vendida no mercado local, atingindo cerca de 70% do preço da amêndoa, nos meses de seca, e 40% nos meses chuvosos (COPPALJ, 1993). Já a comercialização da borra sempre foi reduzida, vendida em Lago do Junco, Lago dos Rodrigues e Lago da Pedra para produção de sabão caseiro.

Contudo, no período inicial, grande parte da produção de amêndoas da Coppalj era comercializada sem processamento. Nos 24 meses acima referidos, das 590,3 toneladas de amêndoas compradas e obtidas das quotas-parte, 516,9 toneladas foram vendidas, o que prejudicava a viabilidade econômica da cooperativa. Mesmo quando a comercialização de óleo de babaçu era feita junto a indústrias nacionais, os preços pagos por estas não eram satisfatórios. Por essa razão, era determinante acessar o mercado internacional de óleo extraído das amêndoas, para que a cooperativa conseguisse agregar valor à produção.

Em 1994, a partir da mediação da organização inglesa Oxfam que apoiava financeiramente projetos da Assema, a Coppalj passou a comercializar óleo de babaçu com a organização norte-americana Cultural Survival, que o revendia para empresas da Europa e Estados Unidos que utilizavam a matéria prima para produtos alimentícios e, principalmente, cosméticos. Dentre os clientes da Cultural Survival, a The Body Shop (TBS) buscou conhecer os fornecedores de produtos extrativos, interessada em estabelecer compra direta. Em 1995, representante desta empresa realizou sua primeira visita à sede da cooperativa, iniciando contrato que viabilizou vendas trimestrais durante um ano e que abriram novas oportunidades, devido tal empresa ter pago antecipadamente metade da produção como forma de apoiar o grupo (SOUSA et al., 1998). As exigências feitas pela empresa eram a garantia de fornecimento de óleo, pelo menos uma vez por ano, e o recebimento de visitas para se certificar de que estavam comprando diretamente dos fornecedores. Assim, no final daquele ano foi realizada a primeira exportação para a TBS, enviada em tambores de 180 kg despachados para o porto de Fortaleza, onde eram embarcados em navios. Desde então, a Coppalj passou a negociar com outras empresas, como a americana Aveda. Atualmente, além destas, comercializa óleo com a Natura, Lóreal (Paris e Brasil) e Beraca (Belém e São Paulo), empresas de cosméticos com alegadas responsabilidades sociais e ambientais que valorizam a origem e características deste produto extrativo (PORRO et al., 2010).

Com tais avanços, a área física na qual se encontrava a unidade de processamento se tornou pequena. A localização da unidade no centro da cidade de Lago dos Rodrigues, próxima a residências, gerava incômodo aos vizinhos. Além disso, com o desmembramento dos municípios de Lago dos Rodrigues e Lago do Junco, ocorrido em 1994, a maior parte das comunidades nas quais a Coppalj atuava ficaram situadas nesse último. Em 2001, após

aquisição de novo terreno (1999) e construção de galpão e escritório, a sede e unidade de processamento da Coppalj se mudou para uma região periférica da cidade de Lago do Junco. A nova infraestrutura a possibilitou traçar novas estratégias de comercialização, como comprar diretamente de distribuidoras, passando as mercadorias a serem distribuídas não somente para as cantinas, mas também vendidas a comerciantes locais.

A partir de 1999, outro avanço obtido pela Coppalj foi a distribuição de sobras no fim do ano contábil, quando os sócios recebem um determinado valor calculado com base em suas movimentações comerciais nas cantinas (compra e venda). Estas sobras incorporam parte dos ganhos advindos da comercialização com terceiros, como o lucro da venda de óleo, que, conforme decisão do seu quadro social, pode ter uma porcentagem distribuída aos associados que comercializaram ao longo do período.

Em 2006, a forma de aquisição das mercadorias pelas cantinas também foi alterada. Visando sua autonomia, as cantinas passaram a adquirir mercadorias baseado em sua produção, com os cantineiros passando a enviar pedidos de compra para o gerente comercial, mediante a movimentação financeira da cantina. Antes, *“o cantineiro entregava uma lista de dez produtos ao gerente, enquanto a cantina só podia comprar cinco e o dinheiro acabava saindo da cooperativa, então foi uma das propostas mais acertadas”⁴⁹*.

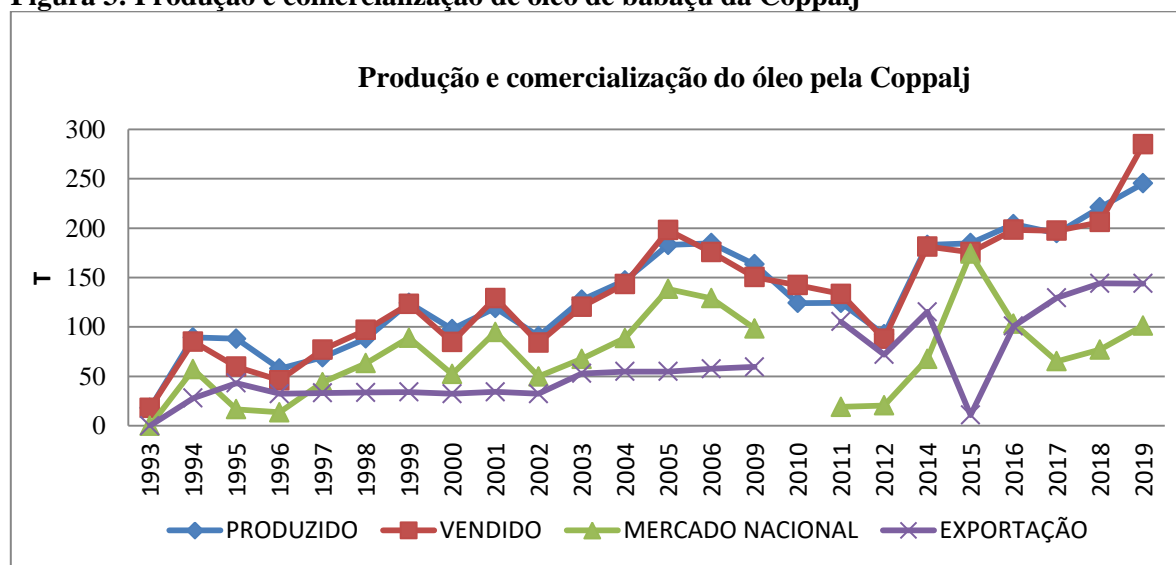
Entre 2009 e 2010, a cooperativa fez outras adaptações infraestruturais na sua sede, como a construção de novo depósito para armazenagem das mercadorias, separado da área de venda para clientes, e a troca de seu caminhão por outro menor. Em 2013, iniciou-se o processo de informatização para gestão das cantinas, utilizando um sistema de automação comercial (Shop Control 9). Para tanto, foi realizada capacitação dos cantineiros com a empresa fornecedora. Porém, a Coppalj tem enfrentado desafios em virtude de alguns deles terem receio de falhar neste tipo de controle por conta da pouca habilidade com uso de computadores. Em Ludovico, Centrinho do Acrísio, São Manoel, Três Poços e São Francisco se tem observado o uso de computadores, mas somente essa última cantina realiza 90% do controle das suas operações comerciais por meio do sistema. Nas demais, a maior parte dos registros continua manual, com o uso de cadernos de anotações (de fiado, produção, mapa semanal, balanço semanal e recibo de produção).

⁴⁹ Raimundo Ermino, entrevista concedida em novembro de 2020.

Em 2018, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), do governo do Maranhão, contemplou a Coppalj com um sistema de refino do óleo, que lhe possibilitará ampliar e melhorar sua unidade de processamento. Após as instalações e ajustes em equipamentos, em 2020 a cooperativa iniciou sua primeira experiência com refino de óleo, especificamente para fins de alimentação. As 15 toneladas produzidas (6% da produção anual) foram comercializadas em Lago do Junco, São Paulo e com o governo do estado. A meta para 2022 é refinar 15% do volume de óleo produzido, para comercialização no mercado nacional.

A inserção no mercado de óleo gerou ganhos substanciais à cooperativa. A Figura 3, referente à produção e comercialização desse produto entre 1993 e 2019 mostra que das 3.222 toneladas de óleo produzidas pela Coppalj, foram vendidas 3.199 toneladas, sendo que desse volume, 49% foi destinado à exportação, em virtude da maior valorização e amplitude de nichos mercadológicos. Na figura se observa ainda que ao longo dos anos as quantidades comercializadas nesses dois mercados variaram, havendo momentos em que os volumes destinados a empresas nacionais superaram as exportações, como se nota entre 1997-2009, enquanto entre 2011-2014 e 2016-2019 os volumes exportados foram mais elevados.

Figura 3: Produção e comercialização de óleo de babaçu da Coppalj

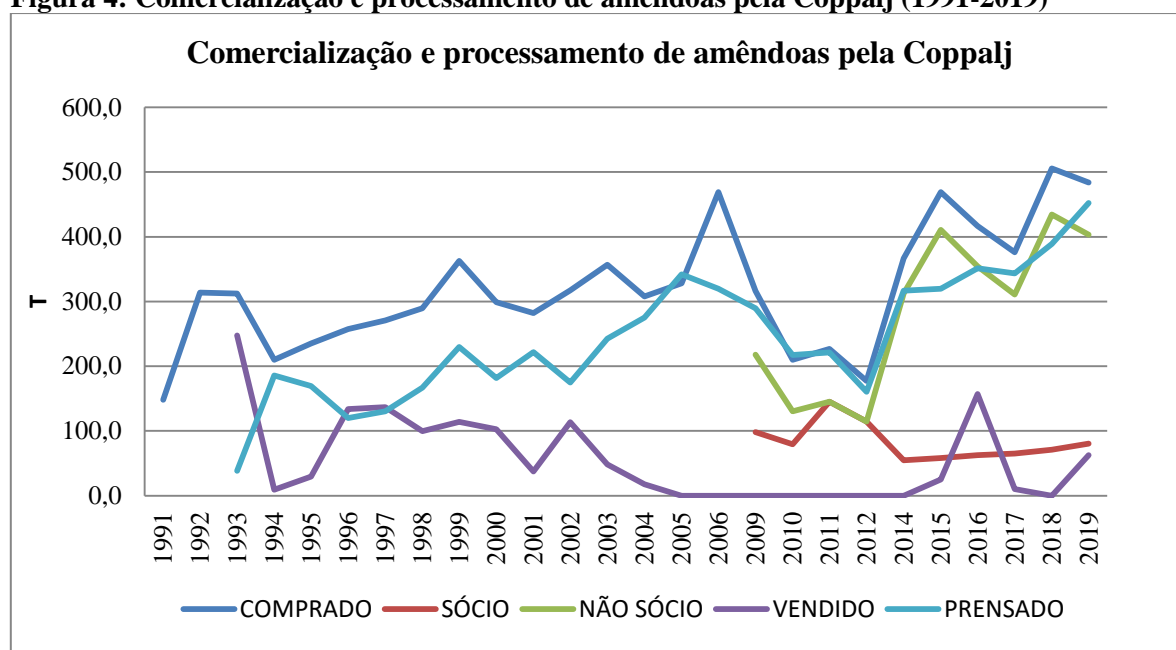


Fonte: Coppalj (2020).

Nota: Dados de 2007, 2008 e 2013 não estão disponíveis nos registros da Coppalj.

A comercialização de amêndoas tem sido ampliada pela ampla circulação nas cantinas de pessoas oriundas de distintas comunidades, atraídas pelos benefícios ofertados, como o melhor preço e oportunidade de acesso a políticas não proporcionados por outros estabelecimentos comerciais. Como mostra a Figura 4, entre 1993 e 2019, a Coppalj adquiriu 8.308 toneladas de amêndoas nas cantinas localizadas nos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. É possível verificar o crescimento da compra de amêndoas no decorrer desses anos, passando de 148,4 toneladas, em 1991, para 483,6 toneladas, em 2019.

Figura 4: Comercialização e processamento de amêndoas pela Coppalj (1991-2019)



Fonte: Coppalj (2020).

Nota: Dados de 2007, 2008 e 2013 não estão disponíveis nos registros da Coppalj.

Como mencionado anteriormente, desde o início a participação dos não sócios é significativa no movimento comercial da Coppalj. Na Figura 4 são apresentados volumes de compra, venda e processamento de amêndoas. No que se refere à produção de sócios e não sócios, a partir de 2009, quando essa distinção passou a ser registrada, se verifica que a porcentagem de amêndoas comercializadas por não sócios correspondeu a 81,3% da produção total da cooperativa. Essa maior participação ocorre devido ao maior número de não sócios em relação aos associados, tornando a Coppalj diretamente dependente deles. Os sócios recebem benefícios provenientes de sua participação nos resultados econômicos da

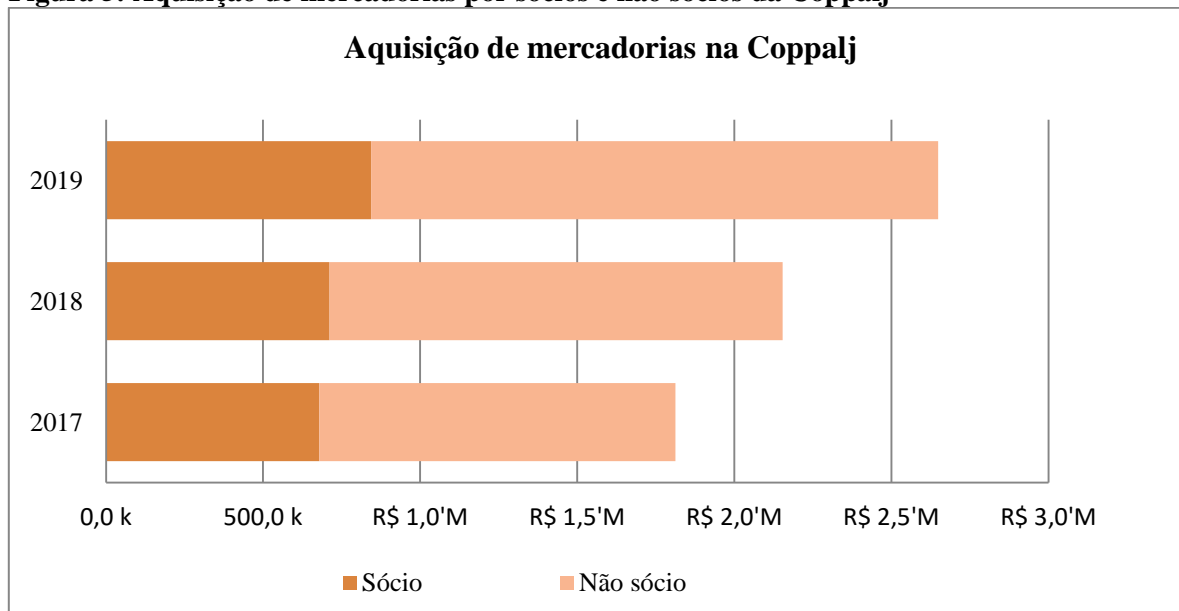
Coppalj, por meio de reembolsos anuais proporcionalmente distribuídos conforme a quantidade de produtos comprados e vendidos à cooperativa (VICARI, 2014). Somados aos benefícios advindos de políticas sociais, tais benefícios contribuem diretamente na melhoria das condições financeiras de suas famílias, contribuindo assim para a redução no engajamento (de sócias) na quebra do coco babaçu.

Os benefícios recebidos por não sócios, por outro lado, resultam de parcerias instituídas com empresas e de políticas públicas, operacionalizadas pela Coppalj. Logicamente, tais parcerias e políticas contribuem sobremaneira ao valorizarem a produção e permitirem um preço justo em comunidades onde o babaçu ainda se constitui numa importante fonte de recursos para os meios de vida (PORRO, 2019). Todavia, as ações destinadas a não sócios não têm ocorrido na mesma proporção de sua participação, indicando certo desequilíbrio e distanciamento da cooperativa do seu objetivo social, reduzindo as chances destes também aumentarem seus ativos. Principalmente num contexto em que as organizações sociais desempenham importante papel no acesso a possibilidades, é esperado de uma sociedade cooperativa que contribua socialmente e mostre ações mais amplas, considerando sua condição de caráter sem fins lucrativos (PEREIRA, 1995).

Com efeito, quando a Coppalj permite a seus associados mais vantagens que aos não associados na exploração do mesmo recurso, ela limita benefícios derivados das palmeiras de babaçu. E ainda que desenvolva ações de valorização da produção local e pague o preço justo pelas amêndoas, contribuindo com a renda de não sócios, os ganhos obtidos por eles não se equiparam aos assegurados aos sócios, indicando parcialidade na distribuição dos benefícios.

Como a comercialização de babaçu está fortemente atrelada à de mercadorias, famílias de não sócios são também responsáveis pelo maior volume de mercadorias adquiridas nas cantinas, embora em porcentagem inferior à observada para as amêndoas, como se nota na Figura 5. Entre 2017 e 2019, a movimentação de mercadorias por não sócios foi de 66,2% do valor total, enquanto os sócios movimentaram 33,8%. Isso demonstra a forte participação daqueles para o desempenho produtivo da cooperativa, bem como justifica ações visando aumentar os benefícios aos não sócios para que, assim, continuem privilegiando as cantinas para a comercialização dos seus produtos.

Figura 5: Aquisição de mercadorias por sócios e não sócios da Coppalj



Fonte: Coppalj (2020)

Com efeito, a política em relação aos não sócios adquire relevante expressão até mesmo para a continuidade da existência da cooperativa, quando se constata a situação presente financeira e patrimonial da Coppalj. De acordo com seu mais recente balanço contábil anual, a Coppalj movimentou anualmente um valor de R\$ 8.475.188 milhões, sendo R\$ 3.462.498 milhões pela venda de mercadorias, R\$ 1.409.475 milhões na compra de amêndoas, e R\$ 4.477.972 milhões pela venda de óleo.

A estrutura atual de colaboradores da Coppalj é apresentada no Quadro 8. O Quadro 9, por sua vez, apresenta a relação de bens que correspondem ao patrimônio atual da Cooperativa.

Quadro 8: Categorias, número de pessoas envolvidas e atuais funções

Categoria	pessoas	Funções
Diretoria	12	articulação política da cooperativa e acompanhamento da gestão
Conselho fiscal	4	fiscalização de atividades e serviços da cooperativa
Gerente de mercadorias	2	compra e distribuição de mercadorias para as cantinas
Cantineiros	8	venda de mercadorias, aquisição das amêndoas e outros produtos, e registro de operações
Gerente de produção	1	coleta de amêndoas nas cantinas e gerenciamento da unidade de processamento
Sócios	202	participar da vida social e empresarial da cooperativa (vender e comprar nas cantinas, zelar pelas políticas socioambientais, participar de assembleias e reuniões)
Não sócios	> 900	comercializam nas cantinas; não possuem compromisso relacional com a cooperativa
Operador de prensa	2	produção e operação da prensa
Motorista	1	operação e manutenção do caminhão
Estivadores	3	colocação e retirada das mercadorias e babaçu no caminhão
Vigias	2	proteger o patrimônio da cooperativa
Funcionários do escritório	4	assessoramento dos diretores e gerentes (organização de documentos, telefone, cálculos, logística, etc)
Técnico agrícola	1	acompanhamento de atividades da propriedade em São Manoel

Fonte: Coppalj (2020)

Quadro 9: Bens e infraestrutura física instalada pela Coppalj, fontes de recursos para aquisição inicial, e valor patrimonial estimado

Infraestrutura	Fonte de recursos	Valor estimado (R\$)
1 terreno em Lago do Junco: 2,2 ha	Recurso próprio	150.000,00
Galpão para prensagem: 400m ²	Jardim Botânico de São Paulo [EUR 28.000]	182.000,00
3 prensas, capacidade 35.000 kg óleo/mês	Embaixada do Canadá	114.000,00
Galpão para refino: 100 m ²	Recurso próprio	196.000,00
Unidade de refino, capacidade 2.000 kg óleo/hora	Governo do Maranhão	570.000,00
Armazém de mercadorias: 300 m ²	Recurso próprio	196.000,00
Escritório e salão de reuniões: 700 m ²	Recurso próprio	-
8 computadores	L'Oréal e recurso próprio	-
1 propriedade em São Manoel: 50 ha	Recurso próprio	150.000,00
1 casa: 144 m ²	Recurso próprio	40.000,00
1 curral: 144 m ²	Recurso próprio	8.000,00
22 cabeças de gado	Recurso próprio	68.555,00
1 caminhão marca Ford	Recurso próprio	45.000,00
2 motocicletas	Recurso próprio	20.000,00
Patrimônio total estimado		1.739.555

Fonte: Coppalj (2020; 1993; 1991)

Obs: Não foram incluídas as estimativas de valores para as 8 cantinas construídas nas comunidades.

6. A VIA COOPERATIVA PARA O FORTALECIMENTO DOS MEIOS DE VIDA

6.1. Introdução

As ações de resistência adotadas por camponeses de Lago do Junco, que buscavam autonomia econômica e produtiva para proverem seu próprio sustento, resultaram na criação da Coppalj, uma iniciativa socioeconômica que lhes possibilitou melhores condições de comercialização da produção extrativa. Criada num cenário de busca por democracia na arena política, no qual formularam suas estratégias de luta amparados em novos preceitos constitucionais, a Coppalj pode ser entendida como uma reação defensiva para autoproteção de suas formas de vida (SCHNEIDER; ESCHER, 2011; WANDERLEY, 2014). Sua existência demonstra a complexidade das estratégias econômicas e produtivas desenvolvidas pelos camponeses para reconstrução dos seus meios de subsistência, precisamente em comunidades que dependem do extrativismo de babaçu no Maranhão (PORRO; PORRO, 2015, p. 2).

Ao longo da sua trajetória a Coppalj tem se firmado como instância mediadora entre as estruturas socioeconômicas e os atores sociais, instituindo um novo modelo de desenvolvimento que visa transformar e melhorar as condições de vida das famílias locais, por meio de mudanças em suas relações com as esferas do Estado, do mercado e da sociedade civil (SCHNEIDER; ESCHER, 2011; PINHEIRO, 2012, p. 13). Nesse sentido, o desenvolvimento levado a cabo pela cooperativa não se restringe a processos estritamente econômicos, mas combina uma gama de recursos que permitem às famílias cooperadas se precaver contra os riscos decorrentes dos processos de mudança social (SCOONES, 1998; PERONDI, 2007).

Visando identificar as mudanças decorrentes dessa combinação de estratégias na melhoria da qualidade de vida nas comunidades e os campos nos quais essas ações tiveram maiores impactos, bem como se tais impactos atingem sócios e não sócios de forma equitativa, analisamos a percepção desses sujeitos acerca da atuação da cooperativa. Centramos a investigação no conjunto de capitais (ou dimensões) considerado definidor de meios de vida: capital humano, físico, social, econômico e ambiental (SCOONES, 1998).

No exercício de avaliar as percepções locais quanto a situação atual das múltiplas dimensões de meios de vida nas comunidades, esta pesquisa utilizou reuniões de 20 grupos

focais. Conforme pode ser observado nas perguntas detalhadas no Apêndice 1, a pesquisa considerou que o capital humano compreende aspectos de formação, desenvolvimento de habilidades e geração de oportunidades; capital físico abrange aquisição de bens, condição de moradia, acesso a água potável e energia elétrica; o social engloba as formas de organização local (sindical, religiosa, política) e os acordos informais nas comunidades; o econômico inclui a situação econômica familiar, as oportunidades de trabalho e o acesso a políticas de transferência de renda; e o capital ambiental abarca a preservação das florestas, da fauna nativa, técnicas de conservação do solo e a diversificação da produção agrícola.

Todos os aspectos acima foram incluídos em perguntas específicas para as quais foram atribuídas notas pelos grupos, referentes à percepção da situação vigente. Muitos desses aspectos não são de domínio individual (por núcleo familiar), mas são partilhados comunitariamente. Desse modo, ao atribuírem notas, os grupos avaliavam não somente seu contexto interno, sua condição familiar, como também o externo, isto é, a disponibilidade desses recursos na comunidade.

Pela agregação das notas atribuídas (de 0 a 10) às perguntas de cada aspecto, dentro de uma mesma dimensão, obtém-se a nota média de cada grupo referente à avaliação da situação atual de cada tipo de “capital”. Para obter os resultados agregados de cada categoria (por gênero, idade, ou nível participativo) calculam-se as médias dos respectivos grupos focais⁵⁰. A análise dos resultados nos permite verificar a situação atual das comunidades para o conjunto das dimensões, e para cada tipo de capital. Além disso, as discussões no âmbito dos grupos focais revelam a efetividade das ações coletivas e políticas públicas empreendidas no território, sobretudo para a sobrevivência econômica e reprodução social das famílias e suas comunidades.

Além da avaliação da situação atual, uma análise comparativa foi conduzida a partir da consulta aos grupos focais quanto à situação de cada tipo de “capital” anterior à criação da Coppalj (1990) e o momento atual (2020). Tal abordagem nos revela se a qualidade de vida tem melhorado ou se as limitações enfrentadas em períodos passados ainda se mantêm. Essa comparação é fundamental para captar as transformações ocorridas, porque as lembranças acerca do período passado ainda sombreiam as memórias dos entrevistados, se

⁵⁰ Foram comparadas as médias aritméticas e ponderadas (levando em consideração o número de participantes de cada grupo focal). Como os resultados foram similares, com pequenas variações de no máximo um decimal, as médias aritméticas são utilizadas na apresentação dos resultados.

constituindo em um sensor para a mensuração do tempo transcorrido (ASSMANN, 2011). Ao contrário da abordagem inicial, que agrega diversos aspectos que compõem cada uma das cinco dimensões do “capital”, a avaliação comparativa longitudinal considerou as cinco dimensões de forma integral. Conforme apresentaremos, os resultados (para o período atual) foram muito semelhantes aos obtidos na abordagem inicial. Assim, a diferença entre os índices atribuídos nos dois períodos (atual e anterior à criação da Coppalj) permite avaliar transformações ocorridas na qualidade de vida, de acordo com a percepção de cada grupo social entrevistado.

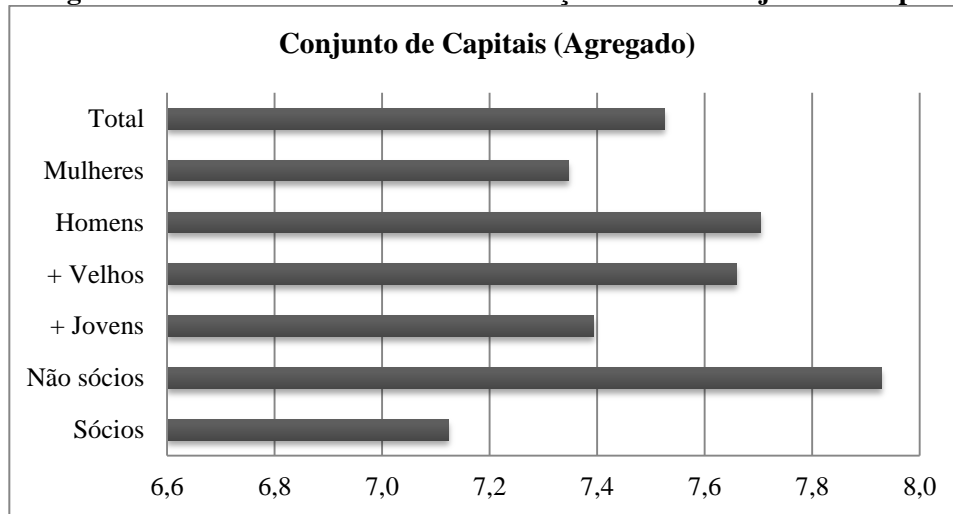
Por fim, além do índice de acesso aos meios de subsistência, também analisamos o percentual de contribuição da cooperativa para a alteração (positiva ou negativa) de cada uma das cinco dimensões do “capital” e para o total agregado. Tal se deu por meio da atribuição de índices percentuais relacionados à influência da Coppalj. Assim, ao multiplicarmos o percentual de influência da Coppalj pela diferença entre as notas dos dois momentos analisados, é possível captar a compreensão local a respeito do impacto da Coppalj nas transformações em múltiplas dimensões de meios de vida.

Na sequência deste capítulo, os resultados da avaliação de meios de vida são apresentados. Inicialmente, é exposto o resultado para o total agregado das cinco dimensões do “capital”, seguido dos resultados para cada uma das dimensões constituintes. A apresentação de cada componente compreende as três etapas acima descritas: os resultados da avaliação detalhada da situação atual, os resultados comparativos com o momento anterior à criação da Coppalj, e a percepção da influência da Coppalj nas transformações observadas em cada dimensão, e para meios de vida, de forma agregada.

6.2. Percepção local da situação dos meios de vida para o conjunto de “capitais”

A Figura 6 apresenta as notas agregadas (para os cinco tipos de “capital”) para a situação atual nas comunidades de atuação da Coppalj, estratificadas por cada categoria de entrevistados nos grupos focais: gênero (homem e mulher), idade (mais velhos e mais jovens) e nível participativo (sócios e não sócios).

Figura 6: Notas médias atribuídas à situação atual do conjunto de capitais



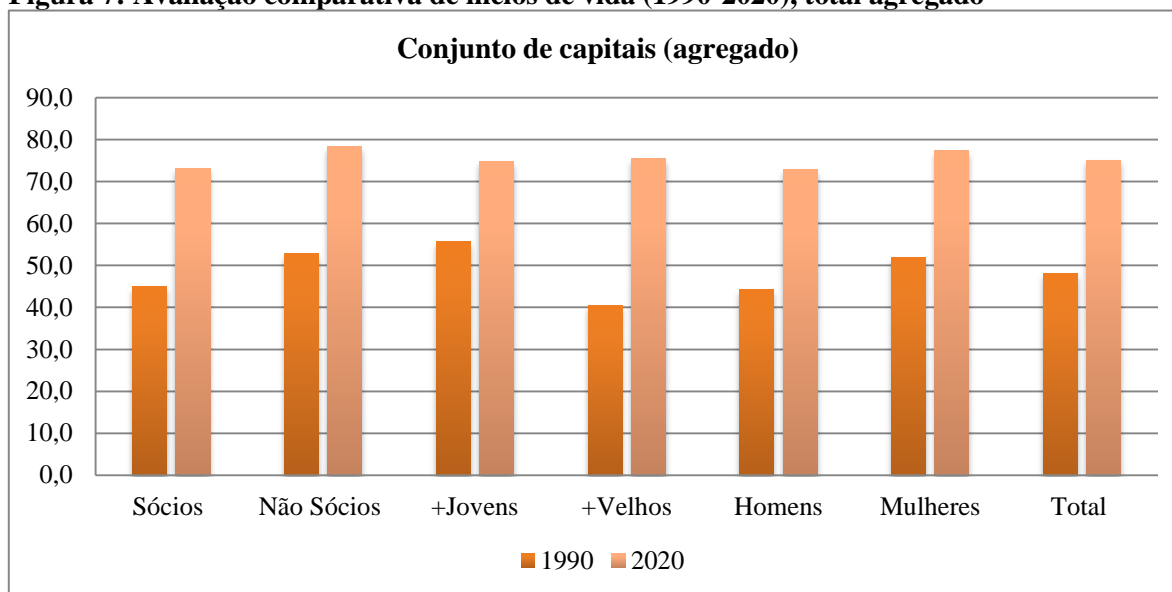
Fonte: Pesquisa de campo (2020)

O gráfico indica o índice de acesso dos grupos aos capitais, com maior incidência dos não sócios (7,9) que, por sua vez, superaram a média de sócios (7,1). Observam-se diferenças menores quando consideradas as perspectivas de gênero e etária, com os homens (7,7) e as pessoas mais velhas (7,7) apresentando taxas mais elevadas do que as mulheres (7,3) e as pessoas mais jovens (7,4). Não deixa de ser relevante o resultado de que os não sócios atribuem valores mais elevados do que os sócios, para a qualidade de vida local. Apesar da discrepância entre sócios e não sócios, a média geral evidencia uma percepção concordante dos grupos acerca das transformações positivas na sua realidade.

Os dados apresentados na Figura 7 indicam que a percepção das categorias sociais acerca das transformações operadas nas últimas décadas é relativamente similar, todas elas atribuindo taxas positivas para o momento atual, variando entre 72,5 e 78,3 pontos, em escala de 0 a 100. Tal se deve por terem sido alcançadas condições que possibilitaram uma vida melhor do que quando predominava a negação de direitos básicos e de desequilíbrios provocados por essa ausência.

Na avaliação comparativa com a situação de 1990, notamos que, de forma agregada, os meios de vida apresentaram melhoria significativa para todos os grupos. Em 1990 valores maiores foram atribuídos pelos jovens (55,7), não sócios (52,8) e mulheres (51,8), e as menores taxas, principalmente, pelos mais velhos (40,4). Na comparação entre 1990 e 2020 há um elevado contraste entre os dois períodos em todas as categorias, observado principalmente entre os mais velhos e sócios.

Figura 7: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), total agregado



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Ao analisarmos os dados para 1990 notamos que, embora naquele período fosse recente a organização conduzida pelos próprios trabalhadores e um novo cenário se desenhava, o contexto de incerteza predominava, uma vez que tais organizações ainda se estruturavam, resultando que este período os remete a um tempo de dificuldades.

Mesmo assim, aspectos daquele período são avaliados positivamente pelos participantes dos grupos focais, como por exemplo, a união gerada pela experiência comum da pobreza. Desse modo, quando estes olham para o passado, refletem tanto sobre aquilo que mudou e que seria melhor ter permanecido, quanto como essas mudanças também afetaram o comportamento dos sujeitos, as interações entre as comunidades e o interior dessas comunidades. Essa análise nos ajuda a compreender a dinâmica dos capitais dentro das comunidades, e como suas dimensões mudam ao longo do tempo (DUDWICK et al., 2006). Além disso, nos permite identificar a rede de organizações que atuam no território e têm contribuído para a elevação da capacidade dos sujeitos enfrentarem as crises.

Os integrantes de todas as categorias estão vinculados a várias organizações, as quais também estão interligadas, pois na maioria das vezes são formadas pelas mesmas pessoas. Nosso intuito foi compreender particularmente a influência da Coppalj nos meios de vida locais. Assim, embora saibamos que não é somente ela que atua nas comunidades e que a ligação mantida com outras organizações influenciaria a percepção do seu grau de

contribuição, adotamos um procedimento que nos permitiu estimar sua taxa de participação, ou influência, nas experiências emancipatórias vividas localmente, em cada dimensão e no total agregado. Os índices detalhados atribuídos pelos grupos focais podem ser acessados no Apêndice 2. Na Tabela 2 apresentamos os resultados para esta influência, e, com base em sua multiplicação pelo diferencial entre 2020 e 1990, assinalamos o impacto da atuação da Coppalj para o conjunto dos capitais relacionados a meios de vida locais, na perspectiva de cada categoria social.

Tabela 2: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, conjunto de capitais

Agregado			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final
Sócios	28,1	62,8%	17,6
Não sócios	25,5	62,8%	16,0
+Jovens	19,1	64,8%	12,3
+Velhos	35,0	60,8%	22,0
Homens	28,5	71,6%	20,9
Mulheres	25,6	54,0%	13,4
Total	27,1	62,8%	17,1

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Notamos que a influência atribuída por sócios e não sócios é semelhante. Isso ocorre devido alguns fatores, como ao de alguns não sócios terem acompanhado o processo de criação da cooperativa, embora não tenham se associado, mas cujas vivências atuaram na conformação de laços que influenciam suas percepções. Esse entendimento varia quando consideramos a perspectiva de gênero e etária, com mulheres mais velhas, que se identificam como quebradeiras de coco babaçu, reivindicando para o seu próprio movimento as mudanças ocorridas. Entre os homens, o entendimento de que a cooperativa exerceu papel central nas mudanças desencadeadas é mais frequente. Há, contudo, aqueles que, embora atribuindo uma avaliação positiva para a participação da Coppalj, reconhecem aspectos nos quais ela não influiu diretamente ou mais fortemente. Para eles isso não representa uma falha, somente entendem que como seu eixo de atuação é precisamente econômico e existiram organizações que surgiram antes dela, sua contribuição para outros “capitais” acontecerá de forma indireta.

Os dados agregados, ao mesmo tempo em que revelam distinções entre percepções, não revelam nuances da contribuição da Coppalj nesse cenário de mudanças. Assim, é

necessária uma observação mais detalhada acerca dos aspectos que contribuem para essa diferenciação. Há uma miríade de fatores resultante do entrecruzamento dos determinantes de gênero, etário e de nível participativo na Coppalj, que influem as percepções desses sujeitos. Por essa razão, é necessário analisarmos separadamente as dimensões, objetivando apreender especificidades não visíveis nos dados gerais. Portanto, na continuidade, analisaremos as percepções dos sujeitos investigados acerca das transformações operadas pela Coppalj em cada dimensão dos meios de vida locais, buscando compreender os impactos diferenciados resultantes da atuação da cooperativa.

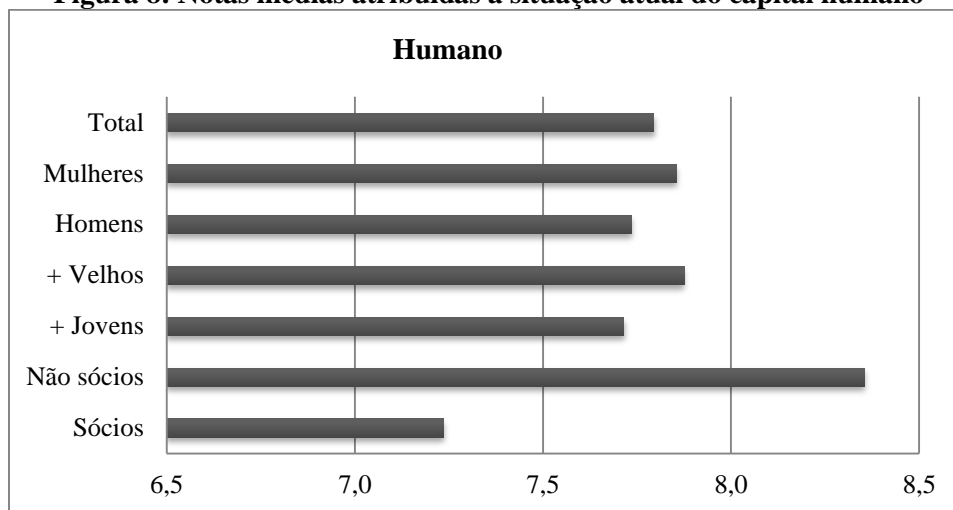
6.3. Percepção local da situação do capital humano

O capital humano compreende o nível de educação, conhecimento, habilidades e saúde que as pessoas possuem e sua melhoria eleva a capacidade delas de identificar, de definir e enfrentar problemas (SITOE, 2011). De acordo com Sen (2010), as oportunidades nas áreas de educação influenciam a liberdade substantiva de viver melhor, permitindo uma participação mais efetiva em atividades econômicas, em melhores empregos e, conseqüentemente, de aumento de renda e de investimento naquilo que se tem razão para valorizar. A ausência do capital humano acarreta a exclusão da participação em atividades que exijam um nível particular de formação ou conhecimentos (SITOE, 2011), levando à exclusão do mercado de trabalho ou empurrando os sujeitos a trabalhos mal remunerados.

Para avaliarmos o índice de acesso das categorias sociais aos ativos dessa dimensão utilizamos indicadores, como o grau de ensino nas escolas, qualidade do ensino local, oportunidades de ensino superior e de capacitação técnica, contatos com instituições externas e familiaridade com a tecnologia (celular e internet). A Figura 8 exibe as notas médias atribuídas para os índices de acesso ao capital humano, estratificadas por categoria de entrevistados nos grupos focais, e para o total de entrevistados.

Ao analisarmos os dados por gênero, observamos que as mulheres atribuem índices mais altos (7,9) que os homens (7,7). Os mais velhos também apresentam índices levemente mais elevados quando comparados aos mais jovens. Ao considerarmos o nível participativo na cooperativa, a atribuição de notas pelos não sócios é significativamente superior que a de sócios.

Figura 8: Notas médias atribuídas à situação atual do capital humano



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Apesar das diferenças nas notas referentes ao capital humano atribuídas pelos grupos, no conjunto elas se mostram positivas em comparação com décadas passadas. Esse resultado demonstra que atualmente existem mais oportunidades de acesso, com as escolas oferecendo um grau superior de ensino, possibilidade de ingresso no ensino superior e em cursos técnicos, e familiaridade com a tecnologia.

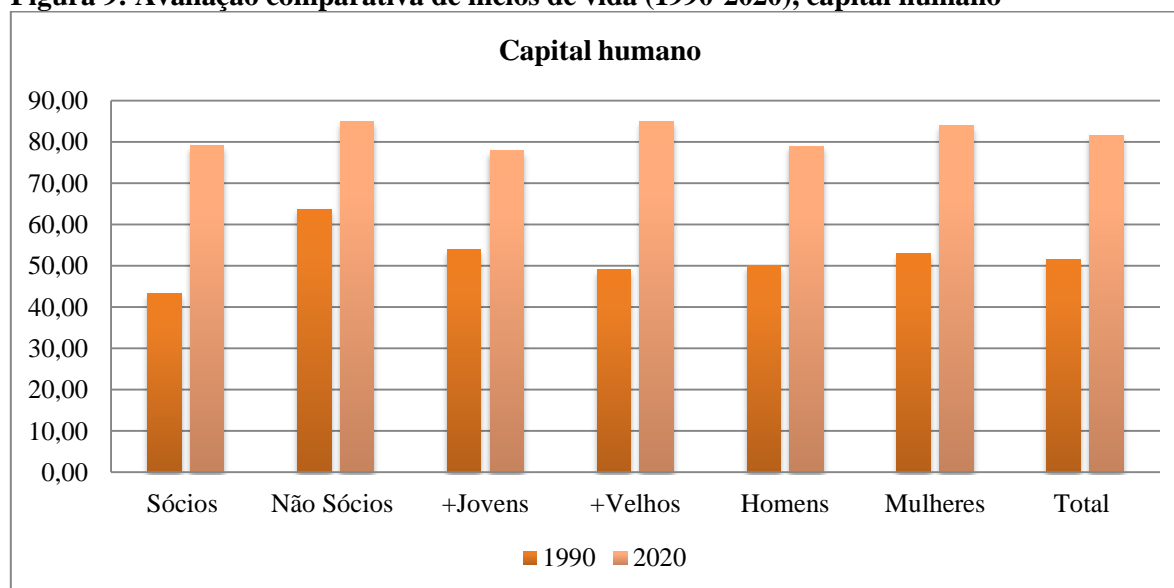
Para os mais velhos, que participaram diretamente dos processos que resultaram nas mudanças que se assistem nas comunidades, essas transformações se mostram mais expressivas porque consideram tais ativos resultantes das ações coletivas empreendidas por eles, as quais permitiram aos mais jovens um futuro diferente. Para os jovens, a educação foi obtida nos ambientes escolares, tanto aqueles instituídos justamente pelo Estado, quanto os resultantes das mobilizações políticas por uma educação camponesa, como as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Diferente das gerações anteriores, estes jovens passaram a ter acesso a formação profissional e a outras práticas educativas valorizadas na sociedade globalizada, o que permitiu a inserção em novos ambientes profissionais (SEN, 2010). As EFAs são apontadas como as principais formas de obtenção da formação técnica, sendo onde parte deles ingressa depois de finalizarem a educação básica. O contato com instituições externas acontece, principalmente, por meio dos programas de educação no campo e de residência pedagógica, no qual a universidade atua diretamente dentro da escola. Também há eventos realizados pelas organizações locais nos quais algumas instituições participam. Contudo, essa participação é limitada, visto que decorre do contato

pontual de alguns atores a pessoas ligadas a estes. Não é em toda comunidade que ocorre a presença destes agentes, e estas conexões tendem a se concentrar em poucas comunidades.

É consenso entre todas as categorias o reconhecimento de que houve uma ampliação dos programas que visam a democratização do acesso ao ensino superior e aos cursos técnicos. Por outro lado, os participantes das dinâmicas de grupo focal também consideram que estas oportunidades ainda são insuficientes, tendo em vista a quantidade de jovens que não consegue ingressar nas instituições públicas em decorrência das poucas vagas ou da dificuldade de se deslocar para fora do território, evidenciando que, ainda que tenha ocorrido uma expansão, a desigualdade educacional permanece.

Na avaliação longitudinal, o capital humano foi um dos mais impactados, sendo a transformação expressa no diferencial de 30 pontos atribuídos entre 2020 (81,5) e 1990 (51,50) (Figura 9). No período anterior à criação da Coppalj as escolas das comunidades ofereciam somente as séries iniciais do ensino básico (1º até a 4º série) e era frequente a ausência de professores, pois devido esses serem de outros municípios ou da sede de Lago do Junco, em virtude de não existir pessoas qualificadas nas comunidades, não se adaptavam à realidade local e logo abandonavam o ensino. Além da fragilidade na educação escolarizada, havia carência de formação política, sendo que a aquisição destes conhecimentos ocorria por meio das organizações e instituições sociais.

Figura 9: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital humano



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Para os mais velhos, considerando-se o nível participativo e de gênero, a formação que obtiveram foi no decorrer do processo de organização política, nos espaços educativos estruturados, seja pela Igreja ou pelas instituições que emergiram das mobilizações camponesas. Como verificado por Gohn (2008), há um caráter educativo nas práticas que se desenrolam no ato de participar, tendo os movimentos desempenhado papel educativo para os sujeitos que os compunham, elevando sua capacidade de comunicação e participação em atividades políticas. Por essa razão, os grupos avaliaram essa experiência como positiva.

Contudo, esta era uma oportunidade restrita às pessoas engajadas nas organizações, isto é, não abrangia a todos, sendo somente com a institucionalização da educação escolarizada que se dá um impacto na realidade das famílias, possibilitando uma ampliação das oportunidades, principalmente aos mais jovens. Entre esses, o período atual é bem melhor avaliado, pois existe um número considerável de pessoas que ingressaram em instituições de ensino superior, se qualificaram e atuam nas comunidades.

Como observado na Figura 9, os índices atribuídos ao capital humano em 1990 variam entre 43,3 e 63,7 pontos, sendo o menor atribuído por sócios. Já para 2020 observamos que a menor taxa atingiu 78 pontos. Desse modo, se observa crescimento acentuado em todas as categorias, com as maiores diferenças entre os dois períodos atribuídas pelos mais velhos, sócios e mulheres, enquanto não sócios e mais jovens registraram menores diferenças.

Nessa dimensão, a influência da Coppalj, na percepção local, variou de 36% a 74%, sendo os maiores índices atribuídos pelos homens e não sócios, conforme ilustrado na Tabela 3. O efeito final dessa atuação oscilou, portanto, entre 9,2 e 18,2 pontos percentuais. O entendimento dos sócios é que quando a Coppalj gera melhoria de renda para as famílias, movimenta outras dimensões. Nessa perspectiva, sua contribuição é vista como acontecendo principalmente na dimensão econômica. Por outro lado, mulheres e homens compreendem que a influência da Coppalj se deu porque ajudou na tomada de consciência, apoiando atividades realizadas nas comunidades. Essa formação foi útil para legitimar reivindicações. Há grupos que não percebem dessa forma e consideram que a contribuição na dimensão humana não foi tão expressiva por considerarem que outras organizações desempenham mais ações do que a cooperativa. Dentre os mais jovens, a Coppalj foi

apontada como tendo participado ativamente da luta por educação nas comunidades. Desse modo, verificamos uma variação de opiniões e certo desconhecimento sobre a atuação da cooperativa, sendo que informações referentes à sua atuação podem estar ficando restritas a poucas pessoas.

Tabela 3: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital humano

Dimensão Humana			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final
Sócios	35,8	50,8%	18,2
Não sócios	21,3	61,3%	13,0
+Jovens	24,0	57,0%	12,5
+Velhos	36,0	53,0%	18,1
Homens	29,0	74,0%	21,4
Mulheres	31,0	36,0%	9,2
Total	30,0	55,0%	15,3

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

6.4. Percepção local da situação do capital físico

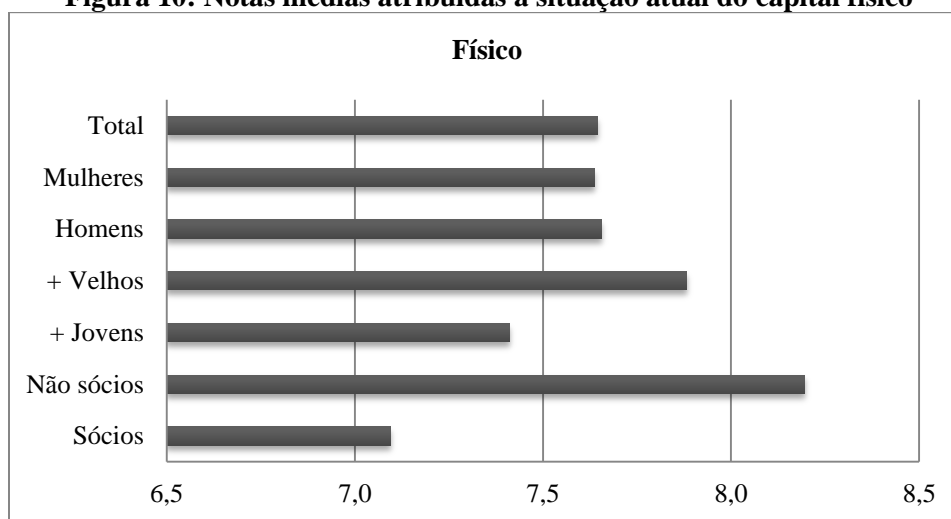
O capital físico é definido como aquilo que foi criado pelo processo econômico e inclui toda a infraestrutura que apoia as atividades sociais e produtivas, como construções, equipamentos e maquinário (BOTELHO, 2008; SITOIE, 2011; PERONDI; SCHNEIDER, 2012). Nesta dimensão, em nossa análise privilegiamos aspectos como as condições de moradia e das estradas, instalações de acesso à água potável e à energia elétrica, meios de transporte disponíveis e equipamentos para produção.

A nota média atribuída ao acesso a esse capital foi de 7,6 pontos (Figura 10). No que se refere à atribuição por categoria, ocorre uma equivalência entre homens (7,7) e mulheres (7,7), e uma relativa diferença nas demais categorias, com os mais velhos (7,9) e não sócios (8,2) apresentando índices mais elevados do que os mais jovens (7,4) e os sócios (7,1).

No que se refere às condições de moradia e estradas, e estruturas de apoio à saúde, há uma semelhança entre as percepções dos grupos. Para o primeiro aspecto, atribuíram nota positiva em virtude da maioria das famílias atualmente possuírem casas de alvenaria, enquanto que para os dois últimos a nota foi razoável. Os caminhos de acesso a algumas

comunidades são avaliados como ruins, sobretudo no período chuvoso, havendo locais que os próprios moradores são obrigados a reparar por conta própria para poder transitar. Há insatisfação com estruturas de apoio à saúde em algumas comunidades, pois estas não suportam a demanda local, destacando-se a carência e fragilidade de atendimento médico.

Figura 10: Notas médias atribuídas à situação atual do capital físico



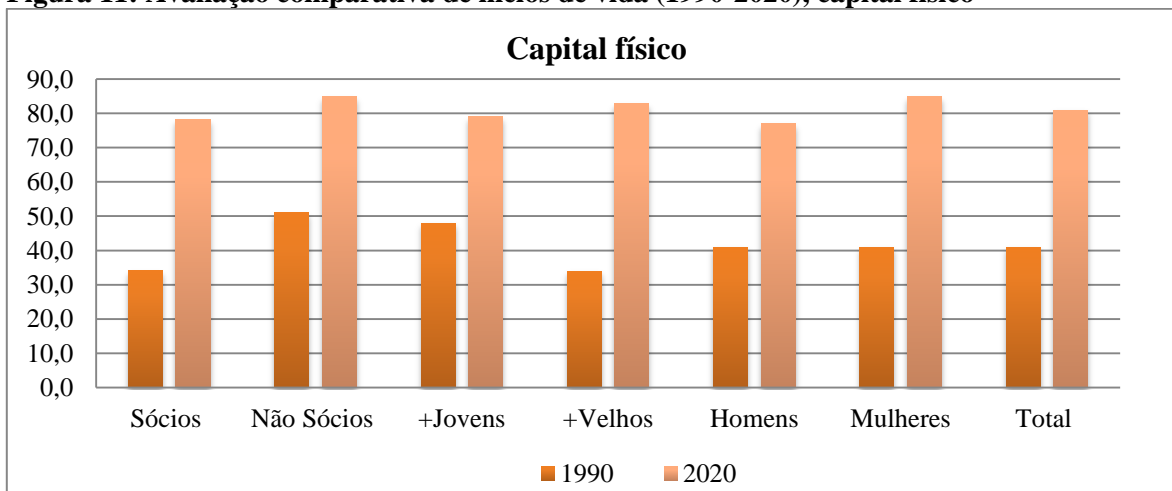
Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Em relação ao acesso à água potável, há variação de percepção, com os mais velhos e sócios considerando positivas as transformações nesse âmbito, em virtude de não precisarem recorrer a poços cacimbão, devido ao acesso a poço artesiano na comunidade ou na unidade familiar. Outros centram sua avaliação na qualidade da água dos poços comunitários, os quais nem sempre permitem o consumo doméstico, havendo quem opte por consumir do poço individual. A energia elétrica é vista como primordial, pois possibilita acesso a outras tecnologias que dependem da eletricidade. No inverno, contudo, há frequente interrupção no fornecimento.

As transformações ocorridas nas comunidades ao longo de três décadas também se estendem à obtenção de recursos materiais que facilitaram o trabalho produtivo e deram maior comodidade às famílias. Embora a terra seja um recurso natural, o processo de compra e venda instituído pelas políticas de privatização a transformou em mercadoria. Nessa perspectiva, também pode ser considerada uma conquista material que possibilitou às comunidades o suporte necessário para se estruturarem, reconstruírem seus processos econômico-produtivos, erguerem suas casas próprias e de alvenaria. Quando comparam o

capital físico em 1990 e 2020, os participantes dos grupos focais atribuem notas elevadas para as mudanças ocorridas nessa dimensão, conforme observado na Figura 11.

Figura 11: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital físico



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

A percepção de maiores diferenças entre esses dois períodos ocorre entre os entrevistados mais velhos e entre os sócios da Coppalj. A nota média nas demais categorias manteve-se entre 41 e 48 para 1990, e chegou a 85 para 2020. As menores notas para 1990 e 2020 foram respectivamente 34,2, e 77,0 demonstrando que mesmo que no cenário atual alguns aspectos precisem ser melhorados, a situação está muito superior à de 1990. Quando comparam os dois períodos, consideram que possuem recursos materiais que antes não possuíam. As condições de moradia, de acesso à água, as estruturas de apoio à saúde, a condição das estradas e os meios de transporte também sofreram impactos positivos. Em algumas comunidades foi verificado que o acesso à energia elétrica foi obtido recentemente e a existência de máquinas para produção ainda não é comum.

Conforme observado na Tabela 4, foram considerados índices de 55% a 74% em relação à influência da Coppalj nas transformações nessa dimensão, resultando um efeito final de sua atuação, no capital físico, de 24,5%, com índices maiores e menores respectivamente atribuídos pelos sócios da cooperativa (28,7%) e mulheres (22,1%). Portanto, apesar da influência da Coppalj ter sido considerada mais alta pelos grupos focais formados por jovens, o maior efeito final resultou da avaliação entre sócios. Para as mulheres, homens e sócios, a Coppalj teve participação nesse processo porque, quando

valorizou o babaçu, comprando com preço acima do ofertado pelos comerciantes locais, possibilitou renda melhor às famílias, que logo se preocuparam em investir em bens materiais. Além disso, diversas famílias têm sido beneficiadas com a criação de banheiros em suas residências e de barragens para captação de água e diversificação da produção. Soma-se a isso a melhoria da infraestrutura das estradas, pois como a Coppalj precisa escoar o babaçu, passou a fortalecer essa reivindicação junto aos setores públicos, beneficiando as famílias locais que também trafegam por esses caminhos. Assim, os índices nessa dimensão resultaram semelhantes em todas as categorias, sendo em média cerca de 10 pontos percentuais mais elevados do que na dimensão social.

Tabela 4: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital físico

Categoria	Dimensão Física		
	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final
Sócios	44,2	65,0%	28,7
Não sócios	33,8	68,8%	23,2
+Jovens	31,0	74,0%	23,3
+Velhos	49,0	59,0%	25,7
Homens	36,0	78,0%	26,9
Mulheres	44,0	55,0%	22,1
Total	40,0	66,5%	24,5

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

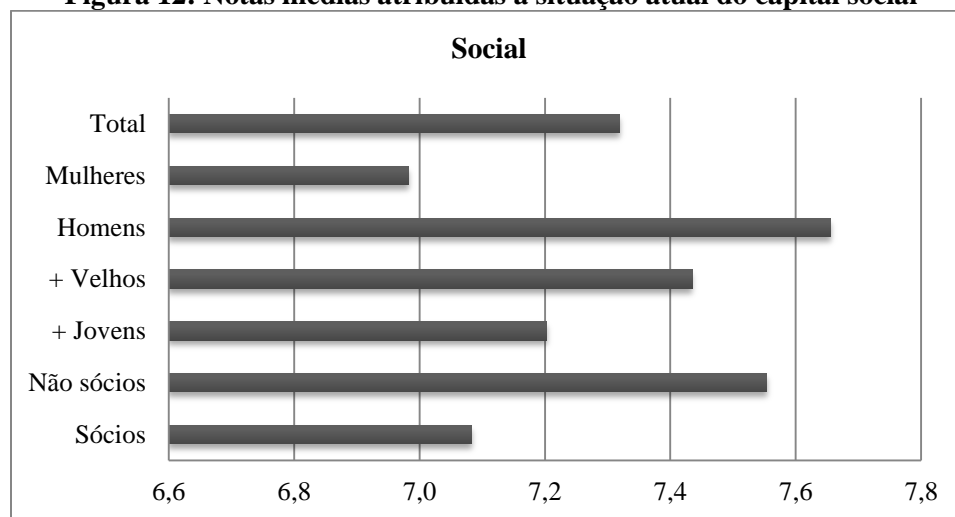
6.5. Percepção local da situação do capital social

O capital social se refere aos vínculos familiares e comunitários, àquilo que mantém as pessoas unidas, como a confiança, a reciprocidade, a identidade coletiva e o trabalho em conjunto (BOTELHO, 2008; PERONDI; SCHNEIDER, 2012). Também pode ser considerado como as normas e valores que governam as interações humanas e as instituições nas quais essas interações estão submersas (SITOE, 2011). Para esse capital, em nosso estudo consideramos o protagonismo da associação, os acordos informais na comunidade, a realização de mutirão, a decisão familiar compartilhada, organização religiosa e sindical, e a participação política.

Nessa dimensão, a atribuição de notas mais elevadas ocorreu entre os homens e os não sócios da cooperativa (Figura 12), demonstrando que a colaboração para resolução de

problemas comunitários continua existindo, embora de maneira reduzida. As mulheres e sócios da Coppalj atribuíram as notas mais baixas, pois consideram que a cooperação e as relações de reciprocidade perderam força, como na quebra do coco, no trabalho na roça, assim como os mutirões que eram uma prática frequentemente desenvolvida. Contudo, ainda que tenha ocorrido uma diminuição a nível comunitário, essas ações conjuntas são retomadas em festividades, em atividades beneficentes, no concerto de estradas, e na capina do terreno das associações.

Figura 12: Notas médias atribuídas à situação atual do capital social



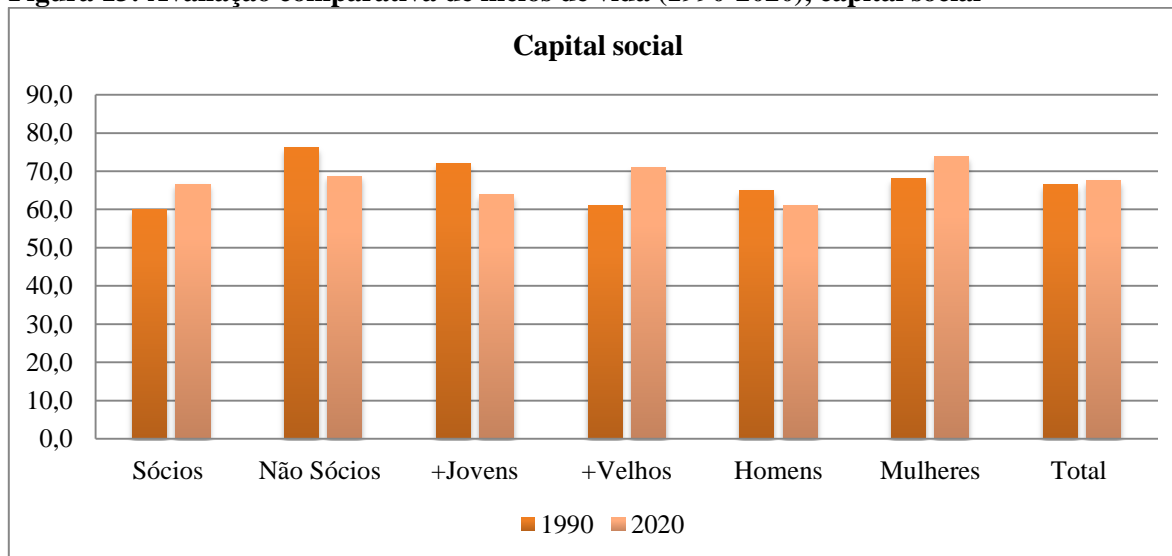
Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Os resultados também demonstraram um respeito aos acordos informais, como a construção de fossas, a proibição de criação de animais soltos e de uso de venenos em terreiros e nas palmeiras. Os mais jovens foram os que avaliaram de forma mais positiva esses acordos, concordando que há um relativo cumprimento das regras instituídas. Contudo, observa-se variação entre os integrantes de uma mesma categoria, entre as categorias e entre as comunidades. Para os grupos focais formados por sócios e mulheres, há uma inobservância da proibição de uso de agrotóxicos, havendo pessoas que continuam a aplicar, violando um preceito comunitário que pode afetar não somente os laços de confiança, como também gerar danos maiores, como a perda de benefícios devido ao desrespeito a condições às quais as organizações locais são signatárias. Dentre os não sócios e homens há aqueles que afirmam fazer uso, enquanto outros se recusam a utilizar. Já entre os sócios, todos afirmam não fazer aplicação.

Essa variação também se observa no protagonismo da associação e na organização política e religiosa. O engajamento e a atuação nos territórios já não se mostram tão efetivos, tendo sido afetados por mudanças econômicas decorrentes nas últimas décadas (políticas públicas, programas de transferência de renda e benefício de prestação continuada), às quais todas as categorias creditam o enfraquecimento dos laços comunitários. Porém, dentre os jovens e sócios há aqueles que consideram que esse protagonismo continua existindo, uma vez que organizações como a Assema e a Coppalj são resultantes desse protagonismo e cuja ação se mostra mais fortalecida em virtude de terem ampliado suas atividades. O engajamento nessas organizações provocou mudanças na concepção de mundo e, conseqüentemente, nas relações interpessoais, em nível comunitário e familiar, a exemplo dos acordos e dos diálogos estabelecidos entre pais e filhos. Porém, entre as mulheres e os mais jovens há aqueles que consideram a decisão compartilhada, o que pressupõe direitos iguais no âmbito doméstico, um desafio a ser ainda superado.

A dimensão social do “capital” foi uma das duas únicas em que alguns aspectos em 1990 receberam avaliações mais positivas, com valores superando ou se aproximando dos atribuídos para 2020 (Figura 13). Para os grupos, o envolvimento das famílias nas atividades orientadas às comunidades era mais forte antes, havendo maior engajamento. A confiança e solidariedade também eram valores que permeavam as relações, e ainda que atualmente continuem existindo, já não se apresentam com a mesma intensidade anteriormente observada. Consideram que a solidariedade era uma característica inerente às pessoas naquele contexto de pobreza, acionada automaticamente sempre que alguém precisava de ajuda, e que tornou possível às famílias suportarem as situações difíceis.

Figura 13: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital social



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Os homens, principalmente, consideram que a organização política nas comunidades era melhor operada, sendo as decisões sobre em qual candidato votar tomadas coletivamente. Assim, o candidato que a associação decidia apoiar logo recebia adesão das famílias. Atualmente, consideram que essa decisão é feita visando principalmente o benefício pessoal em detrimento do benefício social. Embora uma das vantagens apontadas para 2020 seja o fato de haver muitas organizações, estas ações perderam força ao longo do tempo. Existe o envelhecimento dos movimentos, em virtude do desinteresse dos jovens de se engajarem. Além disso, a quebra do coco, que se constituiu como uma atividade econômica e política, a partir da qual houve o acionamento da identidade coletiva das quebradeiras, tem sido reduzida devido o desestímulo, sobretudo das mais jovens, em se dedicar à atividade que para as gerações passadas era primordial para a sobrevivência familiar (PORRO, 2019).

Quando comparamos os dois períodos, notamos que os valores para 1990 ultrapassam os atribuídos para 2020 entre não sócios, mais jovens e homens. Os sócios são os que melhor avaliam o momento atual, contrastando com a menor avaliação feita pelos não sócios. Contudo, o maior diferencial positivo em favor do momento atual foi atribuído pelo grupo composto pelos mais velhos. Mesmo assim, esse diferencial limitou-se a 10 pontos.

Por outro lado, os participantes dos grupos focais reconhecem que, naquele contexto, embora as mobilizações políticas fossem mais fortes, eram mediadas pela Igreja. No período atual, outras organizações conduzidas pelos próprios trabalhadores surgiram, resultado da autonomia adquirida, e continuam ainda existindo, como a Assema, a AMTR e os grupos de jovens. Acerca da participação da Coppalj, consideram que ela contribui para essa dimensão em virtude das ações desencadeadas em outras dimensões, como a ambiental, que mobilizam sócios e não sócios para assumirem a responsabilidade coletiva pela preservação das palmeiras.

As taxas atribuídas para a influência da Coppalj na dimensão social variaram de 56% a 68%, se mantendo mais elevadas entre homens e sócios, e mais baixas entre mulheres e não sócios (Tabela 5). Contudo, como já mencionado, no que tange ao diferencial entre 2019 e 2020, se observa variação negativa em algumas categorias. Assim, da mesma forma que o maior diferencial entre os dois períodos, o efeito final da Coppalj atinge índice máximo de 10%, atribuído pelo grupo focal composto pelos mais velhos. Na média de todos os grupos, o efeito final da Coppalj nesta dimensão resulta em 3,6%, o menor entre todas as dimensões.

Tabela 5: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital social

Dimensão Social			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final
Sócios	6,7	65,0%	4,3
Não sócios	-7,5	57,5%	-4,3
+Jovens	-8,0	61,0%	-3,0
+Velhos	10,0	63,0%	10,1
Homens	-4,0	68,0%	1,5
Mulheres	6,0	56,0%	5,6
Total	1,0	62,0%	3,6

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

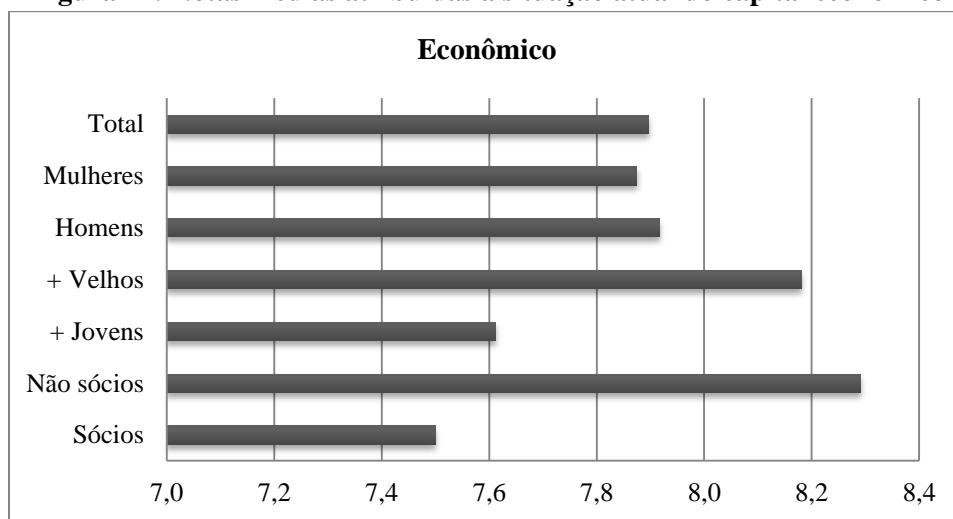
6.6. Percepção local da situação do capital econômico

O capital econômico é essencial para a busca de qualquer estratégia de subsistência e compreende créditos, poupanças e outros ativos econômicos, como infraestrutura básica e equipamentos e tecnologias de produção (SCOONES, 1998). Considerado o mais versátil

dentre os capitais, em razão da facilidade de ser convertido em outros tipos de ativos, pode contribuir para o consumo, bem como para a produção (DFID, 1999).

Nesta dimensão privilegiamos neste estudo os aspectos renda familiar, oportunidade de trabalho na comunidade, acesso à previdência e programas sociais, autonomia financeira, acesso a crédito e mercado seguro para produtos locais. Os resultados são apresentados na Figura 14.

Figura 14: Notas médias atribuídas à situação atual do capital econômico



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Nessa avaliação, todas as categorias sociais consideram ter ocorrido uma significativa melhoria de renda, com os não sócios e mais velhos atribuindo notas mais elevadas do que os sócios e mais jovens para o acesso a esse capital, em virtude de atualmente terem não somente uma única fonte de renda, mas conseguido diversificar seus ativos. Desse modo, além da produção extrativa, da criação de pequenos animais e da agricultura, as famílias têm conseguido acessar políticas sociais com importância significativa nesse incremento e na autonomia financeira que elas têm atingido. Dentre essas políticas encontram-se algumas operacionalizadas pela Coppalj, como a PGPM-Bio, a repartição de benefícios e as sobras anuais da cooperativa. As duas primeiras beneficiam sócios e não sócios, enquanto a última apenas os sócios. A criação animal também funciona como aporte financeiro, uma espécie de poupança, à qual recorrem em momentos de necessidade.

Quanto às oportunidades de trabalho na comunidade, a percepção compartilhada, sobretudo pelos jovens, é de pouca oferta, o que ainda leva à migração para outros estados. As principais formas locais de emprego são a cantina da cooperativa e a educação básica, onde pessoas das comunidades atuam. Há não sócios que consideram ser o trabalho na roça e a disponibilidade de terras para cultivo uma oportunidade de trabalho ainda disponível para famílias locais. Contudo, nem sempre há mercado para a venda da produção. Embora a cooperativa tenha sido apontada como forma de mercado seguro, há produtos que ela não compra e os agricultores vendem na cidade, muitas vezes por preço abaixo do desejado.

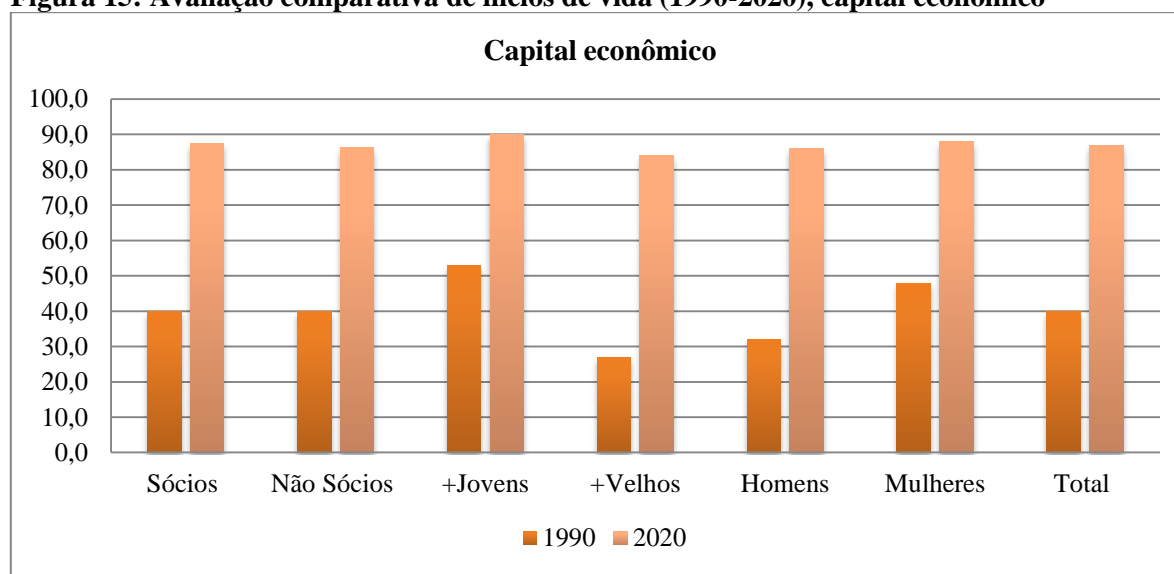
Quanto ao acesso ao crédito, os jovens e as mulheres são mais otimistas do que os mais velhos, homens e não sócios. Esses relataram as dificuldades no acesso às famílias assentadas em virtude da burocracia que dificulta empréstimos. Não sócios consideram ainda que, nos últimos anos, em decorrência da mudança de governo, as burocracias têm se intensificado. Os jovens e as mulheres apontam, por outro lado, um aumento do acesso, havendo organizações como a Acesa, a Assema e a Coppalj que operam créditos rotativos de forma menos burocrática, democratizando o empréstimo às famílias.

Conforme a Figura 15, a dimensão econômica foi a que expressou transformações mais drásticas, dentre as cinco formas de “capital”. As mudanças apontadas pelos grupos, quando comparam 1990 com 2020, são principalmente no que se refere à alimentação, moradia e aquisição de bens produtivos. Esses fatores, associados aos ativos adquiridos nas outras dimensões, lhes possibilitaram uma melhoria significativa na qualidade de vida. Consideram que não são ricos, mas também já não passam as mesmas dificuldades anteriormente enfrentadas.

Em 1990, a falta de conhecimentos os impedia de reivindicarem seus direitos. Além disso, também reconhecem que nesse período havia uma carência de políticas públicas orientadas aos agricultores familiares. Os desequilíbrios socioeconômicos, com famílias desprovidas de acesso à educação, privadas do exercício da cidadania e, conseqüentemente, com chances reduzidas de escolhas, impediam a frequência à escola, obrigando-as a se submeterem a atividades mal remuneradas ou a migrarem. Embora a migração seja parte integrante das práticas de reprodução camponesa (WOORTMANN, 1990, p. 35), também está ligada à ausência de oportunidades, que atinge sobremaneira os jovens, os impedindo de consolidar sua condição social por meio da estabilidade no campo (SOUZA, 2017).

Assim, consideram que é somente a partir de 2000 que se observa uma mudança nesse cenário, com a criação de novas políticas de transferência de renda, como aposentadorias e benefícios de prestação continuada, e a facilidade de acesso a crédito aos segmentos camponeses.

Figura 15: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital econômico



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Para esse capital as taxas para os dois períodos se distanciaram significativamente, como mostra a Figura 15. Mesmo a maior taxa para 1990, atribuída pelos mais jovens, foi muito superada em 2020, resultando em diferencial próximo a 40 pontos. Assim, se verifica um crescimento extraordinário, com todos os valores para 2020 superando os 80 pontos. A maior diferença foi atribuída pelos mais velhos, alcançando próximo de 60 pontos. Nesse capital se observa certa retração das taxas de não sócios, que até então apresentavam pontuações elevadas, na maioria das vezes ultrapassando os valores conferidos pelas demais categorias.

Acerca da influência da Coppalj nas transformações econômicas, os participantes dos grupos focais consideram que ela teve papel primordial ao contribuir para a organização e diversificação do processo produtivo das famílias. Sua participação nesse oscila entre 65% e 76%, sendo o maior índice conferido pelos grupos compostos por homens e pessoas mais velhas, resultando em efeitos finais respectivamente de 39,6% e

36,9% (Tabela 6). Em síntese, o diferencial entre os dois períodos apresenta variação de 37 a 57 pontos, e o efeito final atinge 32,3 pontos, o maior dentre os cinco capitais.

Tabela 6: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital econômico

Dimensão Econômica			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final
Sócios	47,5	69,2%	32,9
Não sócios	46,3	72,5%	33,5
+Jovens	37,0	76,0%	27,6
+Velhos	57,0	65,0%	36,9
Homens	54,0	76,0%	39,6
Mulheres	40,0	65,0%	24,9
Total	47,0	70,5%	32,3

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

A mencionada diversificação e a melhora da situação econômica diretamente influenciada pela Coppalj aconteceu pela renda derivada da venda das amêndoas a preços mais altos, e por meio das sobras anualmente destinadas aos sócios. Os benefícios destinados aos não sócios ocorrem via PGPM-Bio, uma política acessível às quebradeiras de coco da região. A Coppalj foi uma das organizações a reivindicá-la, e é uma das instâncias que a operacionaliza nos municípios de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Não sócios encontram na Coppalj o principal local para venda de amêndoas, porque além da PGPM-Bio, são também beneficiados com a repartição de benefícios.

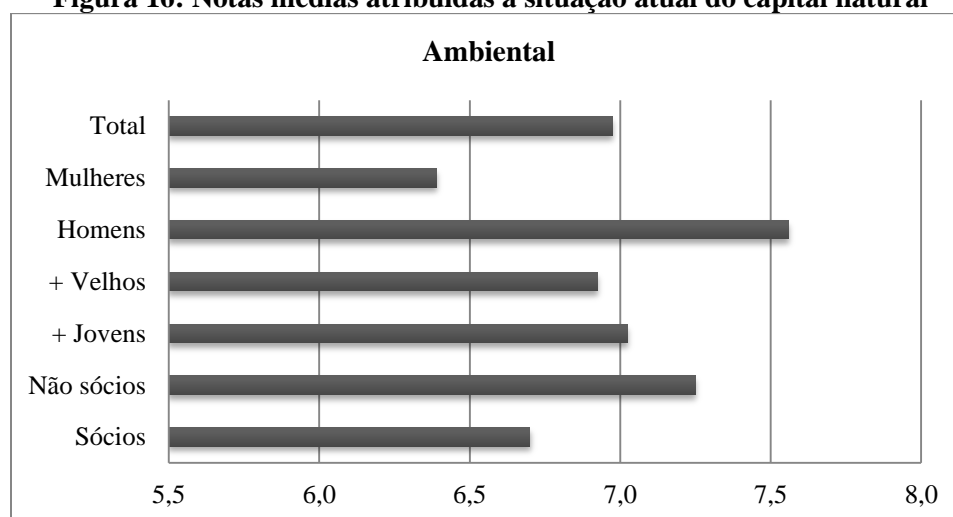
6.7. Percepção local da situação do capital natural

O capital natural são os estoques de recursos úteis para a subsistência, incluindo o acesso à água, terra e florestas, os quais permitem o envolvimento das famílias em atividades agrícolas ou coleta de recursos para geração de renda e sustento (BOTELHO, 2008; SITO, 2011). Nessa dimensão abordamos neste estudo aspectos relacionados ao controle do desmatamento, preservação das palmeiras e florestas, manutenção da fauna nativa, diversificação da produção agrícola, uso de técnicas para conservação do solo e proteção às nascentes e fontes de água.

A Figura 16 indica que entre as mulheres e sócios a percepção positiva acerca da dimensão ambiental na atualidade é menor do que entre as demais categorias. Isso ocorre

porque consideram que a devastação das palmeiras continua sendo um dos desafios enfrentados localmente, visto que muitos fazendeiros continuam a derrubar palmeiras novas. Para os não sócios e homens, embora haja tentativas frequentes por parte de proprietários de terras de colocarem fogo nas soltas ou derrubarem os babaquais, o fato deles se reunirem para impedirem tais atos se constitui fator positivo, pois demonstra sensibilidade para a importância da preservação do babaçu, que ainda se constitui num dos principais recursos para famílias da região. Além disso, também consideram que o uso do fogo é prática que vem sendo usada com menos frequência e, mesmo quando usada, são tomadas precauções.

Figura 16: Notas médias atribuídas à situação atual do capital natural



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

As mulheres apontam que a principal dificuldade é o fato de as terras não pertencerem às famílias camponesas. Isso, porém, não constitui fator impeditivo, pois quando sabem de uma ameaça, se deslocam para empatar a derrubada. Embora reconheçam que as palmeiras são mais produtivas em áreas de pastagem, reconhecem que quando o roço das pastagens é mecanizado, o babaçal é afetado. Assim, na época chuvosa, a chance dessa palmeira cair é bem maior quando ocorrem ventanias. Os mais jovens consideram que a preservação ambiental não está ocorrendo como deveria, visto que há uma predominância de palmeiras velhas. Também já não há nascentes de rios e a fauna nativa se restringe a alguns poucos animais raramente vistos. Alguns desses atribuem a derrubada dos babaquais ao que consideram ser uma “raiva ideológica” da palmeira. Para eles, essa

aversão é confirmada quando se compara a preservação das palmeiras com a preservação das florestas, visto que há proprietários que costumam deixar diversas espécies madeireiras em suas propriedades, porém se recusam a deixar palmeiras. Consideram ainda que todo esse contexto decorre da ausência de uma política abrangente de preservação, o que levaria não somente ao cuidado dos babaçuais como também do ambiente local. Em relação à diversificação da produção, todas as categorias reconhecem que atualmente há variedade na produção agrícola, na roça e na propriedade familiar, na qual plantam frutíferas e hortaliças além de criarem pequenos animais.

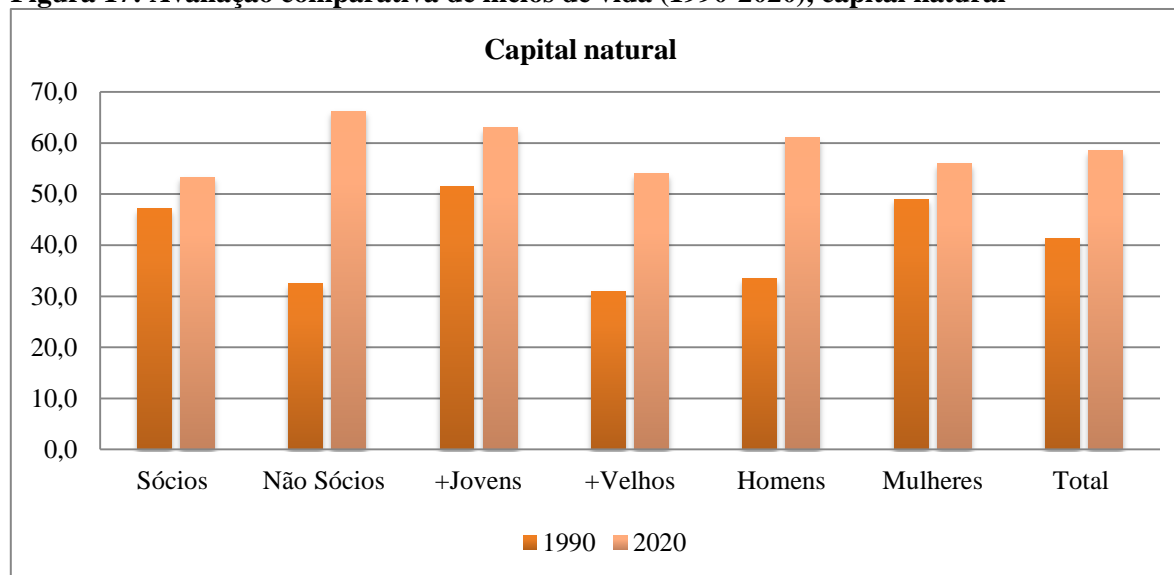
Assim como na dimensão social, na questão ambiental os grupos consideram que houve um retrocesso. A percepção é que em 1990 havia mais babaçuais, mais áreas verdes e, conseqüentemente, as nascentes de rios e animais silvestres existiam em abundância. As principais ameaças se constituíam no uso do fogo e na derrubada de babaçuais por parte dos fazendeiros. Contudo, reconhecem que naquele período as famílias não tinham os mesmos conhecimentos que possuem atualmente e, em virtude disso, adotavam práticas que hoje desaprovam, como o uso do fogo nas roças e quintais, e ausência de coleta seletiva de lixo.

Em 2020, consideram que já não há tanto babaçual e floresta quanto antigamente, além do controle do uso do veneno ter se tornado uma das lutas travadas pelas comunidades. Embora o uso do fogo ainda seja praticado pelos agricultores, tem sido observada uma redução gradativa e, mesmo quando fogo é utilizado nas roças, geralmente é feito aceiro e escolhido um horário considerado adequado. Muitas famílias passaram por um processo de reeducação, e mesmo quem não está vinculado a algum movimento social, como os não sócios, adotam práticas consideradas mais sadias, sendo comum a utilização de insumos alternativos para controlar pragas. Esse cuidado é adotado tanto na roça quanto no interior das comunidades. Reconhecem que até mesmo alguns proprietários se tornaram cuidadosos em relação ao uso do fogo e derrubada dos babaçuais. Contudo, ainda enfrentam dificuldades em preservar as áreas que não estão sob domínio das famílias, pois existem fazendeiros fechados ao diálogo que adotam práticas prejudiciais, como o uso de trator e de veneno.

Ao avaliarmos as percepções dos grupos acerca das transformações em três décadas referentes a esse capital (Figura 17), verificamos que entre algumas categorias os valores para os dois períodos mantêm uma relativa correspondência, enquanto em outras ocorre

uma discrepância. Maiores contrastes são observados para não sócios da Coppalj, pessoas mais velhas, e homens, enquanto os grupos compostos por sócios, pessoas mais jovens e mulheres atribuem diferenças menores entre 1990 e 2020.

Figura 17: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020), capital natural



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

A Coppalj é apontada como a única organização que tem uma política ambiental na região, e que tem trabalhado seriamente esta questão. As políticas instituídas no seu interior se referem ao controle do uso de agrotóxicos e de preservação das palmeiras. Uma das exigências impostas aos sócios e a quem deseja se associar é o não uso do veneno, em virtude da cooperativa ser pioneira na comercialização e produção orgânica, o que a conferiu o selo de qualidade orgânica do Instituto Biodinâmico (IBD). Tal certificação, obtida em 1998, em decorrência da sua responsabilidade social e ambiental, lhe possibilita comercializar o óleo de babaçu por um preço melhor, além de permitir a exportação. Portanto, a manutenção do selo é fundamental para que consiga pagar o preço justo pelas amêndoas de babaçu.

Atualmente, cerca de 700 famílias entregam o coco babaçu nas cantinas da cooperativa e todas obedecem aos requisitos impostos pela organização. Além disso, a cooperativa toma o cuidado de não comprar o babaçu em localidades que não possuam o controle ambiental. Seu principal desafio na dimensão ambiental tem sido a implementação

de um plano de manejo para o babaçu, que conscientize os extrativistas e proprietários acerca do correto manejo nas áreas de babaçuais.

A diversificação produtiva das famílias tem sido impulsionada pela Coppalj, por meio da distribuição de mudas para implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) e projetos para criação de pequenos animais. As cisternas construídas têm possibilitado a sócios e não sócios melhorarem a produção familiar, em virtude do acesso à água, sobretudo nos períodos mais secos do ano.

A Tabela 7 indica a influência positiva da Coppalj para o capital natural, variando de 53,8% a 64,2%, sendo os valores mais elevados observados entre sócios e pessoas mais velhas, numa média geral de 60%. O efeito final da atuação da Coppalj atinge 18,3. Portanto, embora haja um descontentamento dos grupos com circunstâncias que têm prejudicado o ambiente local, notamos que a cooperativa tem se engajado na proteção dos recursos e direitos das famílias.

Tabela 7: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais, capital natural

Dimensão Ambiental			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final
Sócios	6,3	64,2%	4,0
Não sócios	33,8	53,8%	18,1
+Jovens	11,5	56,0%	11,3
+Velhos	23,0	64,0%	16,4
Homens	27,5	62,0%	18,3
Mulheres	7,0	58,0%	9,4
Total	17,3	60,0%	13,8

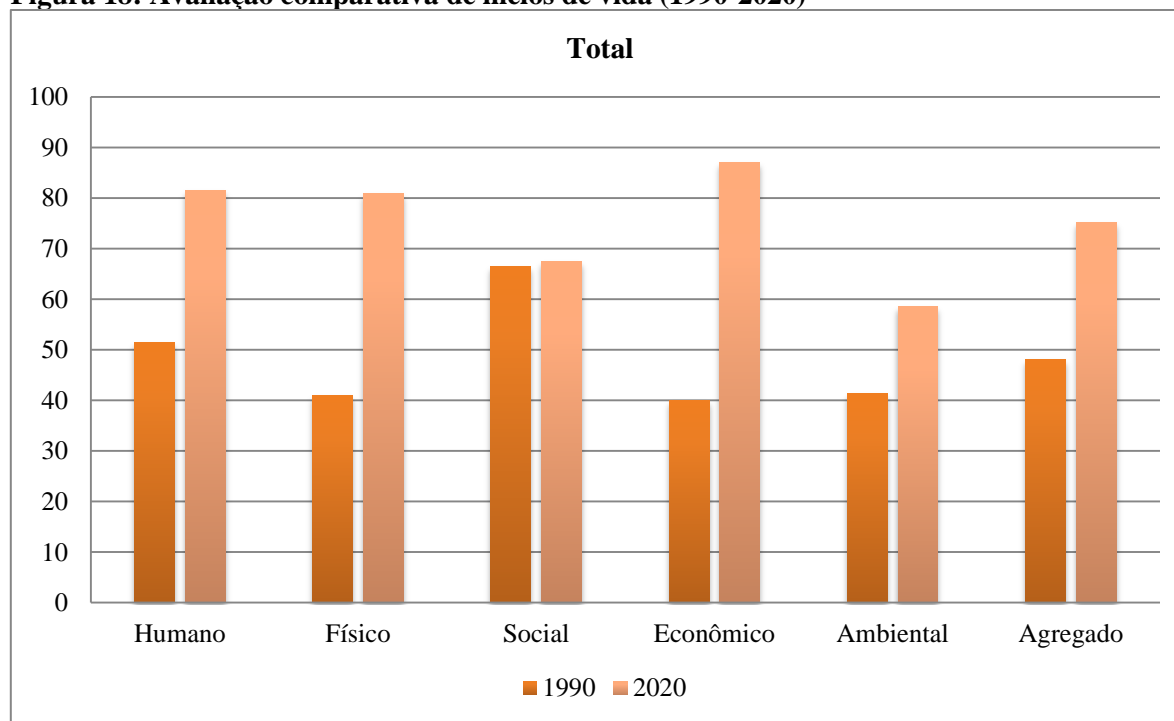
Fonte: Pesquisa de campo (2020)

6.8. Conclusão

A análise da percepção dos grupos focais evidencia mudanças significativas nas comunidades de Lago do Junco e Lago dos Rodrigues. Embora se verifique uma correlação entre o conjunto dos capitais, tanto em 1990 quanto em 2020, alguns adquirem maior relevância do que outros. Como observado na Figura 18, em 1990, anterior à criação da Coppalj, a dimensão social foi a que obteve a maior taxa avaliativa e, embora não tenha retrocedido em 2020, o crescimento no intervalo de três décadas foi mínimo. Se por um lado tal dado evidencia certa estabilidade para essa dimensão, por outro demonstra um

determinado saudosismo dos grupos devido aos vínculos emotivos que possuem para com aquele período. As narrativas produzidas acerca dele, especificamente pelos mais velhos, têm funcionado como aprendizado aos mais jovens e contribuído para que estabeleçam uma relação afetiva com esse tempo (ALBUQUERQUE JR, 2003). Isso justifica o fato de as notas atribuídas para essa dimensão serem as que menos apresentam divergências.

Figura 18: Avaliação comparativa de meios de vida (1990-2020)



Fonte: Pesquisa de campo (2020)

Para as demais dimensões observa-se uma dissonância entre os grupos, com os valores se distanciando principalmente entre sócios e não sócios e homens e mulheres. Ainda que em alguns momentos os mais jovens e os mais velhos apresentem variações, a frequência de aproximações entre suas percepções é mais comum. Homens e mulheres divergem sobretudo na dimensão ambiental, uma vez que em decorrência do trabalho agrícola, algumas palmeiras são derrubadas para o plantio de roças ou formação de pasto, gerando desentendimento não somente por elas considerarem o impacto na prática extrativa, mas também em razão da relação simbólica que possuem com esse recurso (BARBOSA, 2013, p. 23). Contudo, apesar dos limites ainda enfrentados, 2020 apresenta um crescimento na avaliação desse capital, em virtude da preocupação ambiental

demonstrada pelos grupos que reconhecem a importância das práticas agroecológicas e da palmeira para o equilíbrio social e do ambiente local.

No capital físico também ocorreu elevado distanciamento entre os dois períodos, com 2020 ultrapassando significativamente 1990. Contudo, ainda se observa uma divergência no acesso aos recursos dessa dimensão, com comunidades e grupos dentro de uma mesma categoria apresentando melhores estruturas de ativos do que outros, tanto individuais quanto partilhados comunitariamente. No capital econômico também observamos situação semelhante: grupos numa mesma categoria com índices de acesso mais elevados. No nível etário os mais velhos demonstraram possuir mais acesso do que os mais jovens, em virtude da previdência e outros ativos que foram acumulando ao longo do tempo. Porém, dentre os mais jovens também há aqueles que possuem ativos, oriundos de emprego bem remunerado e que os possibilita fazer melhores investimentos. Além disso, os mais jovens são os que apresentam mais acesso ao capital humano, como formação e oportunidades de estudo. Nota-se para esta dimensão o maior diferencial entre os dois períodos, atingindo 47 pontos percentuais.

Entre sócios e não sócios, principal categoria na qual se observou maiores variações no acesso aos recursos em todas as dimensões, também ocorrem dissemelhanças nas taxas. Ainda que sócios obtenham ativos indisponíveis a não sócios, estes possuem outros tipos de recursos que os permitem subverter esse desfalque. As rendas geradas pela produção agrícola e extrativa, somadas aos benefícios provenientes de programas sociais e de outros tipos de atividades que desempenham, os permitem alcançar resultados positivos nos seus meios de vida. Por essa razão, não causa estranhamento não sócios possuírem grau elevado de acesso a recursos apontados como sendo mais propensos aos sócios (VICARI, 2014). Afinal, nas comunidades as famílias desenvolvem uma variedade de práticas que as asseguram prevenção para necessidades imediatas e para momentos de crise.

Soma-se a isso o fato das transformações operadas pela Coppalj não ficarem restritas a sócios, em virtude de haver benefícios que não podem ser centralizados aos seus membros. Tal fato é reforçado por empresas com as quais possui contrato de repartição de benefícios e a possibilita pagar um preço justo pelo babaçu a todas as quebraadeiras de coco que vendem nas cantinas. Em virtude disso, os sócios relatam um crescimento acentuado de

venda de não sócios nas cantinas depois da instituição do PGPM-Bio e da repartição de benefícios.

A Tabela 8 demonstra que a dimensão econômica foi a mais impactada pela atuação da cooperativa, com sua influência alcançando 70% e efeito final de 32,3 pontos, seguida da dimensão física, que obteve influência de 66,5% e efeito final de 24,5 pontos. Observamos ainda que sua influência nas demais dimensões foi avaliada como superior a 50%. Tal ocorreu mesmo em relação ao capital social, cujo efeito final foi de apenas 3,6 pontos percentuais, embora a influência da Coppalj tenha se mantido positiva (62%). Portanto, percebemos que a Coppalj, com sua política de valorização da produção agrícola e extrativa, tem possibilitado novas perspectivas aos grupos, viabilizando o acesso a variados tipos de ativos.

Tabela 8: Impacto da atuação da Coppalj em meios de vida locais

Total			
Categoria	Diferencial 2020/1990	Influência Coppalj	Efeito Final
Humano	30	55,0%	15,3
Físico	40	66,5%	24,5
Social	1	62,0%	3,6
Econômico	47	70,5%	32,3
Ambiental	17,3	60,0%	13,8
Agregado	27,1	62,8%	17,1

Fonte: Pesquisa de campo (2020)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para esta pesquisa percorremos o campo da ação coletiva e da cooperação, objetivando analisar as mudanças que se processaram em Lago Junco e em Lago dos Rodrigues a partir da atuação da Coppalj, e mostramos como a criação da cooperativa permitiu às famílias alcançarem condições de vida digna e controle sobre as instituições e processos que afetam diretamente seu bem estar, bem como a autonomia política e capacidade de influenciar os eventos locais (NARAYAN, 2002; DUDWICK et al., 2006). Adotamos a modalidade quali-quantitativa e priorizamos referenciais teóricos que focalizaram a agência e capacidade dos sujeitos em mobilizarem recursos e enfrentarem contextos de risco, por entendermos que as pessoas não são simplesmente moldadas por condições estruturais, mas que também adaptam, criam formas próprias de interação no interior das estruturas nas quais estão inseridas (MELUCCI, 1994).

Verificamos que formas de ação coletiva que levaram ao surgimento da Coppalj são resultantes da aquisição de novos tipos de conhecimentos proporcionados por agentes e instituições que passaram a atuar na localidade. Nesse sentido, sua constituição tornou-se possível em decorrência do acúmulo de novas habilidades e capacidades que permitiram às famílias expandirem as ações e regras anteriormente desenvolvidas, agirem sobre os processos que afetavam seus meios de vida e envolverem-se ativamente na conformação do seu próprio destino (SEN, 2010).

Ao mesmo tempo em que a análise revela os movimentos incansáveis de camponeses maranhenses para superação das contradições decorrentes da concentração fundiária, também demonstra o papel desempenhado por agentes externos para a mobilização e organização camponesa. A atuação da Igreja Católica foi significativa ao disponibilizar apoio político, econômico e jurídico às famílias. A conjugação de várias formas de intervenções, através do MER, da ACR, da Ajulav e da Acesa, foi importante não somente por aliviar a dor gerada pelas privações de direitos e ameaças, e em diversos momentos se constituir abrigo e proteção, como também por lhes assegurarem condições para uma vida futura. É inegável que sem o aparato da instituição elas teriam encontrado caminhos outros para superação dos problemas vivenciados, contudo provavelmente esse processo teria se dado de forma mais lenta e dolorosa, porque sem recursos financeiros,

sem conhecimento e sem apoio, era praticamente impossível infiltrar-se nas estruturas de poder locais.

Assim, a formação da Coppalj se tornou possível, em parte, pela base de conhecimentos que as famílias obtiveram por meio do engajamento de religiosos católicos, bem como pela capacidade que estas famílias tiveram de mobilizar os recursos disponíveis e torná-los favoráveis aos seus interesses. A análise da sua trajetória nos permitiu explorar os diferentes âmbitos nos quais suas transformações se expressam (social, humano, econômico, físico e ambiental) e a percepção das diferentes categorias acerca delas, assim como demonstrar sua importância para a reconstrução dos processos que promoveram a diversificação produtiva e tecnológica no território (OSTROM *apud* SABOURIN, 2010; SCHNEIDER; ESCHER, 2011). Com efeito, observamos que foi a partir do surgimento da Coppalj que novos mecanismos foram delineados para atendimento de problemas para os quais as comunidades ainda não tinham obtido resposta.

Embora se verifique uma correlação entre as transformações ocorridas nas dimensões analisadas, aquelas processadas nas dimensões econômica e humana se destacam das demais. Alguns teóricos apontam uma influência do capital humano sobre o crescimento econômico em razão do nível de conhecimento, da aquisição de novas habilidades e dos aspectos que formam esse capital resultar em melhor rendimento futuro (VIANA; LIMA, 2010). Contudo, entre os grupos há a percepção de que é somente a partir da melhoria econômica que ocorre um impacto significativo na dimensão humana, sendo possível obter através dele resultados nos meios de subsistência por permitir a compra de alimentos, reduzir a insegurança alimentar e melhorar a saúde, comprar, comercializar, construir ou melhorar as estruturas de suas propriedades, etc. Ainda que haja ativos inalcançáveis por meio do dinheiro (DFID, 1999), ele se constitui num importante alicerce nos meios de vida, sendo inclusive o que permite o investimento em benfeitorias que fornecem conforto e proteção.

Embora o baixo nível de renda não seja o único fator que predispõe as pessoas à pobreza, uma renda inadequada é uma forte condição predisponente de uma vida pobre (SEN, 2010, p. 121). Como verificado, as oportunidades econômicas só são melhor aproveitadas quando as pessoas dispõem de bases sociais que as permitem sustentar essas oportunidades, isto é, quando encontram níveis de alfabetização e educação básica, bons

serviços gerais de saúde e reformas agrárias concluídas (SEN, 2010, p. 124). Nessa perspectiva, não basta a sustentação econômica, são necessárias condições que as permitam fazer bom uso e, desse modo, expandirem suas capacidades. Ainda que alguns desses aspectos já se processassem devido a atuação de associações que desempenharam importante papel nesse sentido (PORRO; PORRO, 2015), a Coppalj também se tornou essencial para a obtenção de benefícios.

Todavia, a Coppalj não pode ser vista como fórmula organizacional mágica a partir da qual se implementarão as sonhadas práticas da cooperação e se resolverão todos os problemas sociais (LACERDA; MALAGODI, 2007; RIOS, 2007). Além do mais, são as condições objetivas que determinam sua natureza e funcionamento (SCHNEIDER, 1981; SCOPINHO, 2007), de modo que as expectativas impostas por teorias podem não se traduzir em realidade. Se por um lado, este trabalho nos permitiu demonstrar as importantes mudanças que a Coppalj tem conseguido operar, por outro também evidencia seus limites, principalmente no que se refere à distribuição das mudanças geradas, nos fazendo compreender que, ao mesmo tempo em que pode ser uma via de transformação social, uma cooperativa também pode, de forma não intencional, reproduzir desigualdades que se propõe a combater (SCOPINHO, 2007).

Ainda que a avaliação dos grupos focais aponte para a melhoria no acesso a ativos nas comunidades, a análise sobre as atividades econômicas da cooperativa evidencia que a distribuição dos ganhos talvez não esteja ocorrendo de forma proporcional, acarretando o enfraquecimento do seu compromisso social. Como é possível à Coppalj manter o equilíbrio entre o social e o econômico-financeiro quando cerca de 80% das suas operações comerciais e seu desempenho econômico depende dos negócios com não sócios? Qual seria a forma equitativa de beneficiar seus principais atores comerciais? Ainda que as ações que ela vem desenvolvendo nas comunidades representem um passo significativo para o alcance do seu objetivo, elas não são suficientes porque podem ficar restritas geralmente àquelas pessoas que se alinham às suas políticas. E, com isso, beneficiam apenas uma minoria. Observar os entraves que vêm dificultando o desenvolvimento dos seus princípios democráticos é fundamental para viabilizar o seu futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo; MORELLO, Thiago Fonseca. A democracia na raiz das novas dinâmicas rurais brasileiras. *International Conference Dynamics of Rural Transformations in Emerging Economies*. April 14-16, New Delhi, India, 2010.

ACESA. *Projetos de assentamento em reforma agrária*. Lago da Pedra: Acesa, 1989.

_____. *Relatório anual*. Bacabal: Acesa, 1988.

_____. *Relatório semestral (janeiro/junho)*. Bacabal: Acesa, 1987.

ACR. Quebrando a estrutura sindical. *Grito do Nordeste*, n. 73, 1983. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21600>. Acessado em: 09 jun. 2020.

_____. Boletim da Acr. *Grito no Nordeste*, n. 9, 1969. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/22216>. Acessado em: 02 ago. 2020.

ADAS, Sérgio. *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)*. Tese, Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade de São Paulo, 2006.

ALBUQUERQUE JUNIOR Durval Muniz. Pedagogias da saudade: a formação histórica de consciências e sensibilidades saudosistas. A vida e o trabalho do poeta e professor português António Corrêa d'Oliveira. *Revista História Hoje*, v. 2, n. 4, p. 149-174, 2013.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. *What is a cooperative?* Disponível em: <https://www.ica.coop/en>. Acessado em: 29 nov. 2020.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. *Quebradeiras de coco babaçu: um século de mobilizações e lutas - Repertório de fontes documentais e arquivísticas, dispositivos legais e ações coletivas (1915-2018)*. Manaus: UEA Edições/PNCSA, 2019.

_____. Apropriação de Terra: antagonismos e tensões sociais. In: *Amazônia Brasileira em Foco*. CNDDA Campanha Nacional de Defesa e Pelo Desenvolvimento da Amazônia, p. 7-25, 1993.

_____. Terra, conflito e cidadania. *Abra*, v. 22, n. 1, p. 61-86, 1992.

_____. *Primeiros comentários ao projeto Acesa*. Bacabal, 1988.

_____. *Autonomia e mobilização política dos camponeses no Maranhão: um estudo sobre as formas de organização dos trabalhadores rurais do Maranhão nas últimas três décadas*. São Luís: CPT, 1981.

_____ ; MOURÃO, Laís. *Questões agrárias no Maranhão contemporâneo*. Brasília: Pesquisa Antropológica, 1976.

ALMEIDA, Mônica Ribeiro Moraes de; FIGUEIREDO JUNIOR, João Damasceno Gonçalves. As tecituras do processo de reorganização social Krenyê. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 15, n. 29, p. 59-84, 2018.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova: revista de cultura e política*. São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009.

ALVES, Maria Juliana de Souza. *A atuação do Programa Territórios da Cidadania no estado do Maranhão: uma análise da efetividade em promover o desenvolvimento socioeconômico do Território Médio Mearim, através da gestão social, no período de 2006 a 2012*. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

ALVES, Raimundo; SOUZA, Aline; MEDEIROS, Alzira. *Economia solidária e agroecologia*. 1. Ed. Olinda: MXM Gráfica e Editora, 2018.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, p. 7-25, 2006.

AMARAL FILHO, Jair do Amaral. *A economia política do babaçu: um estudo da organização da extrato-indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências*. São Luís: SIOGE, 1990.

ANDRADE, Maristela de Paula. *Os gaúchos descobrem o Brasil: projetos agropecuários contra a agricultura camponesa*. São Luís: EDUFMA, 2008.

_____. Mutirões, empates e greves: divisão sexual do trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. *Revue Lusotopie*. Leiden, XII (1-2), p. 175-189, 2005.

_____. *Viúvas entre a violência e a impunidade*. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). *Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais*. Brasília: MDA, IICA, p. 123-149, 2006.

ARAGÃO, Tobias. A destruição de Aldeia: conflito agrário e processo judicial. In: ANDRADE, Maristela (Org.). *Viúvas entre a violência e a impunidade*. São Luís: NAV; Mestrado em Políticas Públicas, UFMA, 1997, p. 87-134.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da Recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

ASSUNÇÃO, João Carlos Siqueira de. O Movimento de Evangelização Rural. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, p. 160-168, 1985.

ATLAS BRASIL. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2010*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>. Acessado em 01 jan. 2020.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. *Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Jundiaí: Paco, 2016.

_____. *Mulheres do Babaçu: Gênero, Maternalismo e Movimentos Sociais no Maranhão*. 267. Tese, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. *Na terra das palmeiras: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

BAUERDICK, Godofredo. *Arquivos da província*. s/d

BECKER, Howard S. *Observação social e estudos de caso sociais- métodos de pesquisa em ciências sociais*. São Paulo: Hucitec, p. 117-133, 1994.

BIALOSKORSKI NETO, Sigismundo. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Rio de Janeiro, v. 45, n. 1, p. 119-138, 2007.

BISOL, Cláudia Alquati. Estratégias de pesquisa em contextos de diversidade cultural: entrevistas de listagem livre, entrevistas com informantes-chave e grupos focais. *Estudos de Psicologia*. Campinas, v. 29, p. 719-726, 2012.

BOTELHO, Ana Carolina Baker. *El protagonismo social de las comunidades rurales como fundamento para la cogestión adaptativa incluyente de los recursos naturales en un territorio*. Tese, Pós-graduação Manejo e Conservação de Bosques Naturais e Biodiversidade, Turrialba, Costa Rica, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

_____. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. *Médio Mearim – MA*. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_140_M%3%83%C2%A9dio%20Mearim%20-%20MA.pdf. Acessado em: 10 ago. 2020.

BRICEÑO-LEON, Roberto. Quatro Modelos de Integração de Técnicas Qualitativas e Quantitativas de Investigação nas Ciências Sociais. In: GOLDENBERG, Paulete;

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Maria Helena de Andréa (Orgs.). *O Clássico e o Novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 157-183, 2003.

BRUMER, Anita; OSENFELD, Cinara Lerrer; HOLZMANN, Lorena; SANTOS, Tania Steren dos. A elaboração do projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos; PINTO, Célia Regina Jardim (Orgs.). *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: UFRGS, p. 125-147, 2008.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão*. São Luís: Edufma, 2008.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. *Terra, trabalho e poder*. São Paulo: Annablume, 2013.

_____; ANDRADE, Maristela; MESQUITA, Benjamin Alvino de. A reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. *Revista de Políticas Públicas*, v. 2, n. 2, s/p, 1996.

CARRAZZA, Luis Roberto; SILVA, Mariane Lima da; ÁVILA, João Carlos Cruz. *Manual Tecnológico de Aproveitamento Integral do Fruto do Babaçu*. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN), Brasil, 2012.

CBD. *Introdução a acesso e repartição de benefícios*. Disponível em: <https://www.cbd.int/abs/infokit/revised/web/all-files-pt.pdf>. Acessado em: 04 set. 2020.

CHAZEL, François. Poder. In: BOUDON, Raymond (Org). *Tratado de sociologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., p. 213-245, 1995.

CONAB. *Boletim da Sociobiodiversidade*. Brasília: CONAB, v.1, n. 1, 2017.

COPPALJ. *Relatório financeiro e de atividades da Coppalj*. Assema, 1993.

_____. *Relatório de atividades/relatório financeiro*. Lago do Junco, 1991.

CORBIN, Juliet; MORSE, Janice Margaret. The unstructured interactive interview: Issues of reciprocity and risks when dealing with sensitive topics. *Qualitative Inquiry*, v. 9, n. 3, p. 335-354, 2003.

CPT. *Conflitos no Campo Brasil*. São Luís, 1985.

CORRÊA, Pedro Vasconcelos; OLIVEIRA, Fernanda Costa; TADA, Iracema Neno Cecílio. A história oral de mulheres que viveram no seringal. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 430-447, 2015.

COSTA, Wagner Cabral da. *Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo” : a trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão*. São Luis: Edufma, 1997.

CRUZ, Valter do Carmo. Movimentos sociais, identidades coletivas e lutas pelo direito ao território na Amazônia. In: SILVA, Onildo Araújo da; SANTOS, Edinuzia Moreira Carneiro; COELHO NETO, Agripino Souza (Orgs.). *Identidade, Território e Resistência*. Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 37-72, 2014.

DACOSTA, Lamartine (Org.). *Atlas do esporte no Brasil*. Rio de Janeiro: Confef, 2006, p. 244-250. Disponível em: <https://www.pluriconsultoria.com.br/wp-content/uploads/2016/09/ATLAS-ESPORTE-BRASIL-2003.pdf>. Acessado em: 20 ago. 2019.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*, n. 37, p. 9-41, 2011.

DFID. *Sustainable livelihoods guidance sheets*. London: DFID, 1999.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos Santana; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, p. 97-124, 2001.

DORNELAS, Nelito Donato. *A identidade das Cebis*. Disponível em: <https://www.vidapastoral.com.br/artigos/ecclesiologia/a-identidade-das-cebis/>. Acessado em: 01 jul. 2020.

DOUTOR, Catarina. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões. *Última Década*, n. 45, p. 159-174, 2016.

DUDWICK, Nora; KUEHNAST, Kathleen; JONES, Veronica Nyhan; WOOLCOCK, Michael. *Analyzing social capital in context – a guide to using qualitative methods and data*. Washington: World Bank Institute, 2006.

FALCO, Tania Carla Bandazoli. *Autonomia e participação no comércio justo: a experiência da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011.

FEENY, David; BERKES, Fikret; McCAY, Bonnie J.; ACHESON, James M. A tragédia dos comuns vinte anos depois. In: DIEGUES, Antônio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Orgs.). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: NUPAUB/USP, p. 17-42, 2001.

FERREIRA, Antônio José de Araújo. *Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense*. Tese, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2008.

FERREIRA, Milena Galdez. A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970): aportes teóricos metodológicos. *Outros Tempos*, v. 13, n. 21, p. 84-107, 2016.

FERREIRA, Milena Galdez. *A invenção do eldorado maranhense em narrativas de migrantes nordestinos (1930-1970)*. Tese, Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, 2015.

FETAEMA. *Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Maranhão 40 anos*. São Luís: FETAEMA, 2012.

FIGUEIREDO, Luciene Dias. *Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário MDA. Prêmio Margarida Alves: II coletânea sobre estudos rurais. Brasília: MDA, p. 123-149, 2007.

FORGIONI, Paula Andrea. As sociedades cooperativas no Brasil: muito além dos preconceitos e das questões tributárias. In: BRUSCHI, Gilberto Gomes (Org.). *Direito empresarial: estudos em homenagem a Manoel de Queiroz Pereira Calças*. Rio de Janeiro: Elsevier, p. 606-622, 2012.

GIDDENS, Anthony. *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Oeiras: Celta Editora, 2000.

GIL, Carlos Antônio. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Robledo Lima. *Tipos de pesquisa*. 2008. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>. Acessado em 30 jul. 2020.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, v. 16, n. 47, p. 333-513, 2011.

_____. *O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 2º Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. *Paidéia*. Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-161, 2003.

GRISA, Cátia; SCHNEIDER; Sergio. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. *RESR*, v. 52, Supl. 1, p. 125-146, 2014.

GROSSMAN, Jonathan. Violência e silêncio: reescrevendo o futuro. *História Oral*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 7-24, 2000.

GUSMÃO, Luiz Antônio. *Os desafios da introdução de uma inovação tecnológica no agroextrativismo tradicional: análise do caso das roças orgânicas no Médio Mearim*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Agroecologia, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2009.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Extrativismo vegetal ou plantio: qual a opção para a Amazônia? *Estudos Avançados*, v. 26, n. 74, p. 167-184, 2012.

IBGE. *Lago dos Rodrigues*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/lago-dos-rodrigues.html>. Acessado em: 10 de set. 2020.

_____. *Censo Agropecuário 2017*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html>. Acessado em: 1 jul. 2020.

_____. *Território da cidadania*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE, 2010.

_____. *Divisão regional do Brasil em microrregiões e mesorregiões geográficas*. IBGE: Rio de Janeiro, 1990.

IMESC. *Regiões de desenvolvimento do estado do Maranhão proposta avançada*. São Luís, 2018.

INCRA. *Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária*. INCRA, 2017. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acessado em 01 dez. 2019.

INCRA. *Conflito de terra: levantamento dos conflitos de terra em que se registraram mortes, ocorridas no país em 1985*. Brasília, DF, Mirad, 1986.

INCRA. *Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985*. Brasília, DF, Incra, 1985.

INGOLD, Tim. *The Perception of the Environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. London e New York: Routledge, 2000.

ISA. *Timbira*. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Timbira>. Acessado em: 13 set. 2020.

LACERDA, Automar Guedes; MALAGODI, Edgard. Formas de cooperação e reforma agrária. *Raízes*. Campinas, v. 26, n.1, p. 93-100, 2007.

LAFARGUE, Paul. *O direito à preguiça*. Editora Nova Alexandria, 2019.

LIMA NETO, Evaristo José de. *O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência das organizações de trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco-MA associadas à Assema*. Dissertação, Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

LÖHER, Eurico. *Franciscanos no Maranhão e Piauí (1952-2007)*. Teresina: Halley, 2009.

LONG, Norman; PLOEG, Jan Douwe van der. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstrução do conceito de estrutura. In: BOOTH, D. (ed.) *Rethinking Social Development: theory, research and practice*. (Versão para circulação interna). England, Longman, 1994, p. 62-90. PGDR/UFRGS: Porto Alegre, 2009.

LORIGA, Sabina. *O pequeno x: da biografia à história*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

LUCENA, Josete Marinho de. *Uma palmeira em muitos termos: a terminologia da cultura agroextrativista, industrial e comercial do coco babaçu*. Tese, Pós-graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, 2008.

MACHADO, Edna Moreira de Lima. *Discriminação de terras devolutas: tarefa inconclusa, desde o Brasil imperial, em prejuízo para a Reforma Agrária*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Direito, Universidade Federal de Pernambuco, 2002.

MACHADO, Jorge Luiz Feitoza. *Panteão da “ordem”: intérpretes e estratégias de consagração da “memória franciscana” no Maranhão (1952-2000)*. Tese, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, 2019.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

_____. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1989.

MASCARENHAS, Gilberto Carlos Cerqueira. *O movimento do comércio justo e solidário no Brasil: entre a solidariedade e o mercado*. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007.

MAY, Peter. *Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu*. São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MELUCCI, Alberto. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento - Entrevista de Alberto Melucci a Leonardo Avritzer e Timo Lyyra. *Novos Estudos*, n. 40, p. 152-166, 1994.

MENDONÇA, Sônia Regina. *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MESQUITA, Benjamin Alvino de; MOTTA, Célia Maria da; PEREIRA, Josenildo de Jesus; FERREIRA, Nilce Cardoso; BARBOSA, Zulene Muniz. Formação socioeconômica do estado do Maranhão. In: CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio (Orgs.). *Formação socioeconômica da Amazônia*. Belém: NAEA, p. 225-319, 2015.

MICHELAT, Guy. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em Sociologia. In: THOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, p. 191-211, 1987.

MICHELOTTI, Fernando. Beneficiamento local da produção extrativista e agroflorestal: o caso da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri – CAEX. *Novos Cadernos NAEA*, v. 3, n. 2, p. 17-44, 2000.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otávio Cruz; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

_____; SANCHES, Odécio. Quantitativo-Qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MIRANDA, Newton Rodrigues. Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses. *Revista do CAAP*. Belo Horizonte, v. 2, n. 17, p. 153-176, 2011.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio. *A ação territorial de uma Igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da comissão pastoral da terra no estado da Paraíba*. Tese, Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

_____. As ligas camponesas e os conflitos no campo. *Saeculum Revista de História*, n. 18, p. 11-31, 2008.

MUSUMECI, Leonarda. *O mito da terra liberta: colonização espontânea, campesinato e patronagem na Amazônia Oriental*. São Paulo: Vértice, 1988.

NARAYAN, Deepa (Org.). *Empowerment and poverty reduction: a sourcebook*. Washington, DC: The World Bank, 2002. Disponível em: <http://lnweb18.worldbank.org/ESSD/sdvext.nsf/68ByDocName/EmpowermentResourcesSourcebook>. Acessado em abr. 2020.

NASCIMENTO, Rita de Cássia Gomes. *A Campanha Nacional de Educação Rural no Maranhão (1952-1963): origem e contradições sócio-políticas*. In: XXIX Encontro Nacional de História (Anais). Brasília, 2017, p. 3-14. Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1491447202_ARQUIVO_RITADECA_SSIAGOMESNASCIMENTOANPUH.pdf. Acessado: em 20 out. 2020.

NERIS, Wheriston da Silva. *Igreja e missão: religiosos e ação política no Brasil*. Tese, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, 2014.

NIERDELE, Paulo André; GRISA, Catia. Diversificação dos meios de vida e acesso a atores e ativos: uma abordagem sobre a dinâmica de desenvolvimento local da agricultura familiar. *Cadernos Desenvolvimento Rural*. Bogotá, v. 61, n. 5, p. 41-69, 2008.

NUGEO. *Bacias hidrográficas maranhenses*. Disponível em: <https://www.nugeo.uema.br/?s=mearim>. Acessado em: 15 dez. 2019.

_____. *Bacias hidrográficas e climatologia no Maranhão*. Universidade Estadual do Maranhão, Centro de Ciências Agrárias, Núcleo Geoambiental, São Luís, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, Fabrício Roberto Costa; ZANGELMI, Arnaldo José. Trabalhadores rurais, igreja católica e reforma agrária. conquista de terra no Vale do Rio Doce de Minas Gerais durante a década de 1980. *Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 40, n. 1, p. 221-246, 2020.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. O caboclo e o brabo: notas sobre duas modalidades de força-de-trabalho na expansão da fronteira Amazônica no século XIX. In: SILVEIRA, Enyo (Org.). *Encontros com a civilização brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 11, p. 101-140, 1979.

OLIVEIRA, Letícia Sales da Costa. “*Saiu o dinheiro do coco?*”: estratégias locais para o acesso à política de subvenção do babaçu na região do Médio Mearim – Maranhão. Dissertação, Programa de Pós-graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

OSTROM, Elinor. Collective Action and the Evolution of Social Norms. *Journal of Economic Perspectives*, v. 14, n. 3, p. 137-158, 2000.

PAIVA, Vanilda. Introdução. In: PAIVA, Vanilda (Org.). *Igreja e questão agrária*. São Paulo: Loyola, p. 11-40, 1983.

PAULA, Cátia Franciele Sanfelice de. Resenha quando novos personagens entram em cena. *Revista Labirinto*. Ano XIII, n. 18, p. 148-155, 2013.

PEDROSA, L. A. C. *A questão agrária no Maranhão*. Associação Brasileira de Direito Agrário, 2003. Disponível em: <http://abda.com.br/texto/LuisACPedrosa.pdf> . Acesso em: 28 mar. 2019.

PENNA, Maria Affonso. História oral e militância política: o caso do Movimento das Comunidades Populares. *História Oral*, v. 20, n. 2, p. 7-32, 2017.

PEREIRA, Anísio Candido. Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras: ensaio de abordagem social. *Contabilidade Vista & Revista*. Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 33-41, 1995.

PERONDI, Miguel Ângelo. A teoria das capacitações nos estudos sobre os meios de vida e desenvolvimento rural. In: CONTERATO, Marcelo Antonio; RADOWSKY, Guilherme; SCHNEIDER, Sérgio (Orgs.). *Pesquisa em Desenvolvimento Rural: aportes teóricos e proposições metodológicas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, v. 1, p. 95-116, 2014.

_____. *Diversificação dos meios de vida e mercantilização da agricultura familiar*. Tese, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

PERONDI, Miguel Ângelo; SCHNEIDER, Sérgio. Bases teóricas da abordagem de diversificação dos meios de vida. *Revista de Desenvolvimento Regional*. Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 117-135, 2012.

PIANA, Maria Cristina. *A construção da pesquisa documental: avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. *As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.

PLOEG, Jan Dowe van der. Prefácio. In: SABOURIN, Eric (Org.). *Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 11-14, 2011.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POMMER, Clarice P. C. R.; POMMER, Vagner M. A metodologia do grupo focal e a formação continuada do professor: um olhar interativo envolvendo a articulação cognição e emoção. *Revista Itinerarius Reflectionis*. Jataí, v. 10, n. 2, p. 5-21, 2014.

PORRO, Noemi Miyasaka; MOTA, Dalva Maria da; SCHMITZ, Heribert. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. *Raízes*, v. 30, n. 2, p. 111-126, 2010.

PORRO, Roberto. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, 2019.

_____. *Palms, pastures, and swidden fields: political ecological trajectories and socio-natural transformations in peasant communities in Maranhão, Brazil*. Tese. Doutorado em Antropologia. University of Florida, 2002.

PORRO, Roberto; NASCIMENTO, Aline Souza; GUSMÃO, Luiz Antônio; SOUSA, Ronaldo Carneiro de. *A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos: Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA*. Brasília: Embrapa, 2020.

PORRO, Roberto; PORRO, Noemi Sakiara Miyasaka. Agência e contingência no acesso à terra e reprodução social camponesa no vale do rio Mearim, estado do Maranhão. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 15, n. 3, e20190144, 2020.

_____. Identidade social, conhecimento local e manejo adaptativo de comunidades tradicionais em babaçuais no Maranhão. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2015.

_____. Social roots of resource use routes in rural Maranhão, Brazil. *Journal of Rural Studies*. Amsterdam, v. 36, p. 64-76, 2014.

POTEETE, Amy R.; JANSEN, Marco A.; OSTROM, Elinor. *Trabajar juntos: acción colectiva, bienes comunes y múltiples métodos en la práctica*. México: UNAM, CEIICH, CRIM, FCPS, FE, IIEc, IIS, PUMA; IASC, CIDE, Colsan, CONABIO, CCMSS, FCE, UAM, 2012.

RAHIER, Jean. “Mãe, o que será que o negro quer?”: representações racistas na revista *Vistazo*, 1957-1991. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, n. 1, p. 5-28, 2001.

REZENDE, Gervásio Castro de. *Programa de crédito especial para reforma agrária (PROCERA): institucionalidade, subsídio e eficácia*. Ipea, Texto para Discussão, 648. Rio de Janeiro: Ipea, 1999.

RIOS, Gilvandro Sá Leitão. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

SABOURIN, Eric. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

_____. Manejo dos Recursos Comuns e Reciprocidade: os Aportes de Elinor Ostrom ao Debate. *Sustentabilidade em Debate*, v. 1, n. 2, p. 141-158, 2010.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena: experiências e luta dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do capitalismo: o setor transpacífico do “sistema mundial”. *Religião e Sociedade*, v. 16, n. 1/2, p. 8-25, 1992.

SÁNCHEZ, Arturo Lahera. La crítica de la economía de mercado en Karl Polanyi: el análisis institucional como pensamiento para la acción. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n. 86, p. 27-54, 1999.

SANT’ANA JUNIOR, Horácio Antunes. *Conflitos sócio-ambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento*. Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, São Luís: UFMA, 2009.

SANTOS, Fernando Sergio Dumas. Ainda a “cultura do barracão” nos seringais da Amazônia. *História Oral*, n. 3, p. 69-89, 2000.

SANTOS FILHO, Francisco Soares; ALMEIDA JUNIOR, Eduardo Bezerra; SOARES, Caio Jefiter Reis Santos. Cocais: zona ecotonal natural ou artificial? *Revista Equador*, v. 1, n. 1, p. 2-13, 2013.

SANTOS, Murilo; ANDRADE, Maristela de Paula. *Fronteiras: a expansão camponesa na Pré-Amazônia Maranhense*. São Luís: EDUFMA, 2019.

SANTOS, Tamires Rosy Motta; BORBA, Polliana. Leis de terras 1850 (Brasil) e 1969 (Maranhão) e suas consequências para povos e grupos sociais tradicionais: contextualizações, diferenças e semelhanças, uma perspectiva histórica. In: *Anais do Seminário: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente: Conflitos Ambientais, Mobilizações e Alternativas ao Desenvolvimento*. São Luís, 2014. Disponível em <http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2014/02/artigo-Tamires-Rosy-Mota-Santos-e-Poliana-III-SEDMMA.pdf>. Acessado em 4 mai. 2019.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SCOPINHO, Rosimeire Aparecida. Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, v. 19, n. 1, p. 84-94, 2007.

SCHMITZ, Heribert; MOTA, Dalva Maria da; PRADO, Edy Silva de Azevedo Carvalho. Ação coletiva com fins econômicos: reflexões teóricas a partir de dois estudos de caso no espaço rural. In: *Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção (Anais)*. Fortaleza: SBSP, 2007. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/409291/1/74.pdf>. Acessado em 16 abr. de 2019.

_____; MOTA, Dalva Maria da; SOUSA, Glauca Macedo. Reciprocidade e ação coletiva entre agricultores familiares no Pará. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. Belém, v. 12, n. 1, p. 201-220, 2017.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. In: LOUREIRO, Maria Rita (Org.). *Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, p. 11-40, 1981.

SCHNEIDER, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v. 30, n. 3, p. 511-531, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; ESCHER, Fabiano. *A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural*. *Sociologias*. Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 180-219, 2011.

SCOONES, I. *Sustainable rural livelihoods: a framework for analysis*. IDS Working paper, n. 72, p. 1-22, Brighton, 1998.

SCOTT, James. *Los dominados y el arte de la resistencia*. México: Ediciones Era, 2000.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SESCOOP. *Associativismo e Cooperativismo: Alternativa para Aqüicultura Familiar*. V Feira Internacional da Amazônia – FIAM, III Encontro de Negócios da Aqüicultura da Amazônia, Manaus, 2009.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. *Revista NERA*, v. 8, n. 7, p. 1-21, 2005.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. *Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2015.

_____. *Leis do babaçu livre: práticas jurídicas das quebradeiras de coco babaçu e normas correlatas*. Manaus: PPGSCA-UFAM/Fundação Ford, 2006.

SILVA, Miguel Henrique Pereira da. *Cooperativismo na área de atuação da ASSEMA: um estudo das cooperativas de Lago do Junco e Esperantinópolis*. Dissertação, Mestrado em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2001.

SITOE, Tomás Adriano. A abordagem dos modos de vida como ferramenta de análise das estratégias de sobrevivência no meio rural africano. *Desenvolvimento em Questão*. Unijuí, v. 9, n. 17, p. 39-60, 2011.

SMDDH; NAV. *I Tribunal da Terra do Maranhão*. São Luís, 1993.

SOARES, Claudete Gomes. *Teologia da libertação no Brasil: aspectos de uma crítica político-teológica à sociedade capitalista*. Dissertação, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2000.

SOUSA, Ildo Lopes de; VIANA, João Valdecy; FIGUEIREDO, Luciene Dias; MIRANDA, Valdener. Construindo uma alternativa de cooperativismo nas regiões de babaçuais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner; SILVA, Miguel Henrique Pereira Silva (Orgs.). *Caderno Tempos Novos*. São Luís: CPT, p. 162-169, 1998.

SOUZA, Adelma Ferreira de. *De geração em geração, famílias na luta por um pedaço de chão: estratégias de reprodução social camponesa no Vale do Juari, TO*. Tese, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

SOUZA, Ramon Felipe. As Semanas Ruralistas do Brasil: Igreja Católica e Desenvolvimento. *Outros Tempos*, v. 17, n. 30, p. 244-267, 2020.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia de pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 1986.

THOMPSON, Edward Palmer. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel, 2012.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 19, n. 4, p. 381-420, 1957.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de expansão e estrutura agrária*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VIANA, Giomar; LIMA, Jandir Ferreira de. Capital humano e crescimento econômico. *Interações*. Campo Grande. v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.

VICARI, Sara. The co-operative as institution for human development: the case study of Coppalj, a primary co-operative in Brazil. *Journal of International Development*, v. 26, n. 5, p. 683-700, 2014.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Piracicaba-SP, v. 52, n. 1, p. 25-44, 2014.

_____. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 10, p. 42-62, 2003.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 7, n. 1, p. 35-53, 1990.

APÊNDICE 1 – Roteiro para avaliação de meios de vida

Indicadores	Nota									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Humano										
Grau de ensino nas escolas										
Qualidade do ensino local										
Oportunidade de ensino superior para jovens										
Oportunidades de capacitação técnica										
Contatos com instituições externas										
Familiaridade com a tecnologia (celular, internet)										
Físico										
Condições da moradia										
Acesso à água potável										
Estruturas de apoio à saúde										
Acesso à energia elétrica										
Condição das estradas										
Meios de transporte disponíveis										
Maquinas/equipamentos para a produção										
Social										
Protagonismo da associação										
Acordos informais na comunidade										
Realização de Mutirão										
Decisão familiar compartilhada										
Organização religiosa										
Organização sindical										
Participação política										
Econômico										
Situação da renda familiar										
Oportunidades de trabalho na comunidade										
Acesso à previdência e programas sociais										
Autonomia financeira										
Acesso a crédito										
Mercado seguro para produtos locais										
Ambiental										
Controle do desmatamento										
Preservação das palmeiras										
Preservação das florestas										
Manutenção da fauna nativa										
Diversificação da produção agrícola										
Uso de técnicas para conservação do solo										
Proteção às nascentes e fontes de água										

APÊNDICE 2 – Índices de influência da Coppalj atribuídos pelos grupos focais

Dimensões	SÓCIOS					NÃO SÓCIOS				
	Antes (1990)	Depois (2020)	Diferencial	Influência da Coppalj (%)	Efeito final	Antes (1990)	Depois (2020)	Diferencial	Influência da Coppalj (%)	Efeito final
Formação/Humano	43,3	79,2	35,8	50,8%	18,2	63,8	85,0	21,3	61,3%	13,0
Físico	34,2	78,3	44,2	65,0%	28,7	51,3	85,0	33,8	68,8%	23,2
Social/organizacional	60,0	66,7	6,7	65,0%	4,3	76,3	68,8	-7,5	57,5%	-4,3
Econômico	40,0	87,5	47,5	69,2%	32,9	40,0	86,3	46,3	72,5%	33,5
Ambiental	47,1	53,3	6,3	64,2%	4,0	32,5	66,3	33,8	53,8%	18,1
Agregado	44,9	73,0	28,1	62,8%	17,6	52,8	78,3	25,5	62,8%	16,0

Dimensões	+ JOVENS					+ VELHOS				
	Antes (199)	Depois (2020)	Diferencial	Influência da Coppalj (%)	Efeito final	Antes (1990)	Depois (2020)	Diferencial	Influência da Coppalj (%)	Efeito final
Formação/Humano	54,0	78,0	24,0	57,0%	12,5	49,0	85,0	36,0	53,0%	18,1
Físico	48,0	79,0	31,0	74,0%	23,3	34,0	83,0	49,0	59,0%	25,7
Social/organizacional	72,0	64,0	-8,0	61,0%	-3,0	61,0	71,0	10,0	63,0%	10,1
Econômico	53,0	90,0	37,0	76,0%	27,6	27,0	84,0	57,0	65,0%	36,9
Ambiental	51,5	63,0	11,5	56,0%	11,3	31,0	54,0	23,0	64,0%	16,4
Agregado	55,7	74,8	19,1	64,8%	12,3	40,4	75,4	35,0	60,8%	22,0

Dimensões	HOMENS					MULHERES				
	Antes (1990)	Depois (2020)	Diferencial	Influência da Coppalj (%)	Efeito final	Antes (1990)	Depois (2020)	Diferencial	Influência da Coppalj (%)	Efeito final
Formação/Humano	50,0	79,0	29,0	74,0%	21,4	53,0	84,0	31,0	36,0%	9,2
Físico	41,0	77,0	36,0	78,0%	26,9	41,0	85,0	44,0	55,0%	22,1
Social/organizacional	65,0	61,0	-4,0	68,0%	1,5	68,0	74,0	6,0	56,0%	5,6
Econômico	32,0	86,0	54,0	76,0%	39,6	48,0	88,0	40,0	65,0%	24,9
Ambiental	33,5	61,0	27,5	62,0%	18,3	49,0	56,0	7,0	58,0%	9,4
Agregado	44,3	72,8	28,5	71,6%	20,9	51,8	77,4	25,6	54,0%	13,4

Dimensões	TOTAL				
	Antes (1990)	Depois (2020)	Diferencial	Influência da Coppalj (%)	Efeito final
Formação/Humano	51,5	81,5	30,0	55,0%	15,3
Físico	41,0	81,0	40,0	66,5%	24,5
Social/organizacional	66,5	67,5	1,0	62,0%	3,6
Econômico	40,0	87,0	47,0	70,5%	32,3
Ambiental	41,3	58,5	17,3	60,0%	13,8
Agregado	48,1	75,1	27,1	62,8%	17,1